

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficial de Polícia

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA
NA PREVENÇÃO CRIMINAL
A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2021



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficial de Polícia

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA
NA PREVENÇÃO CRIMINAL
A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE**

Orientador

PROFESSOR DOUTOR EDUARDO PEREIRA CORREIA

Lisboa, 2021



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), sob orientação
científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

*A Deus e
à minha mãe
pelo amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Como em tudo na vida, por muito solitário que seja, nada do que fazemos é um ato meramente individual. O mesmo se passou com a execução deste trabalho que teve a participação e a colaboração de várias pessoas que merecem agora ser reconhecidas.

Em primeira instância, ousou dar graças a Deus por esta realização.

Quero agradecer à Polícia Nacional de Cabo Verde pela oportunidade e confiança depositada.

Ao ISCPSI pelo acolhimento e, aos docentes, quero transmitir a minha eterna gratidão pelos ensinamentos, pela transmissão de valores.

Ao Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA, o meu reconhecimento por ter aceitado o desafio de orientação do presente trabalho, pela paciência e disponibilidade demonstrada durante a elaboração desta dissertação trabalho, a minha sincera gratidão.

Aos entrevistados CARLOS REIS, JOSÉ CABRAL, ROBERTO LIMA e NATANIEL SILVA agradeço pelo grandioso contributo para a conclusão do estudo.

Agradeço aos meus cinco irmãos de luta cabo-verdianos que juntos trilhámos este percurso durante estes cinco anos. Agradeço pelo companheirismo, camaradagem, irmandade, relacionamento, ligação, proximidade, afeição, estima, carinho, amor, ternura, afeiçoamento, experiência compartilhada nessa caminhada, pelas palavras de encorajamento transmitidas desde o início deste percurso. Aos meus camaradas do XXXIII CFOP que comigo caminharam, transmito a minha eterna gratidão pelo companheirismo, camaradagem, irmandade em especial ao chefe do curso JOÃO ROCHA. Aos meus amigos e colegas, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e portugueses, agradeço pela camaradagem, afeto e pelas partilhas de conhecimento.

Agradeço à minha mãe pelos valores de respeito, solidariedade, perseverança e amor que me transmitiu durante todas as fases importantes e marcantes do meu crescimento.

Um especial obrigado aos meus irmãos pelo amor, pela força e apoio. Ao meu camarada e compadre VLADIR BATALHA, agradeço pela irmandade, carinho e pela força durante esses cinco anos.

Por fim, a todos que direta e indiretamente tenham colaborado para atingir os meus objetivos, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

POLÍTICAS DE SEGURANÇA NA PREVENÇÃO CRIMINAL A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

A realidade atual, com o aumento e o surgimento de novos riscos e ameaças, nomeadamente terrorismo, criminalidade organizada, criminalidade de massa e narcotráfico, tem desafiado o Estado a criar novas políticas de segurança face ao quadro da insegurança pública. A aposta em novas tecnologias como meio de apoio à atividade policial, está a ter cada vez maior adesão pelas polícias no mundo, sobretudo devido ao seu potencial benefício na prevenção da criminalidade e garantia da segurança pública. A sua eficácia levada em conta nos outros países, levou o Estado cabo-verdiano a apostar no meio tecnológico a fim de prevenir os ilícitos criminais, bem como auxiliar na investigação criminal. A Polícia Nacional de Cabo Verde, por sua vez, está a seguir os bons exemplos da utilização do sistema de videovigilância pelas forças de segurança na prevenção, repressão e investigação criminal. Enquanto técnica de prevenção situacional e pela sua potencialidade na prevenção criminal, o sistema de videovigilância incide nos locais vulneráveis e em crimes específicos, contribuindo cada vez mais no trabalho da polícia. neste sentido, face aos problemas de insegurança urbana, a Polícia Nacional de Cabo Verde considera a utilização do sistema de videovigilância como uma ferramenta ideal e bastante importante para a garantia de uma melhor vigilância e controlo das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: segurança; sistema de videovigilância; políticas de segurança; prevenção da criminalidade.

ABSTRACT

SECURITY POLICIES IN CRIME PREVENTION URBAN VIDEO SURVEILLANCE IN CAPE VERDE

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

The current reality, with the increase and emergence of new risks and threats, namely terrorism, organised crime, mass criminality and drug trafficking, has challenged the State to create new security policies in the face of public insecurity. The investment in new technologies as a means of support to police activity is being increasingly adopted by police forces around the world, mainly due to its potential benefits in preventing criminality and ensuring public safety. Its effectiveness, taken into account in other countries, led the Cape Verdean State to invest in technological means in order to prevent criminal offences, as well as to assist in criminal investigation. The National Police of Cape Verde, for its part, is following the good examples of the use of video surveillance systems by the security forces in the prevention, repression and criminal investigation. As a technique of situational prevention and for its potentiality in criminal prevention, the video-surveillance system focuses on vulnerable places and specific crimes, contributing increasingly to the work of the police. In this sense, given the problems of urban insecurity, the National Police of Cape Verde considers the use of video-surveillance system as an ideal tool and quite important to ensure better surveillance and control of cities.

KEYWORDS: security; video surveillance system; security policy; crime prevention.

RÉSUMÉ

LES POLITIQUES DE SÉCURITÉ DANS LA PRÉVENTION DE LA CRIMINALITÉ VIDÉOSURVEILLANCE URBAINE AU CAP-VERT

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

La réalité actuelle, avec l'augmentation et l'émergence de nouveaux risques et menaces, à savoir le terrorisme, le crime organisé, la criminalité de masse et le trafic de drogue, a mis l'État au défi de créer de nouvelles politiques de sécurité face à l'insécurité publique. Les forces de police du monde entier adhèrent de plus en plus à l'investissement dans les nouvelles technologies comme moyen de soutenir l'activité policière, principalement en raison de ses avantages potentiels en matière de prévention de la criminalité et de sécurité publique. Son efficacité, prise en compte dans d'autres pays, a conduit l'État cap-verdien à investir dans la technologie afin de prévenir les infractions pénales et de faciliter les enquêtes criminelles. La police nationale du Cap-Vert, quant à elle, suit les bons exemples d'utilisation du système de vidéosurveillance par les forces de sécurité dans la prévention, la répression et les enquêtes criminelles. En tant que technique de prévention situationnelle et en raison de son potentiel en matière de prévention criminelle, le système de vidéosurveillance se concentre sur les lieux vulnérables et les crimes spécifiques, contribuant de plus en plus au travail de la police. En ce sens, étant donné les problèmes d'insécurité urbaine, la police nationale du Cap-Vert considère l'utilisation du système de vidéosurveillance comme un outil idéal et très important pour assurer une meilleure surveillance et un meilleur contrôle des villes.

MOTS-CLÉS: sécurité; système de vidéosurveillance; politiques de sécurité; prévention de la criminalité.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCC	Centro de Comando e Controlo
CCTV	<i>Closed Circuit Television</i>
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Humanos
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EIC	Esquadra de Investigação Criminal
FSS	Forças e Serviços de Segurança
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LSI	Lei de Segurança Interna
PNCV	Polícia Nacional de Cabo Verde
PNSIC	Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da Criminalidade em Cabo Verde entre 2016 e 2020.	48
Gráfico 2	Variação da criminalidade no concelho da Praia entre 2016 e 2020.	49
Gráfico 3	Variação de criminalidade dos crimes contra pessoas e contra património no concelho da Praia entre 2016 e 2020.	50
Gráfico 4	Registos via câmara de videovigilância no concelho da Praia em 2019.	52
Gráfico 5	Registos via câmara de videovigilância no concelho da Praia em 2020.	52
Gráfico 6	Números de chamadas positiva e negativa ao CCC da Praia em 2020.	55
Gráfico 7	Números de chamadas por localidade em 2020 no concelho da Praia.	56
Gráfico 8	Números de chamadas por intervalo de tempo em 2020.	57
Gráfico 9	Tipologia de solicitações mais frequente no concelho da Praia em 2020.	57

ÍNDICE DE TABELAS, DIAGRAMA E QUADRO

Tabela 1	Tipologia das atividades preventivas	20
Tabela 2	Técnicas de prevenção situacional	22
Tabela 3	Índice de crimes mais praticados no concelho da Praia em 2020	51
Tabela 4	As 25 técnicas de prevenção situacional de RONALD CLARKE e JOHN ECK	83
Diagrama A	Organograma da Polícia Nacional de Cabo Verde	78
Quadro 1	Órgãos e serviços da Direção Nacional da Polícia Nacional	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Anexo I	Organograma da Polícia Nacional de Cabo Verde	77
Anexo II	As 25 técnicas de prevenção situacional	83
Anexo III	Autorização de acesso aos dados do sistema de videovigilância do CCC da Praia	85
Anexo IV	Autorização de acesso aos dados das ocorrências registadas pela PNCV	87
Anexo V	Zonas com câmaras de videovigilância instaladas no concelho da Praia, números de postes	89
Anexo VI	Parecer da CNPD sobre o projeto Cidade Segura, implementação de videovigilância urbana	93
Apêndice I	Pedido de colaboração em trabalho de dissertação ao Conselheiro de Segurança Nacional/Coordenador do projeto “Cidade Segura”	110
Apêndice II	Pedido de autorização para aplicação de entrevistas ao Diretor Nacional da PNCV	112
Apêndice III	Entrevista ao Conselheiro de Segurança Nacional do Governo e Coordenador do projeto “Cidade Segura”	119
Apêndice IV	Entrevista ao Comandante Regional Adjunto de Santiago Sul e Maio	122
Apêndice V	Entrevista ao Chefe Divisão de Investigação Criminal da Direção Central de Investigação Criminal da Polícia Nacional	126
Apêndice VI	Entrevista ao Comandante Adjunto do Centro de Comando e Controlo da Cidade da Praia	130

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
RÉSUMÉ.....	VI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VIII
ÍNDICE DE TABELAS, DIAGRAMA E QUADRO	IX
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	X
INTRODUÇÃO	1
OPÇÕES METODOLÓGICAS	4
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	7
I.1. DA SEGURANÇA.....	7
I.2. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	9
I.3. O PAPEL DO ESTADO E DA POLÍCIA.....	12
I.4. PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE.....	17
CAPÍTULO II: POLÍTICAS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CRIMINAL	25
II.1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA	25
II.2. A VIDEOVIGILÂNCIA E O ESPAÇO PÚBLICO	32
II.3. SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA E OS DIREITOS DOS CIDADÃOS	37
II.4. VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	40

CAPÍTULO III: O SISTEMA DE VIDEOGILÂNCIA NA PREVENÇÃO CRIMINAL EM CABO VERDE.....	43
III.1. A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA EM CABO VERDE.....	43
III.2. VIGILÂNCIA URBANA E PREVENÇÃO CRIMINAL - O CASO DO CONCELHO DA PRAIA	47
III.3. GESTÃO OPERACIONAL	54
III. 4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE.....	58
 CONCLUSÃO.....	 62
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 65
DICIONÁRIO E ENCICLOPÉDIAS.....	65
OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS	65
TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS FINAIS	71
LEGISLAÇÃO	72
IMPrensa.....	74
 ANEXOS E APÊNDICES	 76
ANEXO I.....	77
ANEXO II	83
ANEXO III	85
ANEXO IV	87
ANEXO V	89
ANEXO VI	93
APÊNDICE I.....	110
APÊNDICE II.....	112
APÊNDICE III.....	119

APÊNDICE IV	122
APÊNDICE V	126
APÊNDICE VI.....	130

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea encontra-se marcada pela “globalização, deslocamentos e mudanças aceleradas, as grandes cidades transformaram-se em expressões concentradas e intensificadas dos problemas sociais que afligem a sociedade como um todo” (GIDDENS, 2005, p. 463). Apresenta-se evolutiva, com meios de comunicação sofisticados, da informática e das novas tecnologias, proporcionando uma rápida difusão da informação, possibilidade de contacto a distância e a captação e divulgação de imagem e som. Tudo isso provoca uma instabilidade e conflitos no ambiente social (*ibidem*), tornando-se importante a inserção de novas políticas de segurança, providas através do poder do *ius imperii*, o Estado, por forma a garantir a segurança dos cidadãos e dos seus bens na sociedade.

Cabo Verde é um país democrático onde o direito à segurança e à liberdade são pressupostos fundamentais. Estes e os demais direitos, liberdades e garantias devem ser protegidos de forma que nenhum seja sacrificado na sua totalidade, prejudicando consequentemente os cidadãos. A utilização do sistema de videovigilância nos espaços públicos pelas forças de segurança colide com os princípios basilares consagrados constitucionalmente, nomeadamente a liberdade, o uso da imagem pessoal e a reserva da vida privada. Neste sentido, surge a necessidade de implementação de medidas e estratégias de segurança que, simultaneamente permitam a utilização deste sistema de prevenção criminal sem afetar o normal exercício dos direitos individuais em causa.

A responsabilidade, tanto da proteção dos cidadãos como dos direitos que lhes estão atribuídos, é do Estado que, através do *ius imperii*, poderá restringi-los ou suspendê-los, de modo a proteger o direito à segurança. No entanto, este seu poder não poderá ser aplicado discricionariamente, estando sempre sujeito aos princípios da necessidade e da proporcionalidade. As medidas de segurança, que anteriormente se demonstravam eficazes na prevenção e repressão criminal, hodiernamente, já não deixaram de ser tão úteis, justificado pela globalização e as consequente mudanças na sociedade.

A aposta na implementação de novas tecnologias na área de segurança, como meio complementar da atividade policial, torna-se essencial numa visão preventiva e posteriormente reativa, ponderada e medida na perspetiva da insegurança urbana.

Na sociedade cabo-verdiana, nas últimas décadas, tem-se verificado situações que levantam preocupações no domínio da segurança pública. No concelho da Praia, em particular, o nível da criminalidade tornou-se tema de discussão por parte do poder político, dando origem a adoção de novas estratégias, com o principal propósito de dar resposta à criminalidade e ao sentimento de insegurança dos cidadãos.

Assim, por determinação de compromisso do governo cabo-verdiano na promoção e garantia deste direito, foram desenvolvidas medidas de intervenção de carácter imediata, nomeadamente o Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania (PNSIC), implementando o Projeto Cidade Segura que culminou com a instalação do sistema de videovigilância nos espaços públicos de utilização comum em Cabo Verde.

A escolha do tema justifica-se pela sua relevância para sociedade cabo-verdiana e, inevitavelmente, à Polícia Nacional de Cabo-Verde (PNCV), tendo em conta a criminalidade e o sentimento de insegurança dos cidadãos. Desta forma, pretende-se abordar a implementação do sistema de videovigilância nos principais espaços urbanos do país. O investimento na segurança com recurso a novas tecnologias (o sistema de videovigilância) com o propósito auxiliar no trabalho da polícia, mais concretamente na prevenção da criminalidade. Assim, desenvolveu-se o presente trabalho de investigação, constituindo-se em três capítulos.

O primeiro capítulo encontra-se dedicado ao enquadramento teórico concetual, onde é abordado o conceito de segurança e todos os assuntos relacionados com a mesma, desde o conceito e causas do sentimento de insegurança dos cidadãos, o papel do Estado e da polícia nesta temática, a prevenção da criminalidade e, por fim, a teoria de prevenção situacional.

No segundo capítulo, abordaremos a política de segurança e prevenção criminal. Num primeiro momento, analisamos as políticas e estratégias de segurança criadas pelo governo no âmbito da segurança pública na prevenção da criminalidade em Cabo Verde. Ainda é feito um enquadramento da videovigilância e a sua expansão no espaço público no panorama internacional. Pretendemos igualmente analisar a interferência do sistema de videovigilância nos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, particularmente, direito à imagem, à reserva da vida privada e à liberdade. Expondo, assim, a limitação/conflito do uso da ferramenta tecnológica pelas forças de segurança nos direitos acima referido. Por fim, pretendemos abordar as vantagens e desvantagens no recurso da ferramenta tecnológica pelas forças de segurança.

No terceiro e último capítulo realizamos uma análise do contributo do sistema de videovigilância na prevenção da criminalidade em Cabo Verde e o processo desta implementação no país. Para tal, analisamos os dados estatísticos da criminalidade e do Centro de Comando e Controlo (CCC). Tentamos compreender qual a gestão operacional da PNCV e o contributo da ferramenta no exercício da atividade policial. A base do estudo e análise foi o concelho da Praia, por ser o primeiro concelho instalado as câmaras de videovigilância.

Assim, através dos resultados obtidos após utilização desta ferramenta, foi possível conhecer o seu contributo na prevenção da criminalidade no que é considerado, o maior concelho do país. Ainda neste capítulo, desenvolve-se os principais desafios e estratégias para a PNCV. Por fim, apresentaremos a conclusão do trabalho de investigação, sendo tecidas algumas recomendações futuras.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

O presente trabalho de investigação, subordina-se ao tema “*Políticas de Segurança na prevenção criminal - A videovigilância urbana em Cabo Verde*”. O estudo será composto por variados instrumentos que garantam o seguimento dos métodos da investigação científica.

Segundo aponta SARMENTO (2013, p. 7), método científico “é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes”. Para reforçar o conceito, MARCONI e LAKATOS (2003, p. 83), consideram o método como sendo um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Da mesma forma, ESPÍRITO SANTO (2010, p. 11), aponta que o método “compreende em primeiro lugar um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados (...) incluindo a definição e operacionalização de conceitos e formulação de hipóteses”.

Segundo ELIAS (2018, p. 36), as ciências policiais apoiam-se numa abordagem dialética com outras áreas do saber, de natureza compósita interligando metodologias e métodos científicos. Aponta o autor que as ciências policiais se dividem em três áreas do saber: as ciências jurídicas, as ciências sociais e humanas e as ciências exatas. Neste sentido, a nossa temática de investigação enquadra-se nas vertentes das ciências sociais e humanas e das ciências jurídicas. Perante o tema em apreço, desenvolve-se uma investigação de carácter descritivo, com recurso ao método qualitativo. Segundo SARMENTO (2013, p. 8), o processo descritivo descreve fenómenos, identifica variáveis e descreve factos. Assim sendo, na investigação em apreço, procedemos à recolha de informação, priorizando a pesquisa bibliográfica, especialmente, a análise de obras gerais, legislações legais nacionais e internacionais, artigos científicos, fontes eletrónicas e outras fontes de forma a aprofundar sobre a temática em estudo.

Tornou-se pertinente estabelecer uma pergunta de partida que deve remeter para os objetivos do estudo, bem como para a sua relevância, definindo, com a maior exatidão possível, na procura do saber, elucidar e compreender melhor (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005). Segundo CAMPENHOUDT, MARQUET e QUIVY (2017), uma boa pergunta de partida orienta na elaboração

do trabalho de investigação, deve permitir trabalhar de forma eficaz a partir dela e garantir que seja possível fornecer elementos para a responder. Neste sentido, estabelecemos: “de que forma a implementação do sistema de videovigilância contribui na prevenção da criminalidade em Cabo Verde?” Com base nesta pergunta de partida é possível enunciar algumas perguntas derivadas da investigação, com o intuito de reforçar o seu entendimento e reforçar a sua compreensão. Para um melhor entendimento da problemática, achamos pertinente definir as perguntas derivadas, para isso, delineamos três perguntas derivadas para melhor compreensão da problemática e reforçar o seu entendimento.

Definimos a primeira questão como: “a instalação do sistema de videovigilância justifica a limitação dos direitos fundamentais dos cidadãos?” Ora, o intuito desta questão é compreender a interferência da ferramenta tecnológica, videovigilância, nos direitos fundamentais dos cidadãos. A segunda questão: “o sistema de videovigilância permite diminuir criminalidade?” Neste sentido, consideramos pertinente analisar os dados estatísticos do sistema videovigilância e os dados estatísticos da criminalidade no Microsoft Excel. Por fim, propomos responder: “de que forma a PNCV pode adequar as suas estratégias de ação e melhorar a sua resposta?” De modo, a dar resposta as emergentes ameaças que assola principalmente os espaços urbanos e os principais desafios da PNCV.

Para responder às questões da investigação de forma eficaz, torna-se pertinente traçar objetivos. Desta forma, estabelecemos como objetivo de a investigação analisar a implementação do sistema de videovigilância e a política de segurança na prevenção criminal em Cabo Verde.

O método qualitativo de recolha de informação, isto é, o discurso das pessoas qualificadas tendo em conta as funções exercidas, permite enriquecer o trabalho de dissertação. Nesta senda, tendo em conta as opiniões dos entrevistados em relação à temática em estudo, optamos por entrevistar pessoas especialistas na matéria, que dispõem de uma vasta experiência na área e, que desempenham funções de alto grau de responsabilidade na instituição. Ora, da instituição Polícia Nacional procedemos com o pedido de autorização ao Diretor Nacional da Polícia Nacional para a aplicação de entrevistas, dando-lhe conhecer a importância do contributo no trabalho de investigação. O trabalho conta igualmente com a colaboração do Coordenador do Projeto Cidade Segura, responsável pela implementação do sistema de videovigilância em Cabo Verde, permitindo assim uma melhor compreensão do programa do governo na prossecução da segurança.

As entrevistas semiestruturada permitem explorar um domínio, aprofundar o conhecimento e os conteúdos são mais ricos em informações (SARMENTO, 2013). De acordo com os autores CAMPENHOUDT, MARQUET e QUIVY (2017, p. 89), “as entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta, permitem encontrar novas pistas e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras”. Deste modo, as entrevistas semiestruturada facilitar-nos-ão a obtenção de uma corrente de informação através do discurso da pessoa entrevistada, possibilitando desenvolver ideias que torna o trabalho muito mais enriquecido de informação.

Quanto ao instrumento aplicado, este dirigiu-se a quatro pessoas com elevada responsabilidade no que concerne a segurança pública no país. Primeiramente, ao Senhor Conselheiro de Segurança Nacional e Coordenador do Projeto Cidade Segura, ao Senhor Comandante Adjunto do Centro Comando e Controlo da Praia, ao Chefe Divisão de Investigação Criminal da Direção Central de Investigação Criminal da Polícia Nacional e ao Senhor Comandante Regional Adjunto de Santiago Sul e Maio.

É de salientar que toda a tradução realizada das obras de línguas estrangeiras para a língua portuguesa são da responsabilidade da autora. Acresce que a presente dissertação segue o novo acordo ortográfico em vigor desde 2009¹.

¹ Cfr. RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, de 29 de junho.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

I.1. DA SEGURANÇA

Desde os primórdios da sua existência, o Homem teve a segurança como necessidade prioritária. Por isso, agrupou-se em comunidade e identicamente pela consequente emergência das estruturas do poder político. Desta forma, a sociedade, o poder político e a segurança estão visceralmente relacionadas (OLIVEIRA, 2006, p. 53). Neste sentido, aponta CLEMENTE (2000, p. 40) que “a busca de uma vida segura levou os seres humanos a construir o Estado, enquanto comunidade e aparelho”.

A segurança é o motor fundamental na vida em sociedade. MASLOW (1954) definiu por ordem hierárquica cinco níveis de necessidades básicas na sua teoria comumente designada por pirâmide de MASLOW. Nesta senda, a necessidade de segurança aparece prontamente na segunda posição, logo após a necessidade fisiológica. Nesta teoria, MASLOW argumentou, por ordem cronológica, sobre as necessidades que o ser humano necessita para atingir a sua satisfação pessoal, mostrando que o desejo de segurança e proteção contra o perigo constitui uma necessidade primordial.

O conceito de segurança tem-se revelado “um conceito amplo e sem significado único” (SANTOS, 2016, p. 107). A palavra segurança é “derivada do étimo latino *securitate*, refere-se àquilo que está fora do perigo, estado da tranquilidade resultante da ausência de perigo” (CLEMENTE, 2010, p. 99). Segundo a perspectiva de RODRIGUES (2012, p. 19), a “noção de segurança, tal como a generalidade dos conceitos utilizados no quadro das relações internacionais, não é consensual. As representações da segurança mudam com as épocas, as civilizações, as culturas e as circunstâncias da política”. Por outro lado, ELIAS (2011, p. 3) aponta o conceito de segurança como um conceito “polissémico, contestado, ambíguo e complexo”, visto que acolhe diversas perspectivas, alcançando um novo sentido, tornando-se difícil de definir e de chegar a um consenso a um nível internacional. Numa abordagem convergente com a de outros autores, BRANDÃO (2004, p. 46) afirma que a “segurança é a busca da libertação relativamente à ameaça, e resulta da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade e as ameaças que a mesma enfrenta”. Na mesma linha de pensamento, ESCORREGA (2009, p. 5) considera que a segurança acarreta a libertação das ameaças relativamente aos valores centrais, ou seja, implica o afastamento de risco, perigo, previsibilidade e convicção

quanto ao futuro. Neste sentido, a segurança é entendida como “um elemento da condição do bem-estar que se produz pelo controlo, redução ou supressão dos riscos” (GUERRA, 2016, p. 122). Face ao exposto, podemos afirmar que a segurança, de uma forma genérica, pode ser entendida como estado de paz e tranquilidade, livres ou protegidas de todo perigo ou dano.

Torna-se evidente que, desde sempre, o Homem se preocupou com a segurança e, na busca desse desígnio, desenvolveu regras sociais como um mecanismo de defesa para disciplinar a vivência na sociedade. É deste modo que se verifica que a segurança desempenha um fator muito importante na vivência do Homem em sociedade. O conceito de segurança esteve sempre ligado à proteção face a atos ofensivos que abala e prejudique os propósitos políticos do Estado (SARMENTO, cit. in CARVALHO, 2015, p. 7). Assim sendo, tal como o Estado e a sociedade evoluíram, também o conceito de segurança evolui e adquiriu diversos significados, dependendo do momento histórico e do regime vigente.

Nesta perspetiva, realça ELIAS (2011, p. 14) que no panorama internacional, “a queda do Muro de Berlim, a implosão da União Soviética, o ruir da aliança dos países do Pacto de Varsóvia e o fim da Guerra Fria intensificaram a reflexão e o debate alargado sobre o conceito de segurança” contribuíram para a alteração do conceito de segurança. Para GUEDES e ELIAS (2010), trata-se de um conceito de *banda larga*, uma vez que os mecanismos de segurança foram-se ampliando e a segurança deixou de apresentar como uma matéria exclusiva do Estado, passou a participar a sociedade, as entidades públicas e privadas, bem como as instituições e organizações internacionais. Nesse contexto, “o garante da segurança dos cidadãos foi alvo de constantes mutações” tendo um “grande marco histórico da alteração do conceito de segurança” (CLARO, 2018, p. 15): o aparecimento do conceito de segurança humana, introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994. Consequentemente, a segurança passa a ser centrada no ser humano e não no Estado, no bem-estar dos povos e não na segurança das fronteiras, como um bem político que se materializa nos direitos dos indivíduos de viver livres de medo, mas também ao abrigo de necessidades, beneficiando de igualdade de oportunidades de gozar todos os seus direitos e de desenvolver plenamente o seu potencial humano (PNUD, 1994, p. 23). Por conseguinte, segundo GOUVEIA (2015, p. 421), o conceito da segurança humana passa a incorporar segurança pessoal, segurança económica, segurança ambiental, segurança alimentar, segurança no acesso a cuidados de saúde, segurança comunitária e segurança política.

A segurança é um bem público e sem ela, simplesmente, não há nem democracia nem desenvolvimento social² de uma sociedade, pelo que nesse contexto, se considera a segurança como sendo uma questão de Estado (TEIXEIRA, 2002, p. 10). O papel fundamental do Estado democrático é garantir o bem-estar social a todos os cidadãos, a prossecução da justiça e a segurança. Todavia, o “Estado, sendo responsável pela segurança pública e pela segurança interna, ao nível central, não possui o monopólio da segurança individual e da segurança entendida em sentido amplo” (DIAS, 2012, p. 61), isto porque, existe o reconhecimento que os estados deixaram de reunir as capacidades necessárias para fazer face aos desafios securitários atuais (BERENGUER, 2018, p. 2).

Por ser um bem público, toda a sociedade participa na prossecução da segurança, “com o apoio e inter-relação permanente entre as Forças de Segurança, entidades públicas e privadas e as comunidades é que se poderão desenvolver projetos holísticos e resultados tangíveis” (ELIAS, 2018, p. 152). Isto corrobora a opinião de que, atualmente, o Estado não é o único gerador de segurança, que existem muitos protagonistas, quer a nível nacional quer a nível supraestadual. É verdade que existem mais atores sociais a participar na prossecução da segurança, no entanto “o monopólio da prossecução da segurança pelo Estado tem-se desintegrado para dar lugar e espaço à sua promoção, em determinados setores da comunidade (privado, individual e coletiva), por outras pessoas coletivas” (VALENTE, 2019, p.128). Assim sendo, afirma SOUSA (2009, p. 5) que “a segurança, a nível interno como externo, eleva-se a um nível superior como pilar fundamental na estrutura de Estado independente”.

A segurança não deve ser entendida como um simples direito dos cidadãos, visto que é fundamental para um pleno desenvolvimento de um Estado.

I.2. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

A sociedade contemporânea é globalizada e bastante tecnológica, “nas últimas décadas, as evoluções tecnológicas ao mesmo tempo que geram benefícios geram consequências inesperadas, complexas e pouco desejadas. São efeitos colaterais negativos para a sociedade” (DUARTE, 2015, p. 452). Salienta ELIAS (2018, p. 24), que “vivemos numa era da informação, numa época de grande volatilidade, celeridade e de excesso de informação (...) as ameaças e

² Este conceito traduz-se no “processo de aumento de bem-estar e de melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, tanto em termos económicos, como nos domínios cultural, social e cívico” (DAS NEVES, 2001, pp. 266-267).

riscos e a generalizada mutação social são desafiadores para os estados de direito democrático para as suas instituições e para os cidadãos”. Verifica-se, então, que todo o processo de globalização provocou mudanças complexas na sociedade contemporânea.

O sentimento de insegurança pode ser analisado de diversas maneiras. Na perspectiva de FRIAS (2004, p. 4), considerado como “mais do que um produto das variações da criminalidade, deve sobretudo ser entendido como uma representação social do meio”. Sendo que não é um problema novo na sociedade, atualmente tem “ocupando um espaço significativo no quadro da preocupação dos indivíduos e da vivência democrática” (LOURENÇO, 2010, p. 12). Para VALKENEER (*cit. in* CLEMENTE, 2000, p. 284) o sentimento de insegurança é “um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime” pressentidas pelos cidadãos. Na mesma linha sem discordar com os outros autores LOURENÇO (2015, p. 443), definiu como sendo “um conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer coletivas, de inquietação, de perturbações ou de medo e de preocupação pela ordem social (...) que o aumento da criminalidade é uma das consequências mais visíveis”. Opinião também partilhada por LEAL (2010, p. 403), ao sublinhar que o sentimento de insegurança é uma construção social e como tal suscetível de subjetividade interpretativa, existindo uma manifestação emotiva e social simultaneamente e por esse motivo pode ser experienciado como algo de real, capaz de desencadear efeitos negativos concretos sobre os processos sociais.

Certas vulnerabilidades sentidas pelos cidadãos na sociedade, que se relacionam de alguma forma com o crime e “alimenta-se das crises concretas diárias, das delinquências e também das ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo as chamadas incivildades” (ALVES, 2010, pp. 190-191), alimentam de certa forma no sentimento de insegurança da população. Segundo afirma KUHN e AGRA (2010), existem duas vertentes da insegurança, a insegurança objetiva e a insegurança subjetiva. A insegurança real, ou objetiva, diz respeito à criminalidade, à violência e aos comportamentos desviantes como a delinquência juvenil, vandalismo, desordens urbanas e as incivildades. Por outro lado, a insegurança subjetiva relaciona-se com a perceção dos perigos e com a sensação do medo e do crime, exprimindo-se em dimensões cognitivas e afetivas (KUHN e AGRA, 2010). Esta insegurança desencadeia-se através da interação entre o meio e os sentimentos “de inquietação, ameaça, perturbação, ansiedade e desconfiança” que este desperta no indivíduo (DIAS, 2001, p. 24),

deste modo, o sentimento de insegurança se traduz numa sensação de inquietação, de ansiedade e medo nas pessoas.

Atualmente, as ameaças são cada vez mais complexas, difusas e atravessam as fronteiras dos estados. A criminalidade organizada, o narcotráfico e o terrorismo enquadrado como as ameaças sem rosto, uma vez que podem atravessar de outros países para o interior dos estados doravante constituir um atentado aos Direitos Humanos e aos valores elementares da democracia tornando a sociedade fragilizada (TEIXEIRA, 2002, p. 9). O crime impõe à sociedade um grande peso pelo seu impacto na qualidade de vida, do bem-estar e na saúde física e mental dos indivíduos (LOURENÇO, 2010, p. 13). Nesta senda, corroboramos com CLEMENTE (2000, p. 283) quando refere que “a emergência do sentimento de insegurança não se centra apenas no agravamento da criminalidade, nascendo também de outros atos incívicos. As manifestações de incivilidade contribuem para ampliar o clima de insegurança e causam um impacto perturbador sobre a ordem pública”.

Os problemas sociais como toxicodependência, desemprego, a desagregação da família, a exclusão social, são uma presença constante do quotidiano, produzindo um ambiente propiciador do aumento da criminalidade e são problemas essencialmente urbanos (LOURENÇO, 2015, p. 443). Portanto, esses problemas podem ser entendidos como “reflexo psicológico resultante da insegurança urbana, (...) onde podem ancorar-se múltiplos pontos das incertezas que povoam a vida nos grandes aglomerados” (FERNANDES e CARVALHO, 2000, pp. 75-76). Conforme salienta ROCHÉ (1993, p. 20), o sentimento de insegurança é a consequência de um processo de leitura do indivíduo na sociedade, que se apresenta pelas emoções de medo e ódio cristalizadas no crime e nos seus autores.

A relação entre o crime e globalização adquire impacto significativos à escala local e global, nomeadamente, a violência urbana, a criminalidade organizada transnacional e o terrorismo (ELIAS, 2008, p. 95). Nos centros urbanos apresentam vista de modernidade e o seu desenvolvimento garante um ritmo de desenvolvimento económico que atrai pessoas provocando um aumento rápido de população. Os crimes de furto por esticção, furtos de viaturas, delinquência juvenil, destruição de viaturas mendicidade agressiva, destruição de imobiliárias urbanos e os delinquentes entram facilmente em conflito entre si ou com a polícia, são particularmente crimes de violência urbana (LOURENÇO, 2015, p. 482). Exposto isso, salienta LOURENÇO (2010, p. 13) que se verifica que a violência urbana assume como grande gerador de sentimento de insegurança dos cidadãos, pelo que nas cidades há grandes complexidades e

concentrações de pessoas. Perante o exposto, tendo a criminalidade e o sentimento de insegurança a ela arrolada, têm um embate negativo e marcante na democracia. É neste sentido que, ELIAS (2018, p. 128) aponta que estão associadas ao aumento da insegurança, o tráfico de drogas, alterações de ordem pública, ofensas a integridade física e roubos, que acontecem nos centros urbanos, zonas turísticas e onde as condições socioeconómicas são mais reduzidas. Na mesma perspetiva ROCHÉ (cit. *in* SÁ, 2000) realça que a insegurança é associada ao aumento de uma nova violência urbana preconizada por certos comportamentos antissociais, como as incivildades, atos de vandalismo, carros abandonados na via pública, graffitis, os insultos, de forma que os cidadãos assumem com um peso determinante no sentimento de insegurança da vivência contemporânea.

A criminalidade é, implicitamente, um dos principais fatores que impele o sentimento de insegurança. Nesse contexto, a taxa de criminalidade deve ser escrupulosamente analisada para que possam ser implementadas estratégias mais convenientes para a mitigação do crime (OLIVEIRA, 2006; LEITÃO, 2000). A título de exemplo, segundo salienta ELIAS (2018, p. 24) poder-se-iam recorrer a “adoção de ferramentas tecnológicas, de estratégias e procedimentos tático-operacionais para prevenir e combater fenómenos criminógenos”

Um estudo do sentimento de insegurança “não significa que a criminalidade esteja a aumentar, mesmo que isso até se verifique, mas sim, visto que o medo do crime necessita de várias perspetivas, como a criminal e a das incivildades, para ser formado” (FERNANDES, 2009, p. 6). Associado ao sentimento de insegurança depara-se com o aumento da criminalidade e o descrédito nos elementos policiais, cabendo a este nível, às Forças e Serviços de Segurança (FSS), encontrar medidas e estratégias para aumentar os níveis de segurança da população na sociedade (SOUSA, 2009, p. 6). Deste modo, de facto, a insegurança é um problema sério que deve ser encarado com seriedade. Deste modo, requer que o Estado e à polícia, junto a comunidade, desenvolver novas estratégias capaz de solucionar os problemas de criminalidade e capaz de garantir um aumento de sensação de segurança aos cidadãos.

I.3. O PAPEL DO ESTADO E DA POLÍCIA

Num contexto de Estado de direito democrático, a segurança aparece como uma das tarefas fundamental do Estado, garantida e promovida sob o primado direito/poder integrando-se na política geral e ocupa um lugar de maior relevo (VALENTE, 2019, p. 129). Conforme

salienta CORREIA (2012, p. 25), cabe ao poder político, assegurar a garantia da justiça e da segurança a todos os cidadãos, nesse âmbito, um vínculo estratégico entre a segurança e a política, atualmente é um desafio para qualquer Estado de direito democrático.

O estado de direito democrático consagra de forma expressa ou implícita a segurança como uma tarefa fundamental (VALENTE, 2019, p. 125). A segurança consiste numa “preocupação governativa vital das comunidades políticas, mas a sua definição continua por concretizar” (DUQUE, 2015, p. 55). A preocupação pela segurança não é de responsabilidade exclusivamente do Estado, de modo que, para garantia da segurança descentralizada o poder, surgem várias instituições estaduais que usam força de uma forma concertada e que detêm autoridade em nome coletivo. Face a isso, surge vários atores que passaram também prover segurança, quer particular quer ao próprio Estado. O surgimento do Estado e a garantia da segurança são resultados um do outro, o Estado assumiu o monopólio da violência legítima pelo estabelecimento de uma via coerciva e mediadora designada de polícia (OLIVEIRA, 2006; GUEDES e ELIAS, 2010).

Impõe-se a criação de força coletiva denominada polícia, que será capaz de promover e garantir, em níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e dos seus bens. Neste sentido, aponta VALENTE (2019, p. 129) que o Estado recorre às “forças e serviços de segurança e demais entidades englobantes ao conceito de polícia” para a promoção e garantia na proteção dos “direitos pessoais, culturais, sociais e económicos” dos cidadãos. Na promoção do respeito da dignidade humana de uma sociedade democrática, a segurança deve ser garantida de forma estável e duradoura. O direito a segurança é um dever do Estado, porém, o Estado não pode apropriar como defensor absoluto dos direitos dos cidadãos, apesar de poder criar meios técnicos, isso pode colocar em causa o desenvolvimento livre e responsável da sociedade. Tendo em conta o exposto, a segurança também pode ser garantida pelos cidadãos, através de um controlo informal (VALENTE, 2019). Nos termos da alínea c), do art.º 7, da CRCV, é da competência do Estado “garantir o respeito pela forma republicana do governo e pelos princípios do estado de Direito Democrático”. Assim, segundo aponta CARVALHO (2016), a segurança é do interesse do poder político, porém, a determinação de certas condutas só é possível mediante a administração das forças de segurança que é o principal produtor de segurança e garante do cumprimento das leis. A atividade de polícia surge na garantia da segurança interna de um estado de Direito Democrático contemporâneo.

Tendo a segurança indubitavelmente como “um fator relevante de coesão social e de desenvolvimento económico do país” (PEREIRA, 2012, p. 21), torna-se uma preocupação especialmente do Estado. Tendo em consideração as novas ameaças, coloca-se ao Estado, que emerge políticas desenvolvidas para o seu alcance da segurança de forma a dar uma resposta de estancar a criminalidade e consequentemente o sentimento de insegurança. Neste sentido, CORREIA (2018, p. 33) afirma o que outrora era um modelo eficaz e eficiente, “atualmente pode não o ser em consequência da evolução da sociedade e das transformações do contexto securitário. Os grandes atores políticos têm de repensar as estratégias, as políticas, por forma a reajustarem os sistemas policiais e manterem a eficácia e a capacidade em garantirem a segurança”.

Acerca das novas ameaças o terrorismo, a criminalidade organizada que coloca em causa a segurança interna, atualmente a necessidade de um domínio integral sobre as verdadeiras e crescentes questões de segurança interna, que eram, no passado, remetidas para a esfera da segurança externa, torna-se necessário um olhar mais cuidadoso do Estado. Para isso, é preciso implementar novas políticas de segurança com vista a prevenir e combater as novas ameaças que pode colocar em causa a segurança de uma nação (CORREIA, 2016, p. 26). Realça LEITÃO (2000, p. 2) que quando a segurança diminui, cresce a expectativa por um gesto forte e nobre do poder político, da polícia e dos parceiros locais. O autor salienta ainda que a segurança assumiu nas últimas décadas uma grande relevância na opinião pública e ao nível de retórica dos discursos oficiais.

Segundo salienta OLIVEIRA (2006, p. 81) “a prevenção de problemas complexos, como é o caso do crime e do sentimento de insegurança, exige respostas políticas interdisciplinares e multifacetadas, porque, (...) a segurança é fundamentalmente uma questão política”. O poder político é a entidades providas de legitimidade de poder de escolhas e de decisão, e consubstanciam quadros normativos e lógicas de ação (DIAS, 2012, p. 60). As constantes mutações na sociedade compulsam ao desenvolvimento de medidas que sejam adequadas às necessidades do Estado e dos seus cidadãos. Nesse contexto, é notável a importância do Estado na prossecução da segurança, visto que, a segurança é um motor fundamental para um desenvolvimento de um país.

A contemporaneidade, as globalizações contribuíram para o surgimento de novas criminalidades, que obrigam o Estado a criar novas estratégias na prevenção e repressão criminal de maneira mais céleres e eficazes. E na procura de mais segurança aos cidadãos, é

preciso medidas com finalidade promoção de segurança de modo a resolver problemas que preocupa os cidadãos na sociedade. Compete ao Estado, por força da alínea *b*), do art.º 7 da CRCV, “garantir o respeito pelos direitos humanos e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos”. E por força da alínea *c*), do art.º 7, da CRCV, compete o Estado garantir o respeito pela forma republicana do governo e pelos princípios de estado de Direito Democrático³, tendo em vista que na prossecução da tarefa de um estado de Direito Democrático cabe ao Estado “institucionalizar uma força coletiva organizada jurídica e funcionalmente,” neste caso, a polícia (VALENTE 2019, p. 126) que nos termos do n.º 1, do art.º 244 da CRCV, “tem por funções defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos dos cidadãos”. A menção sobre a legalidade democrática visa no respeito ao cumprimento das leis, e a polícia com a legitimidade do Estado tem o dever de defender o seu próprio Estado e garantir a segurança pública de acordo com a lei (VALENTE 2019, p. 126). A polícia, em síntese, tem como propósito “garantir a tranquilidade e a segurança públicas, condições necessárias ao pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias” (RAPOSO, 2006, p. 23).

Consagra-se no n.º 1, do art.º 30 do CRCV, que “todos têm direito à liberdade e à segurança”, de forma que, realça CLEMENTE (2015, p. 9), que a “segurança sustenta a liberdade, porquanto, em termos objetivos, a segurança consiste na ausência de ameaça aos valores fundamentais da cidadania”. O autor salienta ainda que, a liberdade representa um grande valor maior da vida humana.

O art.º 1 da LSI conforme elucidada, o seu objeto visa definir as “atividades a desenvolver pelo Estado através das forças e serviços de segurança, bem como as medidas cautelares de polícia a adotar, para garantir a ordem, a segurança e tranquilidade públicas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas e prevenir a criminalidade”. Nesse contexto, através do Estado, as FSS na prossecução da garantia da segurança, do bem-estar dos cidadãos e dos seus bens, garantem a segurança, a efetividade da tranquilidade pública e a sua incumbência se apresenta na prevenção da criminalidade em geral.

³ *Cfr.* n.º 1 do art.º 2 da CRCV “República de Cabo Verde organiza-se em estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais”.

E como sendo a segurança numa perspetiva de segurança interna, conforme elucidada alínea *a*), do art.º 2 da LSI, como sendo “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade”⁴. Através da ação de FSS o Estado promove a defesa dos direitos pessoais, culturais, sociais e económicos ao proteger a vida, integridade física e moral das pessoas e suas as propriedades (VALENTE, 2019, p. 131).

A palavra polícia foi definida por vários autores e interpretada de variadas formas por ser um conceito polissémico. Definida pelo ELIAS (2018, p. 28) como sendo uma “instituição que tem por missão a proteção dos direitos humanos, a segurança interna, a garantia da ordem e tranquilidade públicas e a prevenção e investigação criminal”. Segundo a perspetiva de RAPOSO (2006, p. 23), a polícia é “toda a atividade desenvolvida por uns e outros, com o fim de garantir a tranquilidade e a segurança públicas, condições necessárias ao pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias”. Para isso, salienta VALENTE (2019, p. 119) que “a polícia deve ser um garante de bem-estar e de qualidade de vida em justiça e em segurança de todos os cidadãos (sem qualquer discriminação, inclusiva de condições de arguido ou de vítima), marcando como atuam no respeito e na defesa da dignidade da pessoa humana”. É atribuída a polícia o poder de garantir a ordem e a segurança pública. Compete a polícia⁵ por força do n.º 1, do art.º 240 da CRCV “defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos dos cidadãos”.

As mudanças sociais e tecnológicas produzem novas oportunidades de criminalidade (FELSON e CLARKE, 1998). Com inovações tecnológicas, perigos e ameaças cada vez mais evoluídas, pelo que haverá sempre uma tensão no desenvolvimento de novas medidas que garantam o bem-estar público.

As atividades policiais estão direcionadas ao serviço do povo e da democracia. As forças de segurança “cumpre-lhe, face à subordinação ao Direito (...) na prossecução da sua missão, defender e garantir a legalidade democrática, a segurança interna e todos os direitos dos cidadãos” (VALENTE, 2019, p. 119). Nesse aspeto “a polícia é uma instância de controlo virada para a manutenção da ordem e a aplicação da lei, nos termos da mais estrita legalidade” (DIAS, 1997, p. 444). Segundo aponta VALENTE (2019, p. 120), a polícia deve permanecer “subordinada e vinculada ao Direito-ordem jurídica material vigente do Estado de direito

⁴ *Cfr.* alínea *a*), do art.º 2, da LEI N.º 16/VII/2007, de 10 de setembro, Lei da Segurança Interna.

⁵ A função da polícia enquanto força de segurança encontra-se prevista no n.º 1, do art.º 240 da CRCV.

democrático-e ao respeito e a efetiva defesa e liberdades fundamentais pessoais de cada ser humano”. Desta forma, o Estado deve garantir a prossecução dos interesses previstos na lei para a ordem e da paz públicas.

De acordo com TEIXEIRA (2002, p. 10), um Estado sem segurança não desenvolve economicamente, sendo que é um fator de liberdade e uma condição da democracia. A segurança exigido pelos cidadãos, “conduz a que as forças de segurança se empenhem na reivindicação e na instituição de novos meios de segurança capazes de permitirem uma mentalização global de que existe uma técnica policial eficaz na prevenção e eficiente na repressão de infrações, quer no sentido de aplicação de sanções (...) quer no sentido de aplicação de medidas cautelares” (VALENTE, 2019, p. 655). Toda a sociedade civil, os cidadãos e o Estado num esforço em conjunto para preservar a segurança e ordem social. Deste modo, realça DIAS (2001, p. 10) que esse esforço se “traduz no respeito pelas normas de conduta socialmente aceites e juridicamente estabelecidas e no funcionamento das instituições destinadas a fazer respeitar essas normas”.

O risco está associado ao perigo e a vulnerabilidade, desta forma realça DUARTE (2015, pp. 451-453), que o “fenómeno de globalização permite uma ampla troca de informações e bens” (...) é notório que trouxe inovação e ampla dinâmica no relacionamento interpessoal, no entanto, “trouxe consequência imprevisível, contraditória e de difícil controlo” nas sociedades contemporâneas.

E pela exigência de segurança por parte dos cidadãos, bem como, a necessidade de suprimir o sentimento de insegurança, o Estado como autoridade legítima sente a necessidade de desenvolver novas políticas públicas de segurança com medidas e estratégias de segurança capazes de resolver os problemas que os cidadãos na sociedade queixam, prevenindo crimes de forma eficaz e inclusive com recursos a novos meios em cooperação com a sociedade civil e com os outros atores sociais.

I.4. PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Ao longo dos anos, segundo aponta FILHO (2012), o crime e o criminoso foram alvos de diversos estudos através de várias escolas (Clássicos; Positivistas; Chicago) e cada vez mais tem sido modificada o modo de analisar o crime e encontrar respostas eficazes na sua

prevenção. Afirma o autor que foi a partir do século XIX, que teve um grande avanço do estudo do fenómeno criminal tendo em consideração a suas causas.

A prevenção da criminalidade é uma atividade de extrema primazia e de grande importância para as forças de segurança e assume como um fator fundamental de um estado de Direito Democrático. É pertinente compreender que “a criminalidade é um fenómeno social complexo cuja origem assenta num leque diversificado de causas” (POIARES, 2014, p. 57).

Aponta FERNANDES (2006, p. 71), que a prevenção da criminalidade surgiu num contexto de aumento de índice criminalidade e aumento de sentimento de insegurança dos cidadãos. Salienta o autor, que pela carência de segurança pública, houve a necessidade de desenvolver técnicas eficazes com o objetivo de controlar, combater e prevenir a criminalidade na sociedade.

O propósito da prevenção criminal de acordo com CUSSON *et al*, (1994, p. 11-12), é particularmente na redução da criminalidade com o enfoque nas causas imediatas do crime ou os fatores que estão diretamente relacionados com o crime, que vai desde as circunstâncias, os fatores contemporâneos bem como o ambiente criminal. A prevenção da criminalidade eficaz segundo ELIAS (2018, p. 95), são com programas focadas em grande medida nas causas de criminalidade sociais e situacionais. Desta forma, o Estado recorre à “ação das forças de segurança e demais instituições e entidades englobantes no conceito de polícia⁶” (CLEMENTE, 2006, pp. 35-36), no intuito de fornecer respostas eficazes e fazer com que todos cumpram a lei. Salienta ELIAS (2018, p. 146) que para dirimir este tipo de problemas, uma aposta nas novas tecnologias, embora incremental, é muito importante no apoio à missão das forças e serviços e de segurança os sistemas de videovigilância em locais públicos, bem como o recurso a drones para vigilância. De facto, a prevenção da criminalidade não carece apenas das atividades desenvolvidas pelo Estado na prossecução da segurança das instalações e dos indivíduos, igualmente inclui a colaboração dos cidadãos em primar pela sua própria segurança. Deste modo, um “controlo social informal, em complemento do controlo formal, contribui para o resultado preventivo que se pretende obter” (FERNANDES, 2006, p. 75). O impacto da criminalidade na vida quotidiana é encarado pelos cidadãos como um problema social, logo

⁶ A polícia é considerada como “uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguardar a manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança de pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais” CLEMENTE (2006, pp. 35-36).

pode desestabilizar o desenvolvimento normal de uma sociedade por produzir impacto negativo na sociedade.

Nesse contexto, a globalização e a tecnologia trouxe novas preocupações e um aumento de problemas, tendo conexão com as incivilidades e delinquências urbanas, perturbações de ordem pública. Afirmar LOURENÇO (2009, p. 89), que “a globalização e as tecnologias de informação deram uma complexidade acrescida, interconectando incivilidades, delinquência, perturbações da ordem, pequena e grande criminalidade, criminalidade nacional e criminalidade transnacional dando origem a realidades muito dinâmicas e de difícil controlo”.

A polícia tem o dever de prevenir os perigos que possam produzir danos, seu principal desafio está em resolver problemas sociais de forma eficaz. Neste sentido LOURENÇO (2010, p. 12), afirma que a criminalidade e a insegurança urbanas determinam a necessidade de um novo quadro institucional e a definição de nova estratégia de segurança baseado nas necessidades de novas políticas públicas de segurança que produziram respostas à insegurança alojada sociedade urbana.

Tendo em vista a garantia de uma vida quotidiana segura, torna-se importante focar em estratégias com propósito de reduzir oportunidades que favorece o criminoso na prática de crime, com criação de estratégias capazes de dar respostas aos problemas de criminalidade no seio da sociedade (ELIAS, 2008, p. 444). Assim sendo, “é possível controlar os comportamentos delinquentes através de repressão e sanção a posteriori” (CORREIA, 2012, p. 44). A prevenção constitui um essencial desafio das forças de segurança e a sua preocupação encinta em atuar de forma preventiva, não reativa, sob pena de estar constantemente a correr atrás do prejuízo/remediar os danos, em alguns casos *e.g.*, perda de vidas, estes são irreparáveis.

Os conceitos de prevenção de criminalidade foram sendo atribuídos ao longo da história diversos significados. Na perspetiva de CLEMENTE (2015, p. 98), a prevenção criminal é a forma de “agir de modo a reduzir a frequência ou a gravidade da prática delitual. Portanto, antecipar o risco de dano é um imperativo policial. Ainda hoje, o patrulhamento da via pública representa a forma mais tradicional de prevenção criminal” e que a ação da polícia se tenciona ao bem comum ao prevenir ilícitos criminais (*ibidem*). Por sua vez, OLIVEIRA (2006, p. 79), define como um “conjunto de medidas cuja intenção é minimizar as infrações (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências) sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática do ato delinquente.” Na mesma linha de ideia WELSH e FARRINGTON (2012, p. 3), salienta-se que a prevenção criminal se trata de um esforço que se faz para prevenir

crimes antes do ato ser cometido. Nos termos da alínea *b*), do art.º 2, da LSI, a prevenção criminal é definida como sendo um “conjunto de diligências destinadas a prevenir a criminalidade e garantir a segurança das pessoas e dos seus bens, bem como as providências necessárias para impedir a produção de atos tipificados como crime ou para identificar os seus autores”. Assim sendo, a prevenção da criminalidade inclui todas as medidas destinadas a prevenir o cometimento dos crimes, através de políticas e de intervenção, quer através de medidas diretas de dissuasão de atos criminais, dirigidas para a diminuição da criminalidade e para reduzir o sentimento de insegurança dos cidadãos na sociedade.

Existe diferentes tipologias de prevenção para ROSS HASTINGS e pode proceder-se em três categoria, nomeadamente, primária, secundária e terciária (OLIVEIRA, 2006, p. 79). Segundo o autor, a prevenção explica-se basicamente, por “oposição à repressão” e podendo ser definida como conjunto medidas cujos objetivos visam sobretudo impedir que os crimes aconteçam (*idem*).

Tabela 1. Tipologia das atividades preventivas

Elementos relativos ao incidente criminal/ níveis de intervenção	Infrator	Situação (ambiente)	Vítima
Primária	Prevenção pelo desenvolvimento social (longo prazo)	Prevenção pelo desenvolvimento social (condições económicas e sociais)	Prevenção pelo desenvolvimento social (longo prazo)
Secundária	Prevenção pelo desenvolvimento social	Prevenção situacional	Gestão dos riscos
Terciária	Aplicação da lei penal (Polícia)	Intervenção numa situação de urgência	Primeiros cuidados às vítimas

Fonte: OLIVEIRA, 2006, p. 79.

Segundo aponta OLIVEIRA (2006, p. 79), pode considerar-se que a prevenção, é então:

- Primária, quando vai nas causas dos crimes e orienta-se no sentido de modificar as condições criminógenos.
- Secundária, visa na população que apresenta um risco particular na sociedade de delinquir.
- Terciária, focaliza na readaptação social dos delinquentes no meio social.

Segundo aponta GOMES (1997, p. 163), a prevenção situacional “centra o seu estudo na gestão, conceção e manipulação do ambiente físico e social, visando reduzir a oportunidade de passagem ao ato e aumentar o risco de deteção, caso esta última falhe”.

Deste modo, implica fundamentalmente intervir nos espaços onde há incidências criminais, de modo a tornar seu cometimento menos atraente aos criminosos. A polícia isolada, é insuficiente para prevenir a criminalidade, neste sentido, torna-se necessário respostas por parte do poder político, na criação de programas munido de estratégias eficazes no âmbito da promoção da segurança pública.

PREVENÇÃO SITUACIONAL

Foi nos anos de 1960 e 1970 por intermédio de CLARKE, MAYHEW, HOUGH e STURMAN, desenvolveram a teoria da prevenção situacional. Esta teoria centraliza essencialmente nos cenários do crime, com vista na prevenção e dissuasão dos ilícitos criminais, de forma a tornar a conduta criminal menos atraente para o criminoso e igualmente dificultar o acesso na concretização de crimes (CLARKE, 1997, p. 2). Na linha de SENTO-SÉ (2011, p. 31), a prevenção situacional são “subsídios normativos e empíricos para a criação de espaços defensivos, recursos tecnológicos, mecanismos de dissuasão”, ou seja, criação de medidas que permite sobretudo aplicar recursos de vários meios para evitar que o crime ocorra, tendo em conta as características ambientais físicas e sociais.

Sendo aponta CUSSON (1992, p. 140), a prevenção situacional se trata de várias “medidas não penais destinadas a evitar a passagem da intenção ou ato, através da modificação de circunstância particulares, em que uma série de delitos similares são cometidos ou passam vir a ser”. Portanto, FERNANDES (2006, p. 77) realça que certos crimes “poderiam ser evitados se o ambiente fosse manipulado de forma adequada”.

A técnica de prevenção situacional segundo afirma ELIAS (2008, p. 474), põe um assento tónico na redução de oportunidades para o cometimento de crimes. Para tanto, terão que ser desenvolvidas medidas entre os vários atores sociais, essencialmente, a polícia e a sociedade, com o propósito de intervir por forma a reduzir as oportunidades de crimes, assim como, dissuadir o seu cometimento.

Adotando uma classificação utilizada por CLARKE (*cit. in* ELIAS, 2008, p. 474), dividiu as técnicas de prevenção situacional em três grupos para uma gestão operacional mais eficaz.

Tabela 2. Técnicas de prevenção situacional.

Aumentar a dificuldade do crime	Aumentar os riscos	Redução de ganhos
Proteger os alvos Dificultar os acessos Orientar o público Restrição do acesso aos instrumentos do crime	Controlo de entradas e saídas Vigilância formal Vigilância natural	Eliminação de alvos Marcação dos bens Redução das tentações Afixação de regras claras

Fonte: CLARKE (*cit. in* ELIAS 2008, pp. 474-475).

A prevenção situacional atua numa análise das circunstâncias que concede na origem a certos tipos de crimes e introduz mudanças administrativas e ambientais discretas, a fim de reduzir as oportunidades da prática de crimes (CLARKE, 1997, p. 2). Na mesma linha, salienta o autor, que as técnicas de prevenção situacional não se focam nos fatores que influenciam os indivíduos a cometer um crime. Em vez disso, segundo afirma FERNANDES (2006, p. 76), a prevenção situacional repousa nas características situacionais, sendo que podem ser evitados certos crimes ou incivildades se o ambiente fosse manipulado de forma adequada. Estas medidas visam sobretudo, na modificação das circunstâncias particulares do ambiente onde materializam os crimes e “que têm por objetivo impedir a passagem ao ato através da alteração das circunstâncias particulares em que delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-los” (CUSSON, 2006, pp. 204-205). Portanto, na linha de FREILICH e NEWMAN (2017, p. 1), prevenção situacional “vê o direito penal em um sentido mais restritivo, como apenas parte do esforço anticrime na governança”.

O criminoso em toda a sua ação, faz cálculos de custo e benefício antes da prática do crime e tendo sempre em vista o resultado que pretende alcançar. Deste modo, a evitar que o crime aconteça o mais conveniente, prevenir o crime do que focar só nas consequências que surge a posteriormente. A eliminação ou limitação de oportunidades e a manipulação dos custos e benefícios do crime são as bases da prevenção situacional (WORTLEY e MAZEROLLE, 2013 e SENTO-SÉ, 2011). A prevenção situacional “se inscreve na lógica da criminologia do ato e da escolha racional. Propõe-se influenciar as decisões que um ator dotado de razão está prestes a tomar” (CUSSON, 2006, p. 204). Em suma, segundo o autor, o objetivo está em tornar o evento criminal menos atrativo para o criminoso, uma vez que, o criminoso age conforme as

oportunidades que percecione no local, em vez de concentrar apenas em submeter da detenção ou sanção mais pesadas (*idem*).

Sendo a perspectiva de CUSSON (2006, pp. 206-207), que a prevenção situacional abarca uma “extensa gama de meios”, destes meios, fazem parte, a vigilância dos locais onde eventualmente consigam ser cometidos ilícitos criminais, devendo os mesmos ser vigiados com auxílio de outros equipamentos, como os sistemas de videovigilância e sistemas de alarme. Nesta senda, afirma SENTO-SÉ (2011, p. 31), medidas como obstáculos físicos, com vista a eliminar ou reduzir o benefício potencial de um crime, o controlo de acesso na entrada e saída, o desvio do criminoso do alvo, bem como controlo de armas e outros instrumentos que sirvam na prática crimes são medidas que implicam na redução de oportunidades da prática de infrações.

Posto isto, o seu objetivo centra-se em compreender a forma como o criminoso pratica o crime, para que possa desenvolver medidas eficazes para eliminar as oportunidades dificultando o acesso ao crime e tornar a sua prática menos atraente para o criminoso (FREILICH e NEWMAN, 2017; CUSSON, 2006). Neste sentido, “conhecendo melhor, em cada caso, os objetivos dos delinquentes, as dificuldades que encontram e os riscos a que se expõem, torna-se fácil imaginar estratégias preventivas adequadas” (CUSSON, 2006, p. 208). Porém, a oportunidade não se reduz simplesmente à existência de um objeto desejado e à ausência da proteção do mesmo. A oportunidade para a prática de um crime abrange também todas as circunstâncias, quer do espaço quer de tempo (VELLANI, 2010, p. 12). Segundo salienta CUSSON (2006, p. 208), apesar dos benefícios na prevenção criminal, a prevenção situacional depara com várias críticas, o principal inconveniente da prevenção situacional é o deslocamento do crime.

A prevenção situacional apresenta medidas de redução de oportunidades sendo que desempenham um papel na causa de crimes, e concentram-se no tempo e no espaço. A teoria de escolhas racionais segundo COHEN e FELSON, a probabilidade de um crime ocorrerem, caso estiverem reunidos no espaço e tempo, um prevaricador motivado, um alvo provável e a ausência de um protetor eficaz a impedir que o crime ocorra. A questão de oportunidade a teoria da atividade rotineira e teoria do padrão do crime são úteis na compreensão a concentração de oportunidades de crime em tempo e espaço particulares (FELSON e CLARKE, 1998, p. 588).

A criminalidade, as delinquências e as incivildades estão relacionadas ao meio circunstancial e que quando manipulado de forma adequada, pode resultar num controlo de

prevenção (ELIAS, 2008, p. 446). Nessa linha de raciocínio, realça GOMES (2007, p. 71) que “qualquer estratégia de prevenção criminal deve compreender ações e medidas de prevenção situacional, nomeadamente, as que se dirigem a conceber e ordenar o espaço tendo em vista prevenir ou dificultar a prática de crimes ou de incivilidades”. Salienta ainda RATCLIFFE (2006, p. 10), que uma consideração importante na eficácia de uma tecnologia de vigilância, é o tipo de crime a ser abordado, pois afeta a capacidade de adaptação dos criminosos.

Segundo aponta TEIXEIRA (2002, p. 29), a criminalidade perturba a segurança pública e não é um problema exclusivo da polícia, é um problema da sociedade, bem como da civilização. Salienta o autor, que ao verificar que ninguém tem o monopólio da luta contra a criminalidade e a insegurança, torna-se uma preocupação de todos. Neste sentido, afirma o autor que torna necessário decisões firmes por parte do Estado, junto com os atores sociais e a sociedade, de modo a redefinir estratégia de combater sem tréguas a criminalidade e a sensação de insegurança dos cidadãos.

CAPÍTULO II: POLÍTICAS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO CRIMINAL

II.1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA

A segurança pública é efetivamente uma questão política, neste contexto OLIVEIRA (2006, p. 81) afirma que a prevenção de casos complexos, como o caso de crimes e de sentimento de insegurança, exige respostas políticas interdisciplinares e multifacetadas. Neste sentido, salienta CORREIA (2012, p. 25) que a “política e a segurança constituem uma relação estratégica complementar, enquanto conceitos operacionais, sociais e autónomos, de investigação das questões e desafios de Estado moderno”. As políticas de segurança, por princípio nascem da assunção política da necessidade da segurança desencadeada pela sociedade civil (OLIVEIRA, 2001, p. 21). Devido ao enorme confronto da criminalidade na sociedade a necessidade de prevenção, obriga à mobilização de meios cada vez mais eficazes de ponto de vista da segurança, tornando possíveis pelo progresso tecnocientífico (ELIAS, 2018, p. 10).

Considerando a biosfera que se vive atualmente, o nível da criminalidade e os desafios à segurança, devido ao surgimento de novas e complexas ameaças que põe em causa a segurança interna, realça FERNANDES (2014, p. 19), que as “ameaças transfronteiriças, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a internacionalização do crime organizado, levou à necessidade de adaptação e ajuntamento das políticas tradicionais de defesa externa e de segurança interna”. O autor salienta ainda que a combinação dos níveis nacionais (coordenação) e as internacionais (multinacionais e transnacionais), são formas capazes de prevenir eficazmente a essas ameaças. Por outro lado, CORREIA (2012, p. 26) defende que “estamos, portanto, perante uma alteração do paradigma de prioridade dos programas de ação pública e política, bem como de uma nova dimensão externa precedente relativamente à segurança interna”. Assim sendo, o Estado deve repensar em novas políticas no domínio da segurança capaz de prevenir dos riscos e ameaças que atravessam a segurança interna.

Levando em conta o impacto das novas ameaças na sociedade, o Estado por si só não consegue resolver todos os problemas de segurança na sociedade. A propósito, afirma CLARO (2018, p. 33) que os modelos que outrora eram eficientes, atualmente podem não ser tendo em conta a evolução da sociedade e a transformação do contexto securitário. Ressalva também o

autor que para neutralizar os riscos e as incertezas, compete ao poder político repensar em novas políticas de segurança de forma a reajustarem os sistemas policiais de acordo a evolução das sociedades por forma a garantir a eficácia em matéria de segurança.

O Estado tem como tarefa fundamental a segurança de todos os cidadãos e dos seus bens, cujo conteúdo programático se insere na segurança interna. Face às mudanças e evoluções dos riscos e das ameaças, aponta CLARO (2018, p. 20) que os estados teriam que reformular as suas políticas de segurança de acordo com as alterações políticas, securitárias e sociais. O efeito da globalização fez com que a criminalidade tornasse cada dia mais sofisticada, imprimindo a necessidade de novas estratégias de segurança a nível supranacional, e nesta medida o autor afirma que “a evolução do padrão securitário, as alterações do nível político, o surgimento de novas formas de criminalidade e o aparecimento de novos atores internacionais e nacionais conduziram a reforma das políticas públicas de segurança” (*ibidem*).

As políticas de segurança são tudo aquilo que constitui matéria de opção do governo, seja ato ou omissão que decorre no exercício da sua atividade (CLEMENTE, 2013, p. 35). Atualmente, segundo ALMEIDA (2013, p. 11), são planeadas com três objetivos essenciais: primeiro, prevenir os riscos simétricos e assimétricos de se manifestarem. Em segundo lugar, proteger as pessoas, as instituições democráticas, as infraestruturas críticas e os serviços e as forças de segurança, e por último, conter os efeitos de um acontecimento desastroso, gerindo as suas consequências, recuperando a ordem e a lei e promovendo o regresso a normalidade.

Em Cabo Verde, no programa do governo para a IX legislatura (2016), foi definida a segurança de todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, residentes ou de passagem no país como prioridade e um desígnio nacional, condição *sine qua non* para o desenvolvimento assente na garantia das mais básicas aspirações de todos e dos valores constitucionalmente consagrados⁷, com criação de programas no âmbito da segurança dos cidadãos e dos seus bens.

O desafio de segurança impõe o poder político a assumir a liderança e criar estratégias para a promoção da segurança na sociedade cabo-verdiana. Neste sentido, foi criado o Programa de Segurança Solidária, munido com pareceria para reestruturar o modelo de policiamento e a sua estratégia, com vista a reduzir os focos geradores de atos ilícitos criminais, com implementação de um conjunto de programas específicos centralizados em problemas concretos de caráter preventivo focalizado nos grupos sociais mais desfavorecidos e complexos

⁷ Cfr. RESOLUÇÃO DE CONCELHO DE MINISTRO N.º 75/2016 de 14 de outubro.

nas comunidades⁸. O programa encontra-se inserido na estratégia do modelo integrado de policiamento de proximidade, incluindo vários projetos, especificamente, o Turismo Seguro, Apoio à vítima de crime, Comércio Seguro, Escola Segura, Idoso Seguro e Verão Seguro (PEREIRA, 2019, p. 36).

O Estado tem por inerência o asseguramento a segurança interna através de políticas de segurança interna (RODRIGUES e PAINHO, 2018). Nesse âmbito, foram elencadas no compromisso para a legislatura um acordo estratégico de meio prazo, medidas de emergência no domínio da segurança interna. Por considerar a segurança urbana um fator prioritário na agenda política, foram definidas no programa do IX Governo Constitucional, medidas no âmbito da segurança pública de caráter urgente.

Note-se no Programa de Governo de Cabo Verde e Moção de Confiança (2016, p. 45), o governo estabeleceu-se implementar, “uma política de segurança focada no Homem, que a aborde de uma perspetiva global e integrada, abrangendo em termos conceituais, além da segurança pública e do combate à criminalidade (...) com reflexos na vida e no conforto do povo das ilhas e a cooperação internacional para a segurança”.

Especificamente no que respeita à segurança interna, reconheceu o governo, nos termos da RESOLUÇÃO N.º 144/2017, de 6 de dezembro de 2017, que a “situação com que o país se depara é por todos reconhecida como preocupante. O nível de criminalidade e o receio das populações são constantes inegáveis e que instam a que se passe da determinação e do compromisso para um quadro de medidas de intervenção”. Neste contexto, o governo verificou que existe a necessidade de criar novas políticas de segurança com vista a diminuir criminalidade e promover maior sentimento de segurança dos cidadãos na sociedade. Defendendo assim, a necessidade de uma intervenção que ultrapasse a estrita intervenção policial, isto é, com a criação de um programa de segurança interna com medidas que conjugam a prevenção da criminalidade com as ações de inclusão social e de valorização dos cidadãos⁹.

Neste sentido, foi criado programas com medidas de intervenção de caráter imediato que possam tocar não apenas nos fenómenos criminais na sociedade cabo-verdiana, como também nas suas mais profundas causas.

⁸ Cfr. GOVERNO DE CABO VERDE, 2009.

⁹ Cfr. RESOLUÇÃO N.º 144/2017 de 6 de dezembro (2017, p. 1521).

A RESOLUÇÃO N.º 75/2016, de 14 de outubro, estabelece os termos de referência para a elaboração do PNSIC, que espelha uma nova dinâmica de intervenção no enfrentamento da criminalidade, de caráter privilegiadamente preventiva, de alcance socioeducativo e, bem como a implementação de medidas de caráter urgentes e de projetos enquadradas no PNSIC. O programa materializa-se na intervenção desenvolvida em prol da segurança, com o principal fim, a “segurança cidadã”. Este programa traduz na ambição de restabelecer os valores e princípios da cidadania, da solidariedade e da convivência social, bem como de instituir uma dinâmica permanente de prevenção, complementada por uma ação policial qualificada¹⁰.

De acordo com o art.º 5 da RESOLUÇÃO N.º 75/2016 de 14 de outubro, além do programa PNSIC, foram considerados prioritários pelo governo a implementação de seguintes medidas, projetos e ações no domínio da segurança: o reforço dos meios para a atuação de polícia (armamento, fardamento, viaturas, equipamento informático, combustível, formação e recrutamento de elemento das forças de segurança). A implementação dos projetos Cidade Segura, com implementação do sistema de videovigilância nos espaços públicos e na criação de um número único de emergência nacional para uma estrutura de coordenação e integração das FSS.

No que tange ao projeto Cidade Segura, conforme ressalva REIS (2021), o projeto foi preconizado pelo governo, com o compromisso de priorizar a segurança urbana como elemento fundamental para o crescimento económico e o desenvolvimento do país. Segundo o autor, o projeto abrange na implementação de um conjunto de serviços, inseridos num sistema integrado de segurança, com o objetivo de antecipar ocorrências criminais, garantir respostas imediatas às emergências e eficiência na gestão da segurança urbana.

SEGURANÇA E PREVENÇÃO CRIMINAL

Com o aumento de novos riscos e ameaças que extrapolam as fronteiras nacionais, os estados vêm-se obrigados a repensar as suas políticas de segurança, de forma a delinear respostas articuladas com o contexto internacional. De todo o modo, FERNANDES (2014, p. 19) advoga que as novas e complexas dimensões da ordem internacional acabam por produzir repercussões no panorama securitário interno dos estados.

¹⁰ Cfr. RESOLUÇÃO N.º 75/2016 de 14 de outubro de 2016.

A criminalidade contemporânea, segundo aponta ELIAS (2018, p. 178), “é potencialmente disruptiva dos estados de Direitos democráticos, estendendo os seus tentáculos aos diferentes poderes”. Neste contexto, a cooperação transnacional se destaca como um dos principais mecanismos para fazer face à criminalidade hodierna.

O panorama securitário cabo-verdiano tem assinalado um desenvolvimento considerável mediante os esforços em torno da cooperação internacional. Em termos amplos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) estabelecido para 2017-2021, enforma-se em torno “da consolidação das alianças para a área securitária, nomeadamente no espectro do aprofundamento das parcerias estratégicas com a União Europeia e com os Estados Unidos da América” (PEDS, 2017, p. 141).

Socorrendo-se da CRCV, a segurança constitui-se enquanto tarefa elementar do Estado. Neste sentido, o art.º 7 veio incumbir o Estado de “garantir o respeito pelos direitos do homem e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos”.

No que toca à Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade (LSIPC)¹¹, a segurança interna consiste na “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade”.

Já por sua vez, a Lei de Política Criminal¹² atribui importância à segurança como um direito fundamental dos cidadãos. A referida lei apresenta como principais formas de intervenção, em primeira linha, a definição de prioridades de áreas ou fenómenos criminais em detrimento da tipologia de crimes, procurando obter uma maior eficiência e eficácia na prevenção e repressão criminal. A seleção das prioridades norteou-se para fenómenos suscetíveis de prevenção, através da adoção de programas específicos nos casos da violência baseada no género, dos crimes contra a autodeterminação sexual, dos crimes de aliciamento, facilitação ou oferta de bebidas alcoólicas a menores, e dos crimes contra a segurança alimentar e a saúde pública.

Ademais, em consonância com as imposições constitucionais e legais, o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) tem como apanágio principal a adoção das linhas de intervenção na defesa e segurança nacional.

Do mesmo modo e segundo o PEDS (2017, p. 141), a “segurança consubstancia-se como um dos elementares substratos da construção das sociedades democráticas e um

¹¹ Cfr. LEI N.º 16/VII/2007, de 10 de setembro.

¹² Cfr. LEI N.º 78/VII/2010, de 30 de agosto.

inquestionável fator de desenvolvimento”. Neste seguimento, o Estado de Cabo Verde procura delinear medidas e estratégias para a prevenção e repressão dos riscos e ameaças.

A segurança, atualmente, se consubstancia como direito fundamental, onde pode ser encarada como uma garantia do exercício dos demais direitos, liberdades e garantias. Sufragamos da opinião de VALENTE (2019, p. 125), ao referir que “a vida é o principal interesse do homem, logo este precisa de ser amparado contra os perigos não só da natureza, mas também da cobiça humana, da prepotência e violência dos mais poderosos”. Neste âmbito, o Estado surge como o principal ator para efetivar o exercício do direito à segurança. Para a prossecução desses fins, o Estado precisa de entes jurídicos, que possuem uma função, uma organização e um poder. Um destes entes jurídicos é a polícia, que se reveste “*prima facie*” o manto de força de segurança, desde logo por imperativo constitucional¹³ (VALENTE, 2019, p. 154).

A PNCV surge como um dos principais aparelhos administrativos, tendo em vista a prossecução da sua ação essencialmente preventiva. A função preventiva da PNCV decorre da Constituição, especificamente no n.º 3, do art.º 244, evidenciando que “a prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”. No mesmo sentido, a Lei Orgânica da PNCV, descreve como missão da polícia “defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos¹⁴”.

Pese embora a função preventiva da polícia se afigurar na sua atividade primária, é essencial fazer referência à função repressiva-função essa que ocorre quando a prevenção falha. A prevenção criminal, segundo CANOTILHO e MOREIRA (2007), desdobra-se num duplo sentido: a função de vigilância que se traduz na vigilância desenvolvida pela polícia procurando evitar violações das limitações; a função de prevenção criminal *stricto sensu* que consiste na adoção de medidas adequadas para certas infrações de natureza criminal.

A prevenção da criminalidade, nas palavras de ELIAS (2018, p. 93), “materializa-se através de um vasto conjunto de vertentes do serviço policial, nomeadamente através de programas de policiamento de proximidade, do apoio a vítimas de crime, do patrulhamento da via pública, do patrulhamento das vias rodoviárias, da segurança a eventos desportivos, a eventos culturais”. Com a reforma organizacional desencadeada em 2005, a PNCV viu o seu

¹³ Cfr. art.º 244 da CRCV.

¹⁴ Cfr. alínea a), n.º 1 do art.º 2 do DECRETO-LEI N.º 39/2007, de 12 de novembro, alterado pelo DECRETO-LEI N.º 49/2017 de 14 de novembro, que aprova a Orgânica da Polícia Nacional.

espectro de atuação ser alargado, abrangendo as vertentes de Ordem Pública, Polícia Marítima, Guarda Fiscal, Polícia Fronteira e Polícia Florestal, passando a controlar as fronteiras aéreas e marítimas, vigiar e fiscalizar o território aduaneiro, controlar as fronteiras aéreas e marítimas, atuando como polícia marítima e aérea. Este espectro de alargamento de competências para a intervenção da PNCV se caracteriza por se consubstanciar numa polícia de natureza integral, na medida em que, de acordo com ELIAS (2018, p. 87), “as polícias integrais possuem uma cadeia de comando e controlo bem definidas, são autossuficientes na prossecução da sua missão e têm um quadro holístico de competências legais, de valências e de capacidades”.

Neste caso, podemos afirmar que o âmbito de atuação e intervenção da polícia de Cabo Verde tem assumido um carácter essencialmente preventivo, pelas atribuições de prevenção criminal estabelecidas na constituição, na lei de segurança interna e prevenção criminal, na lei de política criminal, entre outros. A título de exemplo, o PNSIC, de entre os vários objetivos preconizados, procura efetivar uma maior aproximação entre a PNCV e a comunidade, tendo em vista assim a operacionalização do Modelo Integrado De Policiamento De Proximidade (MIPP). Neste âmbito, a PNCV tem desenvolvido a operacionalidade vários domínios que vão desde a implementação do modelo de policiamento de proximidade, passando pelo aperfeiçoamento das unidades de investigação criminal, equipas cinotécnicas, operações especiais desenvolvidas pelo grupo de ação tático e grupo de atiradores em moto, o corpo de intervenção, entre outras. Outro marco de extrema relevância no âmbito da prevenção criminal prende-se com o facto da implementação de um vasto leque de medidas, e. g., a criação e adoção do sistema de videovigilância em 2018 na cidade da Praia e que tem sido alargado para as restantes ilhas, através do projeto Cidade Segura.

Não obstante, importa realçar a atuação em estreita coordenação e cooperação com os demais serviços de segurança. Para isso, PNSIC (2017, p. 142) preconiza uma “abordagem multissetorial destinada a ser mais eficazes nos contextos: da prevenção da violência e da contenção do crime da melhoria da coesão e da convivência sociais”. O PNSIC visa numa nova dinâmica de intervenção no enfrentamento da violência e da criminalidade, de carácter privilegiadamente preventiva e de alcance socioeducativo, cuja lógica é sustentada primordialmente, por três princípios aplicados por parte da PNCV: na intervenção de proximidade, focalizando no reforço do exercício social e não meramente físico da autoridade como resultado da implementação de mecanismo locais de prevenção que favorecem um ambiente urbano humanizado e uma identificação plena entre os cidadãos e a FSS. A Intolerância às incivildades orientada para a identificação e correção atempadas de

comportamentos e/ou condutas antissociais que mais favoreçam a eclosão da violência ou que, simplesmente, firam os valores da vida em comunidade ou comprometam a boa convivência e bem-estar sociais. E por fim a prevenção e reação criminal: consciente das limitações que as respostas produzidas pelos modelos tradicionais têm tido na efetiva diminuição da violência e criminalidade. Com o propósito em dinamizar uma ampla e profunda reforma institucional que se concretize na real qualificação da ação policial, consequentemente da reação criminal tendo em vista uma mais célere e efetiva identificação e responsabilização dos autores de condutas criminais, bem como maior eficácia na reinserção dos mesmos na sociedade¹⁵.

Sobre a prevenção criminal, e segundo salienta REIS (2021) os dados de que se dispõe sobre a redução da criminalidade, nos últimos três anos, principalmente no concelho da Praia, são animadores e deixam crer que os investimentos deram retorno, mas com um conjunto de investimentos num quadro de uma abordagem sistémica diferente, todos os programas direcionados na prevenção da criminalidade contribuíram na prevenção e diminuição da criminalidade. E ressalva ainda o autor que a PNCV pode adequar as suas estratégias de ação, tendo a mentalidade no serviço público, próximo dos cidadãos numa lógica preventiva e antecipatória e também com um grande nível de operacionalidade na resposta através das várias frentes em que a PNCV está, das fronteiras e relação com os imigrantes, à polícia marítima, à atuação no espaço alfandegário, na ordem pública e na investigação criminal. E que são esses os elementos que, mais uma vez citando o PNSIC, devem nortear a ação da PNCV no seu processo de modernização.

II.2. A VIDEOVIGILÂNCIA E O ESPAÇO PÚBLICO

A designação circuito fechado de televisão surge da expressão inglesa, *Closed Circuit Television* (CCTV) referindo-se à uma tecnologia de vigilância (NORRIS e ARMSTRONG, 1999, p. 3). O termo televisão circuito fechado teve a sua origem para diferenciar entre televisão pública de transmissões e redes privadas de monitorização de câmaras e imagem. Atualmente, aponta RATCLIFFE (2011, p. 9) que CCTV é empregue como termo genérico para uma variedade de tecnologias de videovigilância.

¹⁵ *Cfr.* RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 144/2017 de 6 de dezembro.

Segundo perspectiva de GOOLD (2004, p. 12), CCTV é um sistema com várias câmaras de vídeo onde são conectadas num circuito fechado, onde as imagens produzidas são enviadas para uma televisão central e/ou gravada. Segundo LYON (2002, *cit in.* ZEHNDER, 2014, p. 16) definiu videovigilância como sendo a observação de pessoas e objetos por meio de câmaras ótica-eletrónicas. Nas palavras de NUNES (2011, p. 5), trata-se de um “sistema de controlo de vídeo, composto por uma ou mais câmaras de vídeo que recolhem imagens num determinado espaço, durante um determinado tempo definido ou ilimitado”. O autor afirma ainda que câmaras geralmente são equipadas com um *software*, ligado à Internet que possibilita a gravação de imagens e visualização em tempo real. No entanto, GOOLD (2014), considerou a ferramenta tecnológica como sendo “qualquer forma do sistema de monitorização que utiliza câmaras de vídeo como meio de vigilância”.

O sistema de videovigilância é categorizado de duas formas, sistema passivo e sistema ativo. Na linha de RATCLIFFE (2011, p. 9), considera-se sistema passivo quando “existe um dispositivo de gravação das imagens, em que estas podem ser repetidas posteriormente se um crime é relatado, embora ninguém monitorea ativamente as imagens”. Segundo o autor, o sistema ativo é quando há pessoas a monitorizar as imagens através de um ecrã e exibido em tempo real.

Devido ao surgimento de novas ameaças como a criminalidade organizada, o narcotráfico e o terrorismo, leva com que o Estado, tem vindo a implementar novas formas de prevenir os crimes, com recursos a meios tecnológicos, a videovigilância urbana com o controlo dos espaços públicos de utilização comum, de forma a aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos e prevenir e reprimir a criminalidade.

O Reino Unido está bastante avançado em aspetos tecnológicos, mais concretamente no sistema de videovigilância. Nas últimas três décadas, o Reino Unido aumentou de forma exponencial o uso destas tecnologias, adquirindo elevada experiência e tornando-se o líder no uso do sistema de videovigilância no mundo (EUROPEAN FORUM FOR URBAN SECURITY, 2010, p. 14). Essa inovação tecnológica atualmente é bastante utilizada por vários países pelo mundo, considerado como um grande investimento, na Europa começou no Reino Unido e nas últimas décadas expandiu internacionalmente. O seu efeito na criminalidade é certamente uma forma rigorosa de impedir crimes que se concretizem nos centros urbanos, sendo um investimento concreto na vigilância dos espaços públicos para a segurança estimável dos cidadãos.

Foi na década 1970 que o sistema de videovigilância surgiu no Reino Unido e teve um desenvolvimento massivo na sua utilização na década 1990 e expandiu gradualmente (GERRARD *et al*, 2007, p. 5). Da campanha terrorista do *Irish Republican Army* (IRA) em 1990, do ataque de pregos em Brixton em 1999, para os incidentes terroristas de Londres em 2005, e neste último, a utilização de câmaras de videovigilância desempenhou um papel importante e fez com que chegasse à identificação dos suspeitos precocemente.

Nas evidências de câmaras de videovigilância usadas em investigações pós-terrorismo, foram feitas pesquisas sobre o ataque de 2005 em Londres no metro. Segundo realça FLAHERTY (2015), encontrados os indivíduos suspeitos, estes foram identificados mediante as câmaras de videovigilância e teve na época uma grande repercussão mediática, quando as imagens foram divulgadas disseminando medo na sociedade, sendo que foi um dos principais objetivos dos terroristas. Foi através da análise das imagens que foi possível observar que o terrorista notoriamente queria que todos vissem através das imagens das câmaras de videovigilância todos os seus movimentos. O autor afirma que fazia parte do plano dos terroristas essa exposição. Os terroristas queriam que as suas infrações fossem filmadas de forma a chamar atenção para provar/documentar a sua determinação jihadista. No entanto, o IRA, procurou deliberadamente manter o anonimato para preservar a estrutura terrorista. Com o alargamento do sistema de videovigilância do “anel de aço” na cidade de Londres com instalação de câmaras nas ruas estreitas propositadamente, forçou a diminuição de velocidade de forma que permitiu a captação das imagens dos motoristas, dos veículos e das placas de matrícula para que fossem gravadas com mais facilidade. Forçando as organizações terroristas a mudarem o seu alvo para fora do centro de Londres, como é o caso do atentado de 1996 às Docas (FLAHERTY, 2015).

Um marco importante para o progresso do sistema de videovigilância e aceitação por parte da população do Reino Unido, na linha de ZEHNDER (2014, p. 16), remonta a década de 90, a favor da instalação de câmaras de videovigilância em espaço público, teve como ponto de partida o rapto de JAMES BULGER, uma criança de apenas dois anos, tendo desaparecido no centro comercial em Bootle e dias depois foi encontrado morto numa linha de comboio. O caso foi bastante repercutido pelos *media* nos principais canais de TV. O autor salienta ainda que foi através das câmaras de videovigilância do centro comercial que foi capturado os dois criminosos que tratava de duas crianças de apenas 10 anos de idade. Afirma TÖPFER (2010, p. 78) que o acontecimento na época levantou um choque a nível nacional, ao mesmo tempo foi detetado uma "solução tecnológica" através de câmaras de videovigilância na prevenção da

criminalidade. Visto que na época registava uma elevada taxa de criminalidade, a sua instalação generalizada constituía um grande investimento a nível de segurança.

A instalação de videovigilância teve um alargamento significativamente na década de 90 e na época sem legislação específica. Atualmente existe um vasto leque de diplomas que regula o sistema de videovigilância, códigos de prática e notas de orientação para o seu funcionamento. Para salvaguardar a liberdade das pessoas foi criado o *Código de Prática das Câmaras de Videovigilância*, bem como o cargo de *Surveillance Camera Commissioner* ocupado por TONY PORTER e com ele uma Estratégia Nacional de Câmaras de Videovigilância para a Inglaterra e País de Gales (PORTER, 2017, p. 8). As estimativas dos números de câmaras de videovigilância indicam que existem entre 4 milhões a 6 milhões de câmaras de videovigilância no Reino Unido, através de um estudo realizado em 2013. Porém, os números não incluem as câmaras de reconhecimento automático da matrícula de veículos, *body camara*, câmaras usadas em veículos e nem veículos aéreos não tripulados (drones), pelo número possivelmente será bastante superior (PORTER, 2017, p. 9). Sendo assim, o Reino Unido é considerado um dos países mais vigiados no mundo (MOITA, 2016, p. 28). A instalação de videovigilância nos espaços públicos, foi sem dúvida um grande investimento na prevenção da criminalidade com o objetivo de reduzir crimes. Operando dentro do paradigma de prevenção da criminalidade, as câmaras de videovigilância assumem-se como fator dissuasor para os criminosos, tornando-os visíveis e identificáveis na prática de crimes (SQUIRES, 2010, p. 45). Com a extensão de câmaras de videovigilância confere maior responsabilidade à força de segurança em garantir a segurança pública e garantir um aumento de sentimento de segurança.

Na Europa, cada Estado tem implementado estratégias na utilização de sistema de videovigilância em espaço público de utilização comum, por exemplo, a preocupação da Espanha na regulação da utilização dos sistemas de videovigilância surge com fundamento na prevenção no âmbito de uma política antiterrorista. No que diz respeito ao caso de França e Itália surge com o fundamento no combate contra a “delinquência comum”, entretanto em Portugal o seu objetivo cinge em “assegurar a proteção de pessoas e bens” (GUERRA, *et al.*, 2004, p. 9). Esta ferramenta tecnológica é instalada para várias finalidades, adaptando-se às necessidades de cada estado.

O sistema de videovigilância é frequentemente utilizado como uma ferramenta de controlo e prevenção de infrações criminais. Aponta HEMPEL e TÖPFER (2004), que em 2002 surgiu um estudo sobre avaliação da proliferação de videovigilância em espaço público na

Europa, *The Urbaneye Project*, um estudo comparativo sobre o aumento da utilização e as implicações sociais e políticas do sistema de videovigilância, com o propósito de delinear estratégias de regulamentação desta ferramenta. A pesquisa começou em setembro de 2001 e terminou em junho de 2004 e foi realizado em sete países da Europa, nomeadamente, Áustria, Dinamarca, Alemanha, Grã-Bretanha, Hungria, Noruega e Espanha, e realizado por uma equipa multidisciplinar composto por equipas de criminologistas, filósofos, cientistas, políticos, sociólogos e urbanos geógrafos. O estudo apresenta que a maioria da população entrevistada apoia a utilização das câmaras de videovigilância de forma geral, contudo a aceitação é dissemelhante de país para país (HEMPEL e TÖPFER, 2004). Assim sendo, de acordo com o estudo, alguns países apresentaram como defensores (britânicos) na utilização do sistema de videovigilância nos espaços públicos e outros discordantes (austriacos e alemães) (*ibidem*). Os britânicos apresentaram como defensores, “juntamente com um período prolongado com uma ameaça real de terrorismo combinados para aclimatar o público do Reino Unido ao uso de videovigilância. Isso foi tão completo que muitas vezes, são as próprias comunidades que exigem” (BAYES, 2010, p. 185)

A implementação de videovigilância é frequentemente discutida no contexto de terrorismo ou incivilidade urbana, por exemplo, em Grã-Bretanha, Espanha e Alemanha (HEMPEL e TÖPFER, 2004, p. 61). Considerada como um meio técnico de segurança das forças policiais para prevenir, investigar e por consequência reprimir crimes (VALENTE, 2019, p. 660). De acordo com HEMPEL e TÖPFER (2004, p. 61), esta ferramenta tem sido um meio eficaz na prossecução da segurança e no aumento de segurança da população na sociedade britânica. O estudo aponta que Grã-Bretanha, França e Holanda são os países da Europa onde a maioria dos sistemas são operados por autoridades locais, contudo apoiados por uma política desenvolvida do governo central.

É possível verificar que muitos países do mundo estão a seguir os bons exemplos da utilização do sistema de videovigilância pelas FSS na prevenção, repressão e investigação criminal. A sua eficácia levada em conta nos outros países, levou o Estado cabo-verdiano a apostar no meio tecnológico a fim de prevenir os ilícitos criminais e auxiliar na investigação criminal.

II.3. SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA E OS DIREITOS DOS CIDADÃOS

Ao falarmos no direito à segurança, inevitavelmente aborda-se sobre o direito à liberdade e outros direitos fundamentais dos cidadãos. Os direitos fundamentais “são posições jurídicas ativas das pessoas integradas no Estado-Sociedade, exercidas por contraposição ao Estado-Poder, positivadas no texto constitucional” (GOUVEIA, 2015, p. 161). Segundo o n.º 1 do art.º 4 do Regulamento da União Europeia 2016/679, de 27 de abril de 2016, alusivo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação, define-se os dados pessoais como qualquer “informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (...) direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular”.

Certos direitos fundamentais, nomeadamente, o direito à reserva e intimidade da vida privada e familiar, o direito à imagem e o direito à liberdade, com o direito à segurança, naturalmente pode ocorrer casos que entram em conflito entre os direitos consagrados pela lei. Segundo aponta ANDRADE (2010, p. 302), estamos perante uma colisão de direitos quando “a esfera de proteção de um direito é constitucionalmente protegida em termos de intersetar a esfera de outro direito ou colidir com uma outra norma ou princípio constitucional”. Já na perspetiva de ALEXANDRINO (2015, p. 126), ocorre situação em que os direitos de colidam “quando num caso concreto, a protecção jurídica emergente do direito fundamental de alguém colida com a de um direito fundamental de terceiro ou com a necessidade de proteger outros bens ou interesses constitucionais”.

O direito à segurança em que levou o poder político a introduz novas ferramentas para a prossecução da segurança, a implementação do sistema de videovigilância, para a prevenção e repressão criminal e para a redução do sentimento de insegurança sentida pelos cidadãos, como forma de garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, consagrado no n.º 1 do art.º 30 da CRCV, o direito à imagem consagrado no n.º 2 do art.º 41 da CRCV e no n.º 1 do art.º 77 do Código Civil de Cabo Verde e o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar consagrado no n.º 2 do art.º 41 da CRCV e o n.º 1 do art.º 78 do Código Civil de Cabo Verde, quando houver o conflitos desses direitos aplica-se o princípio da proporcionalidade consagrado

na parte final do n.º 5 do art.º 17 da CRCV, devendo que as ações do Estado devem ser equilibradas na sua proporção e proibido o excesso.

O princípio da proporcionalidade, segundo realça ALEXANDRINO (2015, pp. 126-127), a colisão de direitos quando não se pode resolver com “base no escalonamento abstrato dos direitos e na ausência ou insuficiência das disposições legais harmonizadoras, devera ter se em consideração um leque variável de fatores (...) segundo um princípio de harmonização e concordância prática que possibilite uma equilibrada distribuição dos custos do conflito. Na maior parte dos casos, (...) nem à aplicação do critério de proporcionalidade, podendo no limite chegar-se à conclusão de que um dos direitos tem de ceder totalmente perante o outro”. Nesta medida, num estado de Direito Democrático o direito a segurança e o direito a liberdade constitui valores superiores, para a salvaguarda dos dois direitos deve pautar-se pelo princípio da proporcionalidade.

O direito à liberdade e à segurança, contra perigos e ameaças são algumas das principais peculiaridades dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrado. Segundo afirma SILVA (2021), o “direito à segurança é mais do que mera garantia de outros direitos, é uma condição de estabilidade do próprio Estado”. O direito à segurança, apesar de ser um direito fundamental do estado de Direito Democrático consagrado no art.º 30 da CRCV, não pode ser compreendido como um direito absoluto, visto que pode violar o direito a liberdade consagrado no n.º 1 do art.º 29 da CRCV.

Nos termos do n.º 2 do art.º 41 da CRCV, está salvaguardado que “todo o cidadão tem direito (...) à imagem e à reserva da intimidade da sua vida pessoal e família”. Esse direito que, de acordo com NUNES (2011, p. 19), engloba o direito à liberdade física e de locomoção, sendo que perante lei, de acordo com o n.º 1, do art.º 30, da CRCV “todos têm direito à liberdade e segurança pessoal”. Em matéria de direito à imagem, a imagem filmada não pode ser divulgada sem o consentimento da pessoa filmada. Segundo MIRANDA E MEDEIROS (2010, p. 619), este direito à imagem acata o princípio da verdade. Ou seja, “após obtido o devido consentimento para a divulgação das imagens, as mesmas devem ser salvaguardadas de qualquer adulteração ou descontextualização não autorizada” (SILVA, 2013, 35). Segundo realça VALENTE (2012, p. 544), as câmaras de videovigilância podem violar o direito a reserva e a intimidade da vida privada das pessoas quando empregada sem respeitar a norma em vigor de proteção de dados. É uma ferramenta tecnológica, cuja utilização pode ser útil se for utilizada de forma racional e

proporcionalmente, caso contrário será uma ferramenta de restrição absoluta do exercício de direitos fundamentais pessoais (VALENTE, 2009, p. 40).

Com o recurso do sistema de videovigilância nos espaços públicos como um instrumento auxiliar na prevenção criminal, com o visionamento das câmaras pelas FSS restringem alguns direitos fundamentais internacionalmente consagrados, nomeadamente, o direito da reserva da intimidade da vida privada, nos termos do n.º 1 do art.º 8 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), art.º 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e do n.º 1 e 2 do art.º 17 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O direito à liberdade, nos termos do art.º 1, art.º 3, art.º 9, art.º 18, art.º 19 e art.º 20 da DUDH, igualmente consagrado no art.º 5 da CEDH e dos art.º 9 e art.º 14 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O direito de liberdade de circulação é um direito que assiste a todos os cidadãos. No entanto, é referido no n.º 3 e no art.º 2 da CEDH que “o exercício destes direitos não pode ser objeto de outras restrições senão as que, previstas pela lei, constituem providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a manutenção da ordem pública, a prevenção de infrações penais, a proteção da saúde ou da moral ou a salvaguarda dos direitos e liberdades de terceiros”. O direito à liberdade de movimento é um direito reconhecido por diversas legislações nacionais e internacionais para garantir a segurança e a liberdade dos cidadãos, contudo uns desses direitos podem ser ponderados em detrimento do outro.

Não há direitos absolutos, nesta ordem de ideias, sendo um direito de expressão transversal, goza de uma proteção e garantia especial, por conseguinte, despoleta daqui a fundamentação e justificação para uma eventual limitação/restrrição e no limite suspensão, de alguns direitos (SILVA, 2021). Atendendo às premissas fundamentais decorridas das leis nacionais e internacionais, com respeito pelo princípio da proporcionalidade da necessidade e da adequação, em caso da manifesta necessidade, devidamente fundamentado os direitos da liberdade, reserva da intimidade da vida privada e direito à imagem, podem ser limitados em prol do bem comum, a segurança nacional, inclusivamente, com a parecer favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) (*idem*).

Em Cabo Verde, o conflito entre o direito à segurança com os outros direitos, liberdades e garantias (direito à imagem, liberdade e reserva da intimidade da vida privada), a resolução baseou-se nos princípios da legalidade (sido aprovados os regimes por meio de lei, em sentido formal, aprovadas pela Assembleia Nacional) e pelo princípio da proporcionalidade, com

limites estritos na sua utilização, nomeadamente a duração da manutenção das imagens, as câmaras não podem recolher som e a limitação de gravação das imagens junto a determinados sítios, *e. g.*, igreja, partidos políticos (REIS, 2021).

II.4. VANTAGENS E DESVANTAGENS

A videovigilância urbana está sendo cada vez mais utilizada em todo o mundo pelo que tornou uma estratégia de prevenção da criminalidade, considerado como sendo um meio tático e meio técnico auxiliar e subsidiário das forças de segurança (VALENTE, 2009, p. 45). A ferramenta tecnológica não é uma barreira física e não limita acesso a pessoas a certas áreas. Porém, apresenta uma utilidade preventiva ao desencadear um mecanismo dissuasor num potencial criminoso. É uma ferramenta tecnológica situacional e apresenta capacidades de prevenção de crimes situacionais (RATCLIFFE, 2006, p. 8). A instalação das câmaras de vídeo no domínio securitário, como um meio de segurança, a sua criação com o fim prevenção de criminalidade e do bem-estar público, na prossecução da segurança no ambiente urbano e na promoção de melhor qualidade de vida dos cidadãos, para um ambiente físico e social saudável. As câmaras de videovigilâncias consistem em fornecer uma melhor perceção do local observado, bem como permitir uma melhor implementação dos recursos policiais necessários para responder às ocorrências e uma melhor perceção dos factos (VALENTE, 2009; CLARKE e WEISBURD, 1994).

O sistema de videovigilância é uma tecnológica inovadora que permite a monitorização dos locais públicos, visa no controlo para prevenir a criminalidade, assim sendo é acertadamente um instrumento de apoio ao trabalho da polícia. Baseando-se no exemplo do sistema de videovigilância instalado em Inglaterra os seus efeitos no seu uso podem ser interpretados segundo dois paradigmas: por um lado, o seu efeito na prevenção de crimes e, logo, fortalece aos cidadãos o sentimento de segurança, e por outro lado, é uma ferramenta de apoio na detenção de criminosos e consequentemente na redução de criminalidade de forma repressiva (CHAMBEL, 2000, p. 9; HEMPEL e TÖPFER, 2002, p. 22).

Na prevenção da criminalidade as câmaras têm papel que podem ser fulcrais na detenção de criminosos de forma oportuna, facilmente pode ser identificando pelas câmaras, quaisquer incidentes significativos. Segundo afirma ALEXANDRIE (2017, p. 15), experiências indicam que as câmaras de vigilância podem reduzir criminalidade de diversa natureza.

Uma das vantagens apontadas ao sistema de videovigilância é a possibilidade de dissuadir o criminoso, tendo em conta que este avalia os riscos perante o cometimento da prática do criminal (RATCLIFFE, 2006; RATCLIFFE e GROFF, 2018). Com a instalação de câmaras de videovigilância poderá desencadear o fenómeno representado por difusão de benefício, isto ocorre quando as câmaras são instaladas um determinado espaço poderá produzir efeito nas áreas adjacentes. Este fenómeno resulta quando o infrator não tem uma ideia concreta da área abrangida pelas câmaras, logo faz com que se sentem vigiados numa área superior do que realmente é abarcada pela câmara, levando à diminuição da criminalidade nesses locais (CLARKE e WEISBURD, 1994; WEISBURD, TELEP, e BRAGA, 2010).

A utilização desta ferramenta, pode levar ao aumento de sentimentos segurança, isto é, as pessoas sentem-se mais seguras a utilizar locais público, sendo que é um meio preventivo ativo. De igual modo, o reforço do controlo social informal, leva com que as pessoas tenham um comportamento mais cívico aumentando a sua eficácia natural e através de um aumento da eficácia coletiva (RATCLIFFE, 2006; MCLEAN, WORDEN, e KIM, 2013).

A disponibilidade desse mecanismo tem grande potencialidade em apoiar na deteção dos crimes e na condenação dos criminosos, sendo que as câmaras podem ser capazes de auxiliar na identificação e detenção dos infratores. Este mecanismo de prevenção, requer que a polícia responda de forma oportuna a quaisquer incidentes identificados pelos operadores de câmara, levando para que haja uma rapidez na resposta policial. No que respeita à investigação criminal, esta ferramenta integra desde logo um grande apoio na identificação das testemunhas, dos suspeitos através das imagens e dos seus *modi operandi* do criminoso (RATCLIFFE, 2006, p. 10). Considerada como um meio benéfico segundo LADEIRA (2006) constitui vantagem na descoberta da verdade, de forma que as imagens servem como meio de prova e contribui para a confissão do suspeito.

O sistema de videovigilância pode desempenhar função de prevenção na linha de RATCLIFFE (2006, p. 8), quando: primeiro, o infrator deve aperceber-se da presença das câmaras e, em segundo lugar, que o mesmo deve ter a perceção que está a ser filmado pelas câmaras, elucidando que existe um risco real de ser apanhado, fazendo reavaliação da relação custo-benefício da prática do crime e imediatamente obrigando-o a comportar de forma racional. Portanto, salienta o autor que as principais vantagens do sistema de videovigilância verificam-se no âmbito da prevenção criminal, no auxílio na recolha de informações, no apoio da investigação criminal, na diminuição do sentimento de insegurança e na difusão de benefícios.

Esta ferramenta tecnológica não apresenta apenas benefícios, existe alguns inconvenientes que deve ser levado em consideração. Segundo aponta VALENTE (2009, p. 42), o sistema de videovigilância é um sistema vulnerável, sendo que no “plano técnico, não é um sistema perfeito e totalmente inultrapassável”, encontra-se sujeito a falhas, por ser um instrumento criado e manuseado pelo homem. Desta forma, segundo o autor, esta ferramenta torna-se de fácil sabotagem, pela necessidade de “alimentação energética permite inutilizá-lo ou torná-lo inoperável” (VALENTE, 2009, p. 42). Por outro lado, salienta ainda o autor que os custos da implementação e a posteriori da manutenção periódica são elevados, consubstancia-se numa das grandes desvantagens desta ferramenta tecnológica.

O sistema de videovigilância apresenta potenciais preocupações em relação ao efeito de deslocamento de crime, isto é, a sua nova localização para áreas vizinhas. Os criminosos poderão continuar a praticar crimes em outras áreas e, em vez de redução de criminalidade, as práticas criminais movem-se para um lugar fora do panorama das câmaras de vigilância (RATCLIFFE, 2009; ALEXANDRIE, 2017; FERNANDES, 2006). Aponta RATCLIFFE (2009) como exemplo, o tráfico de drogas em Londres que a presença de câmaras de vigilância estimulou os traficantes a mudarem o seu *modus operandi* para um sistema onde as ordens eram tomadas por telemóvel, um deslocamento tático e como tal aumentou a velocidade e habilidade da transação de drogas.

A videovigilância no espaço público põe preocupação acerca dos direitos fundamentais. Incongruência na utilização da ferramenta, realça VALENTE (2019, p. 660) que recurso à videovigilância utilizado pelas forças de segurança, proporciona a restrição desproporcional dos direitos pessoais, tais como o direito à imagem, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e o direito à liberdade em geral de circulação. Por se tratar de uma tecnologia, salienta SILVA (2021), que existe algumas circunstâncias de âmbito técnico em que situações graves podem não ser captadas pelas câmaras por questões de avaria técnica. Assim sendo, a falha na manutenção periódica da ferramenta, pode levar a ineficácia no exercício da atividade de polícia no uso da ferramenta.

CAPÍTULO III: O SISTEMA DE VIDEOGILÂNCIA NA PREVENÇÃO CRIMINAL EM CABO VERDE

III.1. A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA EM CABO VERDE

A segurança é uma responsabilidade, dever e tarefa do Estado¹⁶. A sua carência gera implicações na vida das pessoas, na economia e na sustentabilidade. Na opinião de VALENTE (2019, p. 655), o sentimento de insegurança, hoje reclamado pelos cidadãos, conduz a que as FSS se empenhem na reivindicação e na instituição de novos meios de segurança capazes de permitirem uma mentalização global de que existe uma técnica policial eficaz na prevenção e repressão de infrações.

Segundo OLIVEIRA (2006, p. 94), o problema da pequena, média e grande criminalidade, obriga o Estado a criar novas redes de policiamento, produzindo políticas de segurança direcionadas face os riscos e ameaças, de forma a dar resposta à problemática de insegurança, privilegiando as vias de prevenção, da parceria e da mediação.

Neste sentido, o governo cabo-verdiano elaborou um programa governativo (Programa do Governo IX Legislatura, 2016, p. 17), apresentando um conjunto de intervenções prioritárias e inadiáveis na área da segurança pública a todos os cidadãos residentes ou não residentes no país. Essas medidas permitem uma reação policial e penal eficaz e célere, de modo a melhorar os comandos com elementos policiais formados e motivados. Desta forma, é crucial a adoção de meios que permitam o apoio adequado, articulado, integrado e eficaz às FSS, na garantia da promoção e prossecução da segurança pública¹⁷.

Posto isto, e no que tange ao processo de implementação do sistema de videovigilância em Cabo Verde diz respeito, este teve o seu início em 2016. A materialização do projeto Cidade Segura consubstancia medidas imediatas enquadradas no PNSIC, nos termos da RESOLUÇÃO N.º 73/2017, de 7 de junho. O projeto Cidade Segura, enquanto medidas de emergência no domínio da segurança, incide na criação de condições para a rápida instalação de redes de videovigilância nos pontos mais críticos do país e na criação de um número de emergência nacional¹⁸. O projeto foi preconizado pelo governo para o reforço das capacidades de resposta

¹⁶ Cfr. art.º 7 da CRCV.

¹⁷ Cfr. PROGRAMA DE GOVERNO DE CABO VERDE E MOÇÃO DE CONFIANÇA, 2016.

¹⁸ Cfr. PROGRAMA DO GOVERNO IX LEGISLATURA, 2016, p. 17.

e de reação policial e trata-se da criação de condições para a rápida instalação de uma rede de videovigilância nos pontos mais críticos das cidades.

Segundo REIS (2021), o projeto visa a implementação de um conjunto de serviços, inseridos num sistema integrado de segurança, com o objetivo de antecipar ocorrências criminais, garantir respostas imediatas às emergências, sejam elas acidentes, emergências médicas ou ocorrências policiais e eficiência na gestão da segurança urbana. O autor afirma ainda que a instalação das câmaras de videovigilância assegura um melhor acompanhamento antes, durante e após o incidente. Agregando um centro de comando unificado, o sistema de videovigilância urbana e um sistema de comunicação operacional, permite-se a viabilização de um número integrado de *call center* denominado “112” com os CCC.

O projeto está desenhado para ser implementado nos principais centros urbanos do país. Segundo REIS (2021), a implementação deste sistema ficou definida para as zonas urbanas que apresentem maior preocupação em garantir a proteção do ativo turístico, nos quais foi feito um intenso investimento na segurança dos espaços públicos e no aumento da capacidade de intervenção das forças e serviços de segurança.

A definição dos locais objeto para instalação das câmaras de videovigilância foi efetuada pela PNCV. Com a instalação previa de 100 postes, cada um deles com três câmaras, duas móveis e uma fixa de seis metros de altura, que permite gravação durante 24 horas por dia. O pedido de autorização enviado ao Ministro da Administração Interna, na situação inicial da instalação do sistema, constou com alguns critérios fundamentais para a definição dos locais objeto de instalação das câmaras. O primeiro critério, incidiu na instalação das câmaras nas áreas com maior densidade populacional e que apresentam maiores números de ocorrências registadas nos últimos anos. O segundo critério, assentou nas principais vias de circulação de pessoas, viaturas e infraestruturas críticas. Por fim, o último teve que ver com as áreas de maior aglomeração de pessoas e nos locais de realização de atividades de natureza turística, comercial, cultural e desportiva¹⁹.

Sobre a instalação do sistema de videovigilância no concelho da Praia, dentro do âmbito do projeto Cidade Segura e nos termos da alínea b), do art.º 175 da CRCV, a CNPD, com o pedido de parecer solicitado ao Exmo. Sr.º Ministro da Administração Interna, PAULO ROCHA, antes de emitir o parecer favorável²⁰, a opinião da instituição está também vinculada aos aspetos

¹⁹ Cfr. ANEXO VI.

²⁰ Cfr. ANEXO VI.

negativos em relação às restrições ou limitações nele expostas e deixou algumas recomendações quanto à utilização do sistema de videovigilância. Deixou também recomendações à PNCV, entidade responsável pela gestão, conservação, tratamento dos dados e pelos procedimentos de informação ao público sobre a existência do sistema e sua finalidade, no que respeita aos mecanismos tendentes a assegurar o correto uso dos dados, critérios que regem a conservação dos dados registados, bem como o período para a conservação e eliminação dos dados por um período máximo de trinta dias.

Segundo AMARAL (2019), o projeto foi desenvolvido com o intuito de fornecer aos principais centros urbanos melhores estrutura de segurança, dentro de uma ótica preventiva e reativa da criminalidade, criando os meios capazes de responder atempadamente a emergências e diligências policiais necessárias, bem como ao controlo da circulação de transportes. Para tal, a sua implementação visa um conjunto de serviços inseridos num sistema integrado de segurança, assente essencialmente em: antecipar ocorrências criminais; reforçar o sentimento de segurança dos cidadãos; garantir respostas imediatas às emergências, sejam elas acidentes, emergências médicas; e a eficiência na gestão da segurança urbana²¹.

O projeto foi financiado e instalado pela empresa multinacional chinesa de telecomunicações Hauwei, resultando do acordo de cooperação económica e técnica, assinado entre o governo de Cabo Verde e o governo da China (GOVERNO, 2020)²². A instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde foi estabelecida em duas fases para a sua concretização. Na primeira fase, segundo GOVERNO (2016), a instalação deste sistema de videovigilância aconteceu primeiro no concelho da Praia, onde foram instalados 100 postes, contendo cada um deles três câmaras, sido obra que entrou em funcionamento a julho de 2018.

Na segunda fase da implementação, foram reforçadas a instalação do sistema com mais 70 postes no concelho. Assim, o concelho da Praia encontra-se abrangido por 170 postes, que no total são 510 câmaras de videovigilância espalhados pelo concelho²³.

De acordo com GOVERNO DE CABO VERDE (2019), o lançamento da segunda fase do projeto Cidade Segura veio reforçar o sistema no concelho da Praia e alagado para mais três ilhas, nomeadamente, ilha de São Vicente, Sal e Boavista. Nessa segunda fase foram

²¹ Cfr. EXPRESSO DAS ILHAS, 2019.

²² Cfr. GOVERNO DE CABO VERDE, 2020.

²³ Cfr. ANEXO V.

introduzidas novas funcionalidades ao sistema, nomeadamente a análise inteligente de imagens, com o software de reconhecimento de matrículas.

Na ilha de São Vicente, particularmente na cidade do Mindelo e arredores, foi a segunda ilha contemplada com o sistema de videovigilância. A sua inauguração oficial ocorreu a 30 de novembro de 2020, tendo a ilha sido abrangida por 300 câmaras de videovigilância, instaladas nas partes mais críticas do concelho e um CCC para uma melhor eficácia na prevenção da criminalidade, uma vez que, o CCC trata-se de uma garantia de eficácia em termos de comunicação (ALVES, 2020).

A ilha do Sal foi a terceira ilha beneficiada pelo sistema de videovigilância urbana. Segundo a fonte INFORPRESS (2020), a sua inauguração oficial foi no dia 30 de novembro de 2020, sendo que o CCC da ilha possui uma sala de comando e controlo, suportado, por um sistema de alerta inteligente e um sistema de comunicação operacional integrado, que congrega as valências voz, mensagens e dados. De salientar ainda que a ilha usufrui de 34 postes, estando assim abrangida por 102 câmaras.

A ilha da Boavista foi a quarta ilha a receber o sistema de videovigilância. Destarte, a ilha conta com 66 câmaras de videovigilância em funcionamento, controladas a partir de uma sala de comando e controlo. A sua inauguração oficial sucedeu a 16 de fevereiro de 2021 (RÁDIO TELEVISÃO CABO-VERDIANA 2021).

Destaca-se que nos CCC em Cabo Verde, quem realiza a monitorização e gestão de videovigilância é a PNCV. Nos termos do art.º 2 do DECRETO-LEI n.º 10/2021 de 23 de abril, o CCC enquanto serviço central responsável pela gestão dos meios operacionais dos comandos da PNCV, com monitorização de câmaras de videovigilância, permite uma comunicação segura em diferentes níveis e de emergência, coordenação institucional, suporte administrativo, técnico e operacional dos serviços.

Segundo SILVA (2021), a implementação do sistema de videovigilância em espaços, essencialmente urbanos, constitui-se como uma aposta estratégica ideal, nova e valiosa, tratando-se de um mecanismo fulcral na prevenção da criminalidade, desordem pública, incivildades e perturbações de diversos índole.

Na visão de REIS (2021), a nova ferramenta tecnológica implementada no país, não pode ser vista como uma “varinha mágica”, apesar da sua implementação cumprir, um papel importante. De facto, o autor considera esta ferramenta incapaz de resolver todos os problemas

de segurança nos espaços urbanos, ainda que ajude à sua mitigação, enquanto elemento dissuasor, que previne a prática de comportamentos ilícitos nos espaços vigiados. Permitindo uma gestão operacional policial, seja à informação policial, identificação de padrões de comportamento, como também na forma como aborda os incidentes quando não os consegue antecipar afirmando que a ferramenta já apresentou resultados significativos no concelho da Praia (*idem*).

Segundo LIMA (2021), a ferramenta é eficaz, sobretudo ao nível da inibição que instiga nos malfeitores. O autor realça ainda que a polícia tem estado um passo à frente das ações ilegais, graças ao sistema de videovigilância, seja através da prevenção, seja por via de uma resposta policial mais rápida à conduta criminal. Sem discordar com os outros autores acima referidos, CABRAL (2021) acrescenta, que a ferramenta é útil e eficaz no apetrechamento das FSS e na modernização do modelo de gestão de segurança pública. Considera ainda o autor que o sistema trouxe à PNCV comunicações mais seguras, numa perspetiva de prevenção e de reação informada, que contribui para a eficácia da atividade policial, atividade de controlo de circulação rodoviária e resposta adequada a situações de emergência.

III.2. VIGILÂNCIA URBANA E PREVENÇÃO CRIMINAL - O CASO DO CONCELHO DA

PRAIA

O sistema de videovigilância como já referido anteriormente, é um excelente meio de prevenção e, consequentemente, de repressão criminal, que pode ajudar as forças de segurança no cumprimento da sua missão. No Programa do Governo Constitucional para a IX legislatura, foi estabelecida a criação de condições para a rápida instalação de redes de videovigilância nos pontos mais críticos das cidades, bem como de um número único para a comunicação de emergência.

Tudo isto, graças a uma política e estratégia de segurança virada para o “reforço das capacidades de resposta e de reação policial e criminal, que será *per si* resultado da implementação de um vasto conjunto de programas e projetos emblemáticos” (PEDS, p. 142).

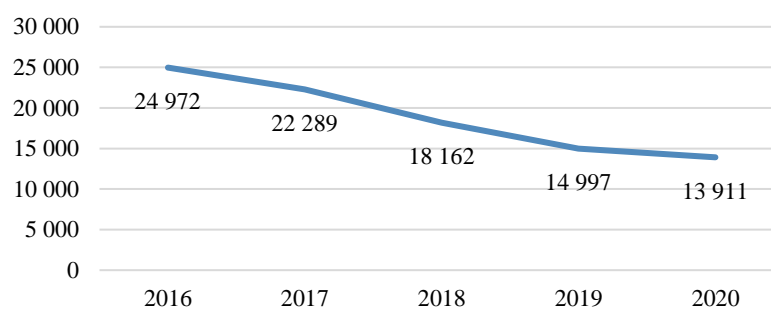
Segundo o último censo do Instituto Nacional de Estatística (INE) realizado em 2010, em 2020 Cabo Verde conta 556.857 habitantes, sendo concelho da Praia o de maior densidade populacional, contando com 170.236 habitantes, residentes numa área de 102,6 km². De acordo

com o INE (2018, p. 20), no contexto nacional, o concelho da Praia apresenta-se como o mais atrativo e o que tem registado maiores ganhos em termos de população residente.

Tendo em conta a evolução da criminalidade registadas pela PNCV nos últimos anos, a implementação do sistema de videovigilância representa neste momento resultados bastante favorável no que concerne a redução da criminalidade.

Em Cabo Verde, com base nos dados disponibilizados pela PNCV, podemos verificar a redução da criminalidade através do seguinte gráfico:

Gráfico 1. Evolução da criminalidade em Cabo Verde entre 2016 e 2020.

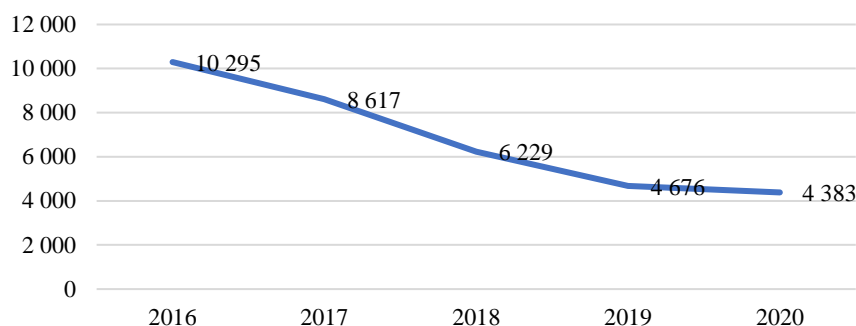


Fonte: Adaptado das Estatísticas da criminalidade 2020 (PNCV, 2021).

De facto, os dados estatísticos da PNCV têm evidenciado uma gradual redução da criminalidade, desde o início da implementação destas medidas. De acordo com o gráfico 1, no ano 2020 os crimes registados pela PNCV diminuíram 7,2%, comparativamente ao ano 2019. Entre o ano 2018 (início do funcionamento do sistema em Cabo Verde) e 2020, verificou-se uma forte diminuição de crime, em 23,4%. Os valores têm vindo a diminuir progressivamente, de modo que do ano 2016 a 2020 houve uma redução de criminalidade, em cerca de 44,3%.

No caso do concelho da Praia e com base nos dados de criminalidade registados pelo PNCV, podemos ver o seguinte gráfico:

Gráfico 2. Variação da criminalidade no concelho da Praia entre 2016 e 2020.



Fonte: Adaptado das Estatísticas da criminalidade 2020 (PNCV, 2021).

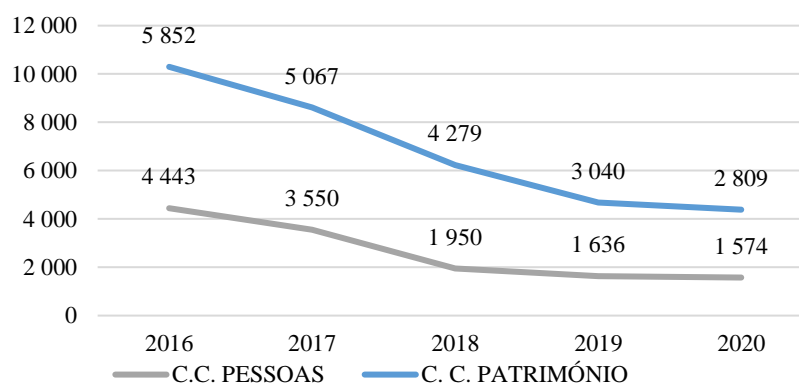
No concelho da Praia, com base no Gráfico 2, verifica-se que a criminalidade ao longo dos últimos cinco anos sofreu uma nítida diminuição. Em termos globais, podemos verificar que com a operacionalização do sistema de videovigilância feita através do CCC da Praia, houve um significativo declínio da criminalidade. Verifica-se que o concelho da Praia no ano 2020, apresenta em percentagem 31,5% de criminalidade a nível nacional e os valores não deixam margens para dúvidas que se trata do concelho com maior taxa de incidências criminais no país.

As razões que possivelmente concorrem para a redução da criminalidade poderão ser indicadas desde logo, o efeito que a ferramenta tem nos criminosos. Possui um efeito dissuasor nos indivíduos, ao saber dos locais abrangidos pelas câmaras de vigilância evitam de praticar qualquer ato de crimes nos espaços vigiados por câmaras (RATCLIFFE, 2006). Deste modo, segundo CABRAL (2021), no concelho da Praia verificou-se um deslocamento de crimes por força do sistema de videovigilância para outros locais não abrangidos pelas câmaras de videovigilância, nesse contexto as estratégias foram viradas para esses locais.

Segundo aponta LIMA (2021), a redução da criminalidade deveu-se a um conjunto de estratégias, combinadas com o sistema de videovigilância, nomeadamente: o aumento da patrulha, a intensificação da rusga nos bairros, mais desenvolvimento ao nível do policiamento de proximidade, intensificação de controlo de locais de diversão noturna, criação de equipas multifacetadas conjuntas.

O seguinte gráfico apresenta a variação deste tipo de criminalidade nos últimos cinco anos:

Gráfico 3. Variação de criminalidade dos crimes contra pessoas e crimes contra património no concelho da Praia entre 2016 e 2020.



Fonte: Adaptado das Estatísticas da criminalidade 2020 (PNCV, 2021).

Podemos, assim, constatar que os crimes contra o património apresentam números bastante superiores aos dos crimes contra as pessoas. No entanto, verifica-se uma tendência decrescente ao longo dos últimos cinco anos, principalmente, a partir do ano de 2018, no qual existe redução significativa da criminalidade. Nota-se que no concelho da Praia, durante o ano 2020, os crimes contra o património consubstanciaram 64% da atividade ilícita criminal, enquanto os crimes contra pessoas se ficaram pelos 36%. De forma coincidente, se observarmos os crimes contra o património, alguns tipos de crimes como o roubo e furtos²⁴ que são os crimes que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos (CLARKE, 1997), verificamos que os dados apresentam uma diminuição bastante significativa.

Portanto, através da análise dos gráficos verifica-se que os dados em análise apresentam um grande declínio da criminalidade, do crime contra o património a partir de 2018. Segundo aponta LIMA (2021), o que levou a diminuição da criminalidade no concelho é fruto do progresso conferido pelo empenho no trabalho da polícia, que sem dúvida o sistema de videovigilância com um conjunto de estratégias, nomeadamente aumento de patrulhamento, a intensificação de rusgas nos bairros, maior desenvolvimento ao nível do policiamento de proximidade, intensificação de controlo de locais de diversão noturna e a criação de equipa multifacetadas, todos esses esforços em articulação com o sistema de videovigilância contribuíram na decréscimo da criminalidade no concelho da Praia.

A Tabela seguinte demonstra a incidência com maior frequência no concelho da Praia:

²⁴ Cfr. TABELA 3.

Tabela 3. Índice de crimes mais praticados no concelho da Praia em 2020.

Tipo de crime	Dados
Roubo nas pessoas	744
Ofensa corporal	712
Violência Baseada no Género	484
Roubo com recurso a arma de fogo	415
Roubo com recurso a arma branca	362
Furto na residência	267
Dano	193
Ameaça	192
Furto em veículo motorizado	136

Fonte: Adaptado das Estatísticas da criminalidade 2020 (PNCV, 2021).

A partir da análise dos dados da criminalidade registadas pela PNCV, verifica-se que os crimes mais frequentes no ano 2020 foram roubo, ofensas corporais (com recurso a arma de fogo, com recurso a arma branca e ofensa corporal ao elemento policial), violência baseada no género e ameaças²⁵.

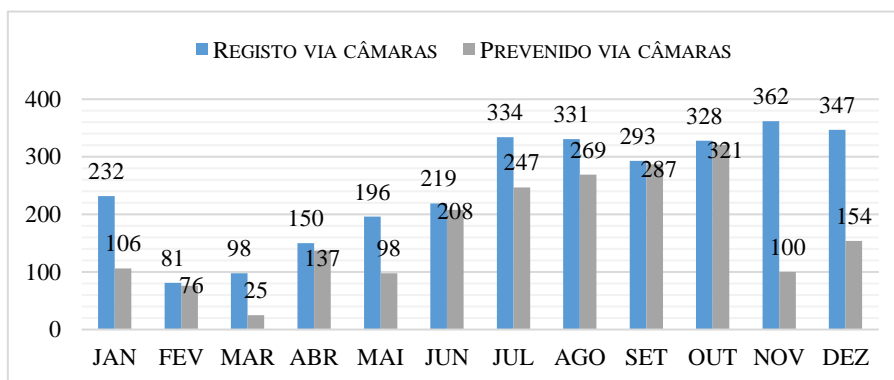
No ano de 2020, a PNCV registou 2.809 crimes contra o património, menos 231 que em 2019, tendo sido os crimes de roubos e furtos, os mais registados. Neste sentido, verifica-se que os crimes de roubos e furtos são os mais frequentes, apesar da sua grande redução nos últimos anos.

Constata-se que a videovigilância urbana contribuiu na melhoria e eficácia da prevenção criminal, pois, até ao momento foi possível verificar uma redução, que nos leva a concluir que o recurso ao sistema de videovigilância contribui na prossecução da segurança pública. Assiste-se que nos últimos dois anos com o funcionamento do sistema de videovigilância durante 24 horas por dia, verificou-se uma benéfica redução dos crimes, mostrando ser eficaz na prevenção dos crimes. Afirma LIMA (2021), que a população está atenta aos locais com câmaras de videovigilância, pois estão sinalizados.

No que confere à utilização do sistema de videovigilância na atividade policial, esta tem contribuído para a prevenção da criminalidade, em concreto no concelho da Praia, como nos demonstra o gráfico 4:

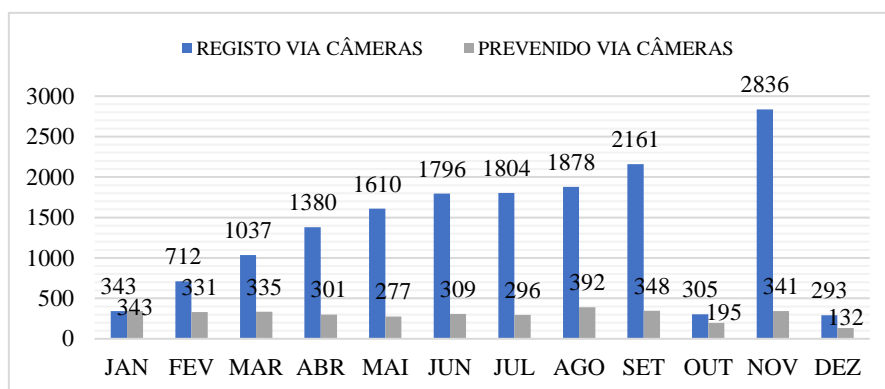
²⁵ Cfr. TABELA 3.

Gráfico 4. Registos via câmara de videovigilância no concelho da Praia em 2019.



Fonte: Adaptado da Estatísticas do Sistema de Videovigilância 2020 (PNCV, 2021).

Gráfico 5. Registos via câmara de videovigilância no concelho da Praia em 2020.



Fonte: Adaptado de Estatísticas do Sistema de Videovigilância 2020 (PNCV, 2021).

No gráfico 4 e 5 depara-se altos números de registos captadas via câmara de videovigilância. Constata-se que os registos de ocorrências registados através das câmaras de videovigilância, uma melhor eficácia na vigilância nos espaços, na identificação de caso de emergência²⁶, identificada pelos operadores de câmaras a partir do CCC, de forma a procurar uma resposta para a emergência.

De facto, a videovigilância permite que o operador de câmara, ao identificar um ato ilícito, acione os elementos policiais para o local da ocorrência de forma a interromper/impedir que as ações criminosas se perpetrem, evitando prejuízos desnecessários para os direitos dos cidadãos e para a ordem pública no seu todo.

²⁶ As emergências podem ser acidentes, ocorrências policiais ou emergências pré-hospitalares.

Neste sentido, a PNCV, no cumprimento da sua missão, tem obtido grandes benefícios. Na linha de REIS (2021), o sistema de videovigilância permitiu auxiliar as FSS permitindo salvaguardar vida, integridade física e bens das pessoas. Verificou-se igualmente a garantia na eficácia na gestão da segurança urbana, através de um acompanhamento das ocorrências em tempo real, que possibilita uma resposta imediata por parte das FSS (PEREIRA, 2020).

Sendo 2020 um ano atípico, pelo aparecimento da pandemia covid-19, obrigou o Estado a tomar medidas de prevenção de forma a evitar o alastramento do vírus. Foi decretada estado de emergência pela primeira vez no país, tendo iniciado no dia 29 de março de 2020 e com o fim no dia 30 de maio de 2020, obrigando as pessoas a ficarem confinadas no domicílio. Particularmente, na ilha de Santiago, no período de estado de emergência “as equipas conjuntas da PNCV e Forças Armadas abordaram 5.596 pessoas na via pública e 4.718 viaturas” (LUSA, 2020a). O confinamento obrigatório não foi cumprido por todos, segundo LUSA (2020b), a PNCV deteve no concelho da Praia cerca de 517 pessoas por desobediência ao recolher domiciliário obrigatório imposto devido à evolução da pandemia e foram apreendidas 152 viaturas durante os dois meses de estado de emergência.

A implementação de videovigilância urbana no concelho da Praia permitiu obter resultados de sucesso na promoção da segurança pública (LIMA, 2021). O concelho da Praia é composto por 510 câmaras de videovigilância operadas pela PNCV, trata-se, pois, de um meio facilitador da resposta ao fenómeno criminal, conferindo num sistema integrado de segurança viabilizando uma maior prevenção da criminalidade e no aumento do sentimento subjetivo de segurança dos cidadãos nos locais vigiados.

Com o intuito de melhorar a segurança pública, CABRAL (2021) afirma que o emprego do sistema nos locais escolhidos, tem vindo a apresentar resultados bastante positivos. Segundo SILVA (2021), as câmaras de videovigilância facilitam também o mapeamento da rota de fuga dos criminosos. Este autor afirma ainda que, mesmo que um crime não seja perpetrado em local onde existam câmaras de videovigilância, o facto de existir uma triangulação estratégica entre os postes (tem haver com referência geográfica dos pontos quentes em termos criminais, a fim de maximizar a potencialidade da ferramenta, a instalação dos postes obedece a um princípio geográfico de maior cobertura possível) onde estas são colocadas, possibilita definir a rota de fuga dos criminosos, durante, ou após o facto.

Em suma, o uso da ferramenta no concelho, com base nos gráficos apresentados, possibilitou à PNCV identificar os crimes e os seus autores, resultando assim na prevenção de ilícitos criminais e consequentemente diminuição da criminalidade.

III.3. GESTÃO OPERACIONAL

Como referido anteriormente, a inauguração oficial do CCC da Praia ocorreu em julho de 2018 e conta com 510 câmaras de videovigilância difusos por todo concelho²⁷.

De acordo com a Orgânica da PNCV, n.º 1 do art.º 65, a direção do CCC “é o serviço central da PNCV responsável pela gestão dos meios operacionais dos centros de comando da PNCV, monitorização das câmaras de videovigilância instaladas nos centros urbanos, comunicação segura em diferentes níveis e de emergência, coordenação institucional, suporte administrativo, técnico e operacional dos serviços que lhe são dependentes a nível funcional e hierárquico²⁸.”

O CCC faz a gestão dos meios operacionais e das ocorrências, analisando o local, a hora, a tipologia da ocorrência e permitindo a monitorização das câmaras de videovigilância e atender as chamadas de emergência (112)²⁹.

A recolha e tratamento de dados é materializada exclusivamente pela PNCV. Nesse sentido, aponta SILVA (2021) que a PNCV, através da Direção do CCC, exerce a superintendência da utilização do sistema. O mesmo autor refere ainda que, a responsabilidade em garantir a integridade do sistema, a preservação das imagens e de reportar as situações anómalas relacionado à ferramenta é da competência do comandante do CCC.

Compete à direção dos CCC: assegurar todos os serviços, sob um comando único, atuem no plano operacional de forma articulada; assegurar a prevenção e a rápida reação das ocorrências; assegurar o fluxo permanente das informações; garantir o supervisionamento e gestão das imagens gravadas do sistema de videovigilância; responsável para o tratamento dos dados estatísticos do sistema de videovigilância e da articulação do CCC³⁰.

²⁷ Cfr. ANEXO IV.

²⁸ Cfr. DECRETO-LEI n.º 40/2021 de 23 de abril de 2021.

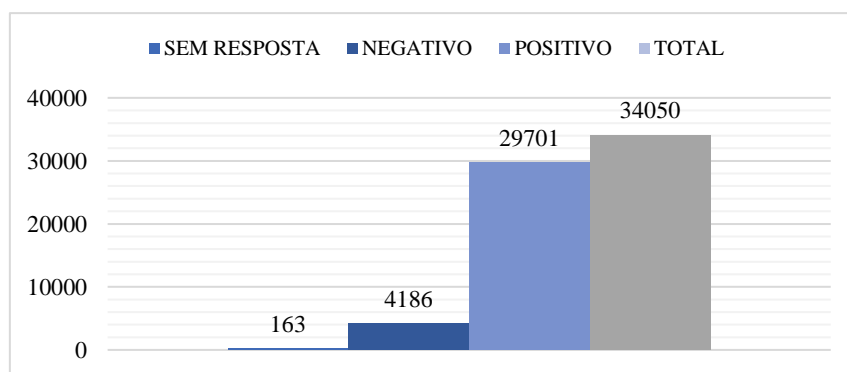
²⁹ Cfr. n.º 2 do art.º 69 do DECRETO-LEI n.º 40/2021 de 23 de abril de 2021.

³⁰ Cfr. n.º 7 do art.º 65 do DECRETO-LEI 40/2021 de 23 de abril de 2021.

Por questões de segurança e atendendo ao princípio da necessidade de conhecer, cada operador de câmara possui um perfil de acesso que apenas o comandante do CCC pode administrar³¹. O sistema é concebido para restringir algumas falhas humanas, sendo que, o perfil que é atribuído aos operadores apenas opera em tempo real e na sua presença, estando as demais potencialidades do sistema reservadas ao Comandante do CCC. A entrada no CCC é restrita às pessoas autorizadas e credenciadas, com o acesso a ser feito por intermédio de códigos intransmissíveis e dados biométricos (SILVA, 2021).

Seguidamente, iremos analisar os dados fornecidos das chamadas através da linha de emergência da PNCV. De acordo com os seus dados estatísticos, a operacionalidade do sistema do ano 2020 foi:

Gráfico 6: Números de chamadas positiva e negativa ao CCC da Praia em 2020.



Fonte: Adaptado das Estatísticas do Sistema de Videovigilância 2020 (PNCV, 2021).

O gráfico 6 inclui todas as ligações (chamadas) da população trata-se das chamadas através do número de emergência, ao CCC da Praia. O CCC, por sua vez, aciona para o local em função do tipo de emergência, o número e o tipo de apoio necessário para a resolução do problema e dirimir a ameaça que afeta o cidadão. O CCC gere as ocorrências, envia os meios que dispõe para o local da ocorrência para pôr fim à situação.

As chamadas positivas, são ocorrências confirmadas pela força policial acionada para o local da ocorrência. Nele, a policial verifica a ocorrência (ou a sua inexistência), e age em conformidade com a situação.

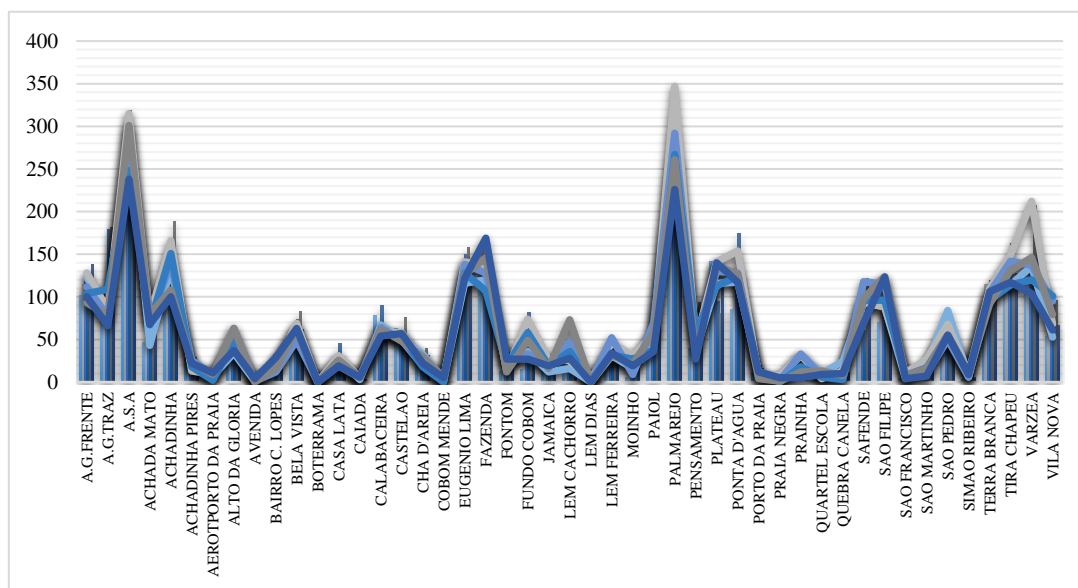
³¹ Perfil de administrador é aquele que atribui o nível de acesso a cada elemento, faz o escrutínio sistemático do sistema e tem o conhecimento do que cada utilizador fez durante o serviço (SILVA, 2021).

Por sua vez, as chamadas negativas, trata-se das chamadas falsas à polícia. É quando a equipa acionada para o local da ocorrência não depara com qualquer diligência no local, sem vítimas ou suspeitos. E chamadas sem resposta, a equipa foi acionada para o local da ocorrência, não informa ao CCC sobre o sucedido.

O CCC da Praia no ano 2020 contou com 34.050 chamadas/denúncias recebidas, tendo 29.701 de chamadas positivas, equivalentes a 87,2%. Já as chamadas negativas ao CCC no ano 2020, correspondendo total de 4.186, equivalente a 12,8% dos casos. Aponta REIS (2021) que o investimento na ferramenta tecnológica foi bem apostado e que poderá ser um instrumento vitorioso, de sucesso na garantia de segurança pública e de proximidade.

Assim, este facto leva a ponderar que se tivesse maiores números de câmaras e estrategicamente instalados, as probabilidades de chamadas negativas poder ser menores e trazer melhores benefícios na atividade de polícia, e naturalmente melhor eficácia e mais segurança para os cidadãos.

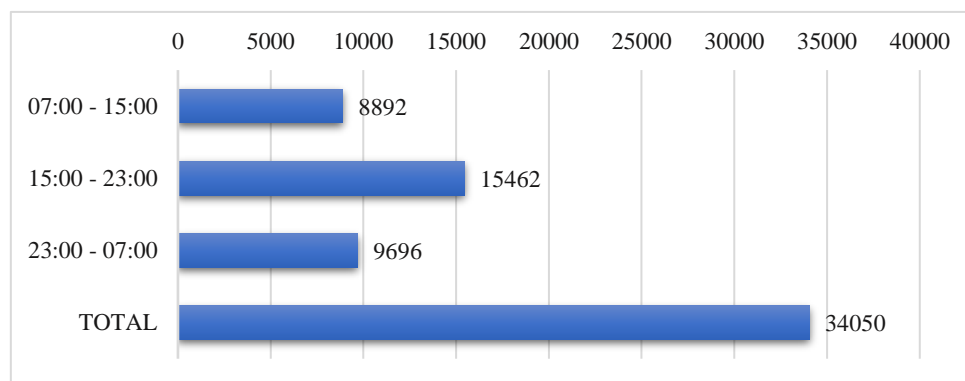
Gráfico 7: Números de chamadas por localidade em 2020 no concelho da Praia.



Fonte: Adaptado das Estatísticas do Sistema de Videovigilância (PNCV, 2021).

Constata-se que no concelho da Praia no ano 2020, de acordo com o gráfico 7, verifica-se que os locais com maiores números de chamadas a foram Achada Santo António (A.S.A.), Palmarejo, Várzea e Tira Chapéu. Nos locais, Avenida, Boterrama, Cobom Mende e Lém Dias, foram locais que apresentam menores números de chamadas à PNCV.

Gráfico 8: Total de chamadas por intervalo de tempo em 2020.

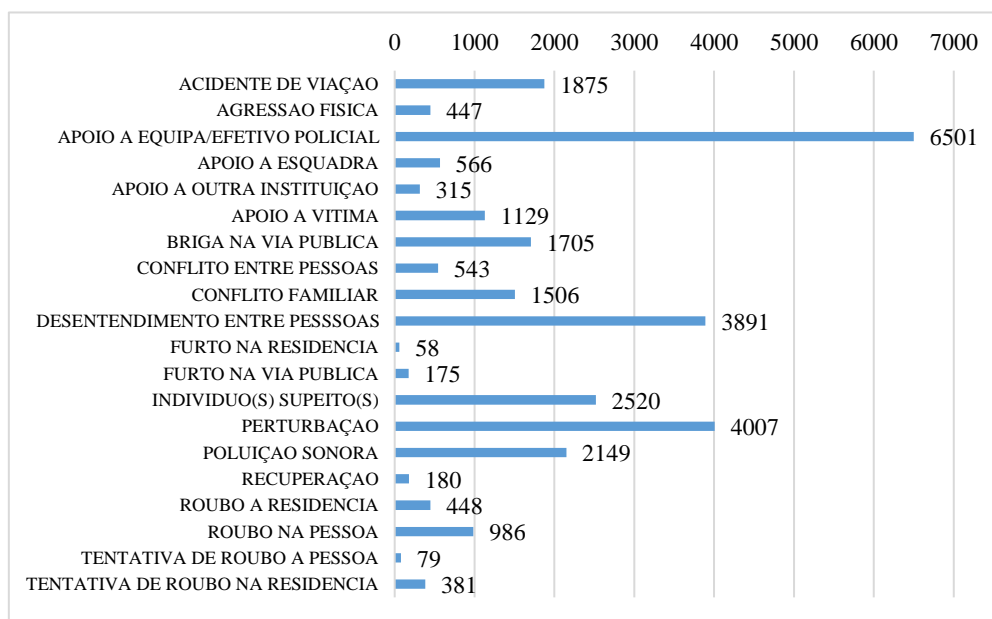


Fonte: Adaptado das Estatísticas do Sistema de Videovigilância 2020 (PNCV, 2021).

Nota-se que as chamadas recebidas pelo número de emergência 112 no ano 2020 foram um total de 34.050 chamadas. De forma que se verifica que das 7 horas às 15 horas ocorre menor número de chamadas 8.892 chamadas e verifica-se que das 15 horas às 23 horas verifica-se maior número de chamadas, num total de 15.462.

De acordo com o gráfico 8, é possível verificar que necessidade de a polícia estabelecer uma gestão de meios, estabelecer estratégias direcionadas para os locais com mais frequência policial, com medidas de segurança, *e.g.*, policiamento de visibilidade nessas zonas durante todo o dia e com reforço nos horários com maiores números de solicitações, das 15 horas às 23 horas.

Gráfico 9: Tipologia de solicitações mais frequentes no concelho da Praia em 2020.



Fonte: Adaptado das Estatísticas do Sistema de Videovigilância (PNCV, 2021).

De acordo com o gráfico 10, as tipologias de ocorrências mais frequência da solicitação pelo número de emergência “112”, no ano 2020, com maiores números, foram, apoio a equipa/efetivo policiais, desentendimento entre pessoas, perturbação, identificação de indivíduos suspeitos, a poluição sonora, conflito familiar e apoio à vítima.

Constata-se que existe um alto número de solicitação de apoio às equipas policiais nas ocorrências e na identificação de indivíduos suspeitos, o que mostra a exigência de uma resposta cabal nos locais que apresentam maior número de ligação para o número de emergência, dos quais, Achada Santo António (A.S.A.), Palmarejo, Várzea e Tira Chapéu, apresentam maior necessidade de intervenção e vigilância, principalmente nos intervalos de tempo das 15 horas às 23 horas.

Verifica-se que existe a necessidade de expansão das câmaras de videovigilância nas zonas com maior frequência de ocorrência criminais³², por serem mais complexos. A possibilidade de detetar ocorrências via câmara seria maior. Igualmente, a probabilidade de gerir convenientemente os meios para o local de ocorrência, com uma intervenção equilibrada de modo a orientar e acompanhar a força policial nas ocorrências.

A utilização do sistema de videovigilância nota-se positivos contributos, atendendo que permite o visionamento em tempo real dos espaços públicos vigiados, possibilitando assim uma melhor gestão de meios humanos e matérias, seja ela no âmbito criminal, contraordenacional ou relacionada a prestação de socorro.

III. 4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

A domínio da segurança interna, a aposta na estratégia de prevenção da criminalidade, ancorada na implementação de sistema de videovigilância nas áreas de maior incidência criminal ou perceção da insegurança, aliada ao policiamento orientado pelas informações preditivas (CLEMENTE, 2013, p. 38), certamente permite num maior controlo e garantia da segurança pública.

³² Cfr. GRÁFICO 7.

A instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde, consubstancia políticas de segurança no plano do governo com o objetivo de prevenir a criminalidade, auxiliar as forças de segurança nas ocorrências, bem como na diminuição da criminalidade³³.

O concelho da Praia dispões de 510 câmaras de videovigilância. Na ilha de São Vicente, conta com 300 câmaras de videovigilância abrangendo as partes mais críticas da cidade de Mindelo. Na ilha do Sal, conta com 102 câmaras de videovigilância e na ilha da Boavista 60 câmaras de videovigilância. A implementação da ferramenta na segunda fase, usufruiu de novas funcionalidades, particularmente, software para reconhecimento de matrícula, alcançando melhor o serviço na identificação de infração e os seus autores (SILVA, 2021).

Contudo, apenas o sistema de videovigilância não é suficiente para prevenir todas as ameaças e incertezas na sociedade cabo-verdiana. Neste sentido, o desafio à segurança é claro e as dificuldades são reais.

Através da análise dos dados estatísticos da criminalidade registada pela PNCV, com a análise dos dados estatísticos do CCC da Praia, com as leituras realizadas a vários documentos e as respostas das entrevistas disponibilizadas pelos entrevistados, restam poucas dúvidas do contributo do sistema de videovigilância na prevenção de ilícitos criminais nos locais vigiados em Cabo Verde. Segundo LIMA (2021), existe grandes problemas referentes ao uso da ferramenta tecnológica pela PNCV no concelho da Praia. O autor realça que existe necessidade de reorganização e afetação dos recursos humanos no CCC, determinando a divisão de tarefas e o ajustamento da carga horária de serviço ininterrupto. Neste sentido, recomenda o autor a necessidade da desburocratização na partilha de informações e a melhoria na articulação do CCC com outros serviços, nomeadamente, bombeiros e os serviços de saúde, para produzir melhores resultados a curto prazo e melhora a eficácia do investimento.

Perante a funcionalidade do sistema de videovigilância, recomenda CABRAL (2021), à PNCV um especial cuidado na utilização da ferramenta tecnológica, tendo em conta que a ferramenta carece de manutenção preventiva periódica para melhor servir e auxiliar nas suas atividades operacional, assegurando manutenção regular da ferramenta tecnológica de forma a garantir a sua funcionalidade permanentemente.

³³ Cfr. RESOLUÇÃO N.º 144/2017 de 6 de dezembro de 2017.

Esta ferramenta, por se encontrar sujeita a falhas ou má utilização do operador, leva a que autores como SILVA (2021), recomendem à PNCV uma fiscalização permanente aos operadores do sistema, bem como, à sua sujeição a formação contínua e reciclagem frequente de forma a garantir o uso correto e a evitar falhas no uso da ferramenta. Entretanto, recomenda REIS (2021), a necessidade de formação contínua do pessoal do CCC para as questões relacionadas com a análise de informação policial, na organização estratégica e planificação do trabalho operacional.

Salienta FELGUEIRAS (2016, p. 10), que a estratégia do policiamento se encarrega de uma “importância capital não só para o restabelecimento dos equilíbrios sociais no curto prazo, mas, principalmente para solidificar, no longo prazo, a estabilidade da sociedade”. Neste sentido, REIS (2021) acredita numa aposta continua da credibilidade da força e serviços de segurança junto da sociedade, através desta ferramenta, permite reforçar nos cidadãos a convicção de esta da eficácia do serviço que prestam à segurança pública, , sobretudo, através da forma de como é tratada a recolha e tratamento das imagens e o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, a que a mesma obedece.

A utilização da videovigilância urbana nos espaços públicos apresenta largas vantagens, essencialmente na prevenção e repressão criminal nos locais abrangidos pelas câmaras de videovigilância. Porém, SILVA (2021) realça que em Cabo Verde o seu uso em locais vigiados tem se apresentado uma preocupação para as forças de segurança, a mobilidade geográfica do crime, fugindo do alcance das câmaras para lugares sem cobertura do sistema. Neste sentido, verifica-se que existe necessidade de maior cobertura com a ferramenta tecnológica no concelho da Praia.

A PNCV pode adequar as suas estratégias de ação e melhorar a sua resposta relativamente às demandas da sociedade atual. Neste sentido, REIS (2021) considera a ferramenta valiosa e poderosa, mas não pode substituir todas as outras estratégias à disposição da PNCV, nem pode afastá-las. O autor salienta ainda que o contato humanizado com os cidadãos, deve ser sempre primado e que a PNCV se encontra em várias frentes, nomeadamente, fronteiras na relação com os imigrantes e turistas, polícia marítima, atua no espaço alfandegário, na ordem pública e na investigação criminal. Assim, torna-se fundamental a mentalidade da PNCV acerca do serviço público, cada vez mais próximo aos cidadãos, numa lógica preventiva e antecipatória, mas também com um grande nível de operacionalidade na resposta.

No entanto, verifica-se que os desafios da PNCV acerca da videovigilância urbana, esse deve ter capacidade de articular a ferramenta tecnológica com as outras valências da PNCV na prevenção da criminalidade (REIS, 2021). O desafio coloca-se a polícia moderna a não se tornar robótica, tendo em conta que a relação e o contato do polícia e do cidadão é a chave para o conhecimento de várias fontes causadoras de criminalidade.

CONCLUSÃO

Considerando a sociedade moderna em que vivemos, “seria um erro ignorarmos o contributo que as novas tecnologias podem dar no domínio da prevenção da insegurança” (GOMES, 1998, p. 27). O recurso a novas tecnologias na área da segurança está a ser apostada por vários estados a nível global. O sistema de videovigilância enquanto ferramenta complementar do trabalho da polícia possui uma grande utilidade na prevenção, repressão e consequentemente diminuição da criminalidade nos locais vigiados. Em Cabo Verde, o recurso ao sistema de videovigilância, enquanto medida de prevenção, teve início com o programa do Governo para a IX Legislatura (2016-2021).

Determinado por questões securitárias, a implementação do sistema de videovigilância no combate contra as ameaças e incertezas emergentes na sociedade, é um instrumento ideal para as forças de segurança nos exercícios das suas funções e o Estado como produtor da segurança cumpre a tarefa da garantia dos direitos dos cidadãos, deste modo, dispõe da criação de medidas e estratégias capazes de garantir a promoção e a preservação da segurança pública.

O governo cabo-verdiano apostou no recurso a novas tecnologias, nomeadamente a videovigilância urbana como forma a garantir a segurança pública. O projeto Cidade Segura gizado para os principais centros urbanos do país com implementação do sistema de videovigilância.

Verifica-se que após o funcionamento do sistema de videovigilância no concelho da Praia, foi registado via câmaras de videovigilância no ano 2019 e 2020, um total de 19.126 ocorrências, sem que houvesse qualquer denúncia por parte dos cidadãos. Dos quais foram prevenidos 29,4% das ocorrências identificadas pelo operador de câmaras. Portanto, certifica-se que a videovigilância urbana permite antecipar e preparar os meios necessários materiais e humanos a ser empregues pela polícia.

Os resultados obtidos, no concelho da Praia, com base nos gráficos apresentados, indicam que os investimentos deram retorno. Como meio auxiliar no exercício da atividade policial contribuiu na prevenção e repressão da criminalidade e consequentemente, contribuiu na diminuição da criminalidade no concelho da Praia. A ferramenta é eficaz, trouxe à PNCV comunicações mais seguras, contribuindo para a eficácia da atividade policial, para atividade de controlo de circulação rodoviária e permitiu respostas adequadas a situações de emergência.

A aliança com as novas tecnologias consiste numa aposta ideal na prevenção da criminalidade, porém, realça VALENTE (2019, p. 660), que recurso à videovigilância utilizado pelas forças de segurança proporciona a restrição desproporcional dos direitos pessoais. O sistema de videovigilância nos espaços públicos, como um meio para a promoção e prossecução da segurança, conduz na limitação do direito à liberdade, direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos e o direito à imagem.

Contudo, a própria CRCV, no que se refere aos direitos fundamentais relativos, permite, em presença de outros direitos, igual dignos de proteção. O direito à segurança não é um mero direito fundamental, é um direito indispensável de um Estado de direito. Ora, as limitações estariam em prol do direito à segurança a todos os cidadãos. O direito à segurança e demais direitos fundamentais possuem igual proteção.

Justifica-se a restrição ou mesmo suspensão dos direitos fundamentais no que diz respeito ao princípio da proporcionalidade e da legalidade. No caso do concelho da Praia, a instalação do sistema de videovigilância justifica a limitação dos outros direitos fundamentais em causa, tendo em conta o índice de criminalidade e sentimento de insegurança dos cidadãos nas cidades. A sua instalação teve a apreciação favorável por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados de forma que respeitou os princípios da legalidade e da proporcionalidade.

Conclui-se que a videovigilância urbana permite a PNCV através da monitorização das câmaras identificar crimes e os seus autores, conhecer o *modus operandi* dos criminosos e através das câmaras auxiliar a força policial nas ocorrências. O recurso ao sistema tem possibilitado à PNCV antecipar e preparar o recurso existente, permitindo um incremento na eficácia da gestão de meios, bem como melhorar os resultados na prevenção da criminalidade. Com resultados visíveis, concluímos que a utilização da ferramenta como meio complementar da atividade policial, permite uma melhor fiscalização e controlo por parte da polícia. A partir do centro comando e controlo com o visionamento das câmaras, consegue-se orientar a equipa no local, permitindo assim prevenir criminalidade, bem como aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos nos locais vigiados e permitiu melhor produtividade na gestão de segurança urbana.

Verifica-se que 87,2% das solicitações são positivas, provando assim que a população confia e solicita o apoio da polícia. Confirma-se pela eficácia das câmaras de videovigilância em detetar ocorrência, em funcionamento durante 24 horas/dia permite uma vigilância preventiva e uma abordagem reativa. Esta ferramenta tem permitido dissuadir criminosos,

identificar suspeitos, auxiliar no exercício da atividade de polícia, oferecendo garantias seguras, qualificáveis e confiáveis para a segurança pública.

A videovigilância urbana permitiu uma comunicação segura e uma melhora na capacidade de resposta da PNCV. Com o centro comando e controlo para a gestão de meios operacionais e gestão de ocorrências possibilitou respostas célere e eficaz.

A presente dissertação foi capaz de alcançar o seu objetivo geral e responder às questões da problemática, neste sentido elencamos algumas recomendações. O concelho da Praia em diferentes localidades, apresenta diferentes características sociais. Sabendo que as medidas de prevenção situacional atuam de forma diferente em crimes e locais específicos, recomenda-se um estudo futuro acerca do impacto do sistema de videovigilância em zonas específicas do concelho que apresentam maior necessidade de intervenção da polícia. Recomenda-se ainda uma investigação futura nos efeitos da ferramenta tecnológica, sistema de videovigilância urbana, nas demais ilhas implementadas. Uma possível investigação futura sobre a análise dos efeitos do sistema de videovigilância no maior concelho do país, tendo em conta que é o concelho que apresenta maiores números de criminalidade registada pela PNCV, assim, analisar o efeito da ferramenta tecnológica com o sentimento de segurança da população.

Concluímos que a videovigilância urbana apresenta resultados na prevenção e repressão criminal, a sua implementação conduz às respostas eficazes face as demandas da sociedade atual. Porém, para um melhor resultado, verifica-se algumas preocupações. A necessidade de criar um regulamento interno, norma de execução permanente para a utilização no Centro Comando e Controlo. Como a ferramenta está implementada em várias ilhas, existe a necessidade de desenvolver uma legislação “Plano Nacional de Videovigilância Urbana”, estabelecendo os procedimentos a adotar na parte da manutenção periódica do sistema, de forma a não perder o valioso investimento. Por fim, consideramos importante criar diplomas para a orientação e funcionamento das câmaras do sistema de videovigilância, para salvaguardar a liberdade da população, criando um “Código de Prática das Câmaras de Videovigilância” com normas para a sua utilização pela PNCV.

Com estas orientações, consideramos que a política de segurança, nomeadamente a implementação da videovigilância urbana, é uma ferramenta ideal para a prevenção da criminalidade em Cabo Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIO E ENCICLOPÉDIAS

- DUARTE, F. P. (2015). “Sociedade de Risco”. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (coord.). *Enciclopédia do Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 451-453.
- DAS NEVES, I. (2001). *Dicionário Técnico e Jurídico de Protecção Social*. Coimbra: Coimbra Editora.
- GOUVEIA, J. B. (2015). “Segurança humana”. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (coord.). *Enciclopédia do Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 418-422.
- LOURENÇO, N. (2015). “Sentimento de Insegurança”. in GOUVEIA, J. B. e SANTOS, S. (coord.). *Enciclopédia do Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina, pp. 443-444.

OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

- ALBUQUERQUE, L. (2001). “O descobrimento das ilhas de Cabo Verde”. in ALBUQUERQUE, L. e SANTOS, 2.^a ed. Vol. I (coord.). *História geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde.
- ALEXANDRIE, G. (2017). “Surveillance cameras and crime: a review of randomized and natural experiments”, *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, Vol. 18 (2.^a ed.). Reino Unido: Taylor e Francis Group, pp. 210-222.
- ALEXANDRINO, J. M. (2015). *Direitos Fundamentais: Introdução Geral*. Cascais: Principia Editora.
- ALMEIDA, P. P. (2013). *Como tornar Portugal um país seguro-Segurança Nacional e prevenção da criminalidade*. Lisboa: Tipografia Lousanense.
- ALVES, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- ANDRADE, J. C. (2010). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina.
- BAYES, A. (2010). “London”, *European Forum for Urban Security, Citizens, Cities and Video Surveillance: Towards a democratic and responsible use of CCTV*. Paris: STIPA-Montreuil, pp. 183-191.

- BRANDÃO, A. P. (2004). “Segurança: um Conceito Contestado em Debate”. in MOREIRA, A. (coord.). *Informações e Segurança, Estudos de Homenagem ao General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio.
- CAMPENHOUDT, L. V., QUIVY, R. e MARQUET, J. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (7.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- CANOTILHO, J. e MOREIRA, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (4.^a Ed). Coimbra: Coimbra Editora.
- CORREIA, E. P. (2012). “Política e Segurança: Teorias e Conjunturas da Atualidade”. in CORREIA, E. P. e DUQUE, R. D. (coord.). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 25-26.
- CORREIA, E. P. (2015). *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- CORREIA, E. P. (2018). “Estado, Poder e Segurança”. in VALENTE, M. (coord.). *Os desafios do Direito do Século XXI*. Coimbra: Almedina, pp. 139-145.
- CORREIA, E. P. (2018). *Políticas Públicas de Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- COUTO, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Vol. I. Lisboa: IAEM.
- CUSSON, M., TREMBLAY, P., BIRON, L., OUMET, M., e GRANDMAISON, R., (1994). *La prévention du crime. Guide de planification et d'évaluation*. Paris: École de criminologie, Université de Montréal.
- CUSSON, M. (2006). *Criminologia-Só pelo conhecimento se pode evitar criminalidade*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- CLARKE, R. e ECK, J. (2005). *Crime Analysis for Problem Solvers in 60 Small Steps*. USA: Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services.
- CLARKE, R. V. (1997). *Situational crime prevention: Successful case studies*. (2.^a ed.). New York: Harrow and Heston.
- CLARO, R. B. (2018). “O Panorama Securitário Atual. Um Olhar sobre a Península Ibérica”. in CORREIA, E. P. (coord.). *Políticas Públicas de Segurança*. Lisboa: ISCPSI, pp. 15-58.
- CLEMENTE, P. J. (2010). “Polícia e Segurança-Breve Notas”. Lusíada. *Política Internacional e Segurança*, n.º 4. Lisboa: Universidade Lusíada, pp. 139-169.
- CLEMENTE, P. J. (2013). “Prevenção e Segurança: política e estratégia”. in ALMEIDA, P. (coord.). *Como tornar Portugal seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*. Lisboa: Tipografia Lousanense.
- CLEMENTE, P. J. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- DIAS, M. D. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Almedina.

- DIAS, M. D. (2012). “Um olhar conjuntural em torno da(s) Política(s) (d)e Segurança”. in CORREIA, E. P., e DUQUE, R. D.(coord.). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 59-70.
- DUQUE, R. (2015). “Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia”. in CORREIA, E. P. (coord). *Liberdade e Segurança*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL, pp. 55-68.
- ELIAS, L. (2008). “A Gestão da Prevenção Criminal”. in VALENTE, M., e MARTINS, M. (Coord.). *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Coimbra: Almedina, pp. 443-491.
- ELIAS, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade-Internacionalização e Comunitarização*. Tese de Doutoramento em Ciência Política-Políticas Públicas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Lisboa.
- ELIAS, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- ELIAS, L. (2019). “A dimensão externa da segurança interna em Portugal”. in Revista JANUS 2018-2019. *Conjuntura internacional: A dimensão externa da segurança interna*. Lisboa: Eigal, pp. 78-79.
- ESCORREGA, L. (2009). “A Segurança e os Novos Riscos e Ameaças: Perspetivas Várias”, *Revista Militar*, N.º 2491/2192. Lisboa, pp. 1-29.
- ESPÍRITO SANTO, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais-Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- FELGUEIRAS, S. R. (2016). *Ação policial face à ação coletiva: Teoria para uma estratégia de policiamento de multidões*. Lição inaugural da abertura solene do ano letivo 2015/2016. Lisboa: ISCPSI.
- FELSON, M., e CLARKE, R. V. (1998). “Opportunity makes the thief: Practical theory for crime prevention”, *Police Research Series*, 98. London: Policing and Reducing Crime Unit.
- FERNANDES, J. (2014). *Os Desafios da Segurança Contemporânea: Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira-Artes gráficas.
- FERNANDES, L. F. (2006). “A Prevenção da Criminalidade”. in VALENTE, M. (coord.). *II Colóquio de Segurança Interna*. Coimbra: Almedina, pp. 69-117.
- FERNANDES, L., e CARVALHO, M. (2000). “Problemas no estudo etnográfico e objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e de exclusão social”. *Educação, Sociedade e Culturas*, N.º 14. Porto: Editora Afrontamento, pp. 59-81.

- FILHO, N. S. (2012). *Manual Esquemático de Criminologia*. (2.^a ed.). São Paulo: Saraiva.
- FREILICH, J., e NEWMAN, G. (2017). “Situational crime prevention”. *Oxford Research Encyclopedia of Criminology*. pp. 1-30.
- FRIAS, G. (2004). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- GERRARD, G., PARKINS, G., CUNNINGHAM, I., JONES, W., HILL, S. e DOUGLAS, S. (2007). *National CCTV strategy*. Reino Unido: Home Office.
- GIDDENS, A. (2005). *Sociologia*. (4.^a ed.) Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed.
- GOMES, P. V. (1997). “A prevenção situacional na moderna criminologia”. in SILVA, G. M. e VALENTE, M. G. (Coord.) (2005). *Volume comemorativo dos 20 anos: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Coimbra: Almedina, pp.161-174.
- GOMES, P. V. (1998), “A Prevenção Situacional na Moderna Criminologia”, *Revista Polícia Portuguesa*, N.º 109. Lisboa. pp. 25-28.
- GOOLD, B. J. (2004). *CCTV and policing: Public area surveillance and police practices in Britain*. Reino Unido: Oxford University Press.
- GUEDES, A. M. e ELIAS, L. (2010). *Controlos Remoto: Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- GUERRA, A., PINHEIRO, A., BARROSO, L. D., CAMPOS, E., GERALDES, A. L., e SILVEIRA, L. L. (2004). *Deliberação n.º 61/2004-Princípios sobre o tratamento de dados por videovigilância*. Lisboa: Comissão Nacional de Protecção de Dados.
- GUERRA, L. F. (2016). “Clarificação do conceito de Segurança”. in VALENTE, M. M. (coord). *Estudo Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia*. Lisboa: Artipol, pp. 199-132.
- HEMPEL, L., e TÖPFER, E. (2004). *CCTV in Europe-final report*. Berlin: Centre for Technology and Society-Technical University Berlin.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2018). *Anuário Estatístico Cabo Verde 2017*. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010). *Estatística Cabo Verde*. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.
- KUHN, A., e AGRA, C. (2010). *Somos todos criminosos? Pequena Introdução à Criminologia e ao Direito das Sanções*. Lisboa: Casas das Letras.

- LADEIRA, C. (2006). “Iluminação de rua e CCTV: Estudo comparativo”, *Revista Polícia e Justiça*, 7. Lisboa, pp. 357-368.
- LEAL, J. M. (2010). “O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime”, *Sociologias*, Vol. 12, n.º 23. Porto Alegre, pp. 394-427.
- LEITÃO, J. (2000). “Cidadania e Segurança”. in *Seminário Cidadania e Segurança*, 1. Coimbra: Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.
- LOURENÇO, N. (2009). “Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O espectro axial da relação de Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado”, *Liberdade e Segurança*. Ministério da Administração Interna, pp. 81-92.
- LOURENÇO, N. (2010). “Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?”. in JÚNIOR, E. A., Da SILVA, J. F., e MARON, J. (coord.). *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social de Belo Horizonte, pp. 15-39.
- LYON, D. (2002). “Surveillance Studies: Understanding visibility, mobility and the phenetic fix”, *Surveillance and Society*, Vol.1, N.º 1. Queen’s University, pp. 1-7.
- MARCONI, M. e LAKATOS, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- MASLOW, A. H. (1954). *Motivation and personality*. Nova York: Harpe.
- MCLEAN, S. J. WORDEN, R. E., e KIM, M. (2013). “Here’s looking at you: An evaluation of public CCTV cameras and their effects on crime and disorder”, *Criminal Justice Review*, 38. New York: John Finn Institute for Public Safety.
- MIRANDA, J. e MEDEIROS, R. (2010). *Constituição Portuguesa Anotada* (Tomo I, 2.ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- NORRIS, C. e ARMSTRONG, G. (1999). *The Maximum Surveillance Society: The rise of CCTV*. Oxford e New York: Berg publisher.
- NUNES, M. C. (2011). *Videovigilância da Prevenção à Repressão: Questões de violação da privacidade e valia probatória*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- OLIVEIRA, L. F. (2001). *Os modelos de polícia, face à emergência das políticas públicas de segurança*. Lisboa: Almedina.
- OLIVEIRA, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1994). *Human Development Report 1994*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- PEREIRA, D. M. (2016). “Revolucionar ou Reajustar a Segurança Privada: Alterações e crítica à LEI n.º 34/2013, de 16 de maio”. in VALENTE, M. M (coord.). *Estudo Comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia*, (Vols. 1-Studis varia). Lisboa: Artipol, pp. 59-118.
- PEREIRA, D. R. (2020). *O Sistema de Videovigilância: Prevenção e investigação criminal*. Lisboa: Lisbon Press.
- PIZA, E. L. (2018). “The crime prevention effect of CCTV in public places: A propensity score analysis”, *Journal of Crime and Justice*, Vol. 41, n.º 1. EUA: University of Chicago Press, pp. 14-30.
- PORTER, T. (2017). *A national surveillance camera strategy for England and Wales*. Londres.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- RATCLIFFE, J. (2006). *Video surveillance of public spaces. Problem-oriented guides for police: response guides series, 4*. USA: Department of Justice-Office of Community Oriented Policing Services.
- RAPOSO, J. (2006). *Direito policial* (Vol. 1). Coimbra: Almedina.
- RATCLIFFE, J. (2009). *Problem-oriented guides for police: Guide No. 4-Video surveillance of public places*. USA: Department of Justice- Office of Community Oriented Policing Services.
- RATCLIFFE, J. (2011). *Video surveillance of public spaces. Problem-oriented guides for police: response guides series, 4*. USA: Department of Justice-Office of Community Oriented Policing Services.
- ROCHÉ, S. (1993). *Le Sentiment d’Insécurité*. France: Université Grenoble Alpes.
- RODRIGUES, C. M. (2012). *Contributo para uma “estratégia abrangente” de gestão de crises*, N.º 8. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- RODRIGUES, T. e PAINHO, M. (2018). *Modelos preditivos e segurança pública*. Porto: Fronteira do Caos.
- SANTOS, A. M. (2016). “Segurança e Globalização: A Perspetiva dos Estudos Críticos de Segurança” *Proelium*, Série X, n.º 10. Lisboa: Academia Militar, pp. 107-114.
- SARMENTO, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SÁ, T. (2000). *Segurança e o seu sentimento na cidade*. IV Congresso Português de Sociologia.

- SENTO-SÉ, J. T. (2011). “A prevenção do crime e da teoria social”, *Lua Nova*, N.º 83. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, pp. 9-40.
- SQUIRES, P. (2010). “Evaluating CCTV: Lessons from a Surveillance Culture”. in European Forum for Urban Security. *Citizens, cities and video surveillance: towards a democratic and responsible use of CCTV*. Paris: STIPA-Montreuil, pp. 37-56.
- TEIXEIRA, N. S. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: MAI
- TÖPFER, E. (2010). “Videovigilância Urbana en Europa: una decisión política? In Ciudadanos, ciudades y videovigilancia: hacia una utilización democrática y responsable de la videovigilancia”. in European Forum for Urban Security. *Citizens, Cities and Video Surveillance: Towards a democratic and responsible use of CCTV*. Paris: STIPA-Montreuil, pp. 71-87.
- VALENTE, M. (2007). As novas Tecnologia de Prevenção Criminal e o Urbanismo: O Caso de Videovigilância. in VALENTE M. (Coord.). *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo II. Coimbra: Almedina, pp. 39-58.
- VALENTE, M. (2019). *Teoria Geral do Direito Policial*. (6.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- VELLANI, K. (2010). *Crime Analysis for Problem Solving Security Professionals in 25 Small Steps*.
- WELSH, B., e FARRINGTON, D. P. (2012). *The Oxford handbook of crime prevention*. Oxford: Oxford University Press.
- WORTLEY, R., e MAZEROLLE, L. (2013). *Environmental criminology and crime analysis*. Portland: Willan Publishing.
- ZEHNDER, M. (2014). *Kameraüberwachung als Präventionsinstrument im öffentlichen urbanen Raum für den Bahnhofplatz der Stadt Luzern*. Basel: Universidade de Basel.

TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS FINAIS

- BERENGUER, L. (2018). *Da segurança na América-Subsídios das Políticas Públicas de Segurança no Panorama Nacional*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- CARVALHO, R. M. (2015). *A influência das Políticas Públicas de Segurança do Reino Unido na realidade portuguesa*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- CARVALHO, R. A. (2016). *Da influência francesa nas Políticas Públicas de Segurança em Portugal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.

- CLEMENTE, P. J. (2000). *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública* (Vol. I). Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e na especialidade de Ciência Política. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- FERNANDES, T. (2009). *Contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. Monografia de licenciatura em Ciências Policiais, não publicada. Lisboa: ISCPSI.
- FURTADO, E. L. (2020). *A Polícia Nacional de Cabo Verde e a segurança aeroportuária. O panorama securitário no âmbito da aviação civil*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- MOITA, I. (2016). *Terrorismo e Direitos Humanos: O Caso do Reino Unido*. Dissertação de Mestrado em Estudos Internacionais. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- PEREIRA, D. A. (2019). *Proximidade e a Polícia Nacional de Cabo Verde: desafios e trajetórias*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.
- POIARES, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia Política. Lisboa: ISCTEIUL.
- SILVA, J. R. (2013). *Videovigilância-CCTV: Câmaras Fixas em Locais Públicos de Utilização Comum Estudo de caso da Zona Histórica de Coimbra*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. ISCPSI: Lisboa.
- SOUSA, J. M. (2009). *Videovigilância e prevenção da criminalidade*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Academia Militar.

LEGISLAÇÃO

- DECRETO-LEI N.º 39/2007, de 12 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 41, I Série.
Alterado pelo DECRETO-LEI N.º 49/2017 de 14 de novembro (aprova a nova Lei Orgânica da Polícia Nacional).
- DECRETO-LEI N.º 40/2021, de 23 de abril de 2021, publicado no Boletim Oficial n.º 41, I Série
(aprova a nova Lei orgânica da Polícia Nacional).
- DECRETO-LEI N.º 86/VIII/2015, publicado no Boletim Oficial n.º 24/15 de 14 de abril, I Série
(aprova o regulamento da instalação e utilização de videovigilância em Cabo Verde).

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 2/2005, de 7 de fevereiro, alterado pelo DECRETO-LEGISLATIVO n.º 5/2015, de 7 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial n.º 69, I Série (aprova o Código de Processo Penal).

GOVERNO DE CABO VERDE (2017). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021. Praia: Governo de Cabo Verde.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 1/VII/2010, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial n.º 17, I Série (Revê a Constituição da República de Cabo Verde).

LEI CONSTITUCIONAL N.º 16/VII/2007, de 10 de setembro, publicado no Boletim Oficial n.º 34, I Série (aprova a Lei da Segurança Interna e prevenção da criminalidade).

LEI N.º 78/VII/2010, de 30 de agosto: Aprova a Lei de Política Criminal, publicado no Boletim Oficial n.º 33, I Série.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 35/2008, *aprova o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Diário da República, I Série. n.º 145, de 29 de julho.

PROGRAMA DE GOVERNO DE CABO VERDE E MOÇÃO DE CONFIANÇA (1.ª ed.), julho 2016. Praia: Governo de Cabo Verde.

REGULAMENTO (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de abril de 2016, publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 04 de maio de 2016.

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 67/2014, publicado no Boletim Oficial n.º 51, I Série (aprova Plano Estratégico do MAI e o Plano Estratégico de Segurança Interna).

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 144/2017 de 6 de dezembro de 2017, publicado no Boletim Oficial, n.º 74, I Série (aprova Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania).

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS N.º 75/2016 de 14 de outubro de 2016, publicado no Boletim Oficial, n.º 59, I Série (estabelece os termos de referência para a elaboração do Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania, bem como as medidas de caráter urgente e de implementação imediata, a ser enquadradas no PNSIC).

RESOLUÇÃO 217 A (III) DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, de 10 de dezembro de 1948 – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: Paris.

IMPrensa

- ANA FREITAS (2018). “Sistema de videovigilância entra em funcionamento em Cabo Verde”, *Observador*, 24 de julho de 2018. Consultado em 10 de março de 2021, de <https://observador.pt/2018/07/24/sistema-de-videovigilancia-entra-em-funcionamento-em-cabo-verde/>.
- ANDRÉ AMARAL (2019). “Governo alarga rede de videovigilância a São Vicente, Sal e Boa Vista”, *Expresso das Ilhas*, 8 de dezembro de 2019. Consultado em 29 de março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/08/governo-alarga-rede-de-videovigilancia-a-sao-vicente-sal-e-boa-vista/66966>.
- ANTÓNIO MONTEIRO (2018). “Centro de Comando da PNCV permite maior gestão da segurança no país”, *Expressos das Ilhas*, 16 de setembro de 2018. Consultado em 10 de março de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/09/16/centro-de-comando-da-pn-permite-maior-gestao-da-seguranca-no-pais/60043>.
- BISCHOFF, P. (2020). “Surveillance camera statistics: which cities have the most CCTV cameras?”, *Comparitech*, 22 de julho de 2020. Consultado em 9 de fevereiro de 2021 <https://www.comparitech.com/vpn-privacy/the-worlds-most-surveilled-cities/>.
- CARLOS ALVES (2020), “São Vicente “debaixo de olho” da Polícia a partir de hoje”, *A Nação*, 30 de novembro de 2020. Consultado em 15 de março de 2021, de <https://anacao.cv/2020/11/30/sao-vicente-debaixo-de-olho-da-policia-a-partir-de-hoje/>.
- CHRISTOPHER FLAHERTY (2015), “The role of CCTV in terrorist TTPs: Camera system avoidance and targeting”, *Small Wars Journal*, 11 de setembro de 2015. Consultado em 16 de março de 2021, de <https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-role-of-cctv-in-terrorist-ttps-camera-system-avoidance-and-targeting>.
- GOVERNO DE CABO VERDE (2016). *Programa do Governo para a IX Legislatura*. Consultado a 6 de março de 2021, de <https://www.icieg.cv/images/phocadownload/Programa-do-Governo-da-IX-Legislatura-2016-2021.pdf>.
- GOVERNO DE CABO VERDE (2019), “Lançamento da II fase do Projeto Cidade Segura-Reforço de Videovigilância na Praia e expansão às ilhas de São Vicente, Sal e Boa Vista”, *Governo de Cabo Verde*, de 2 de dezembro de 2019. Consultado em 26 de março de 2021, de <https://www.governo.cv/lancamento-da-ii-fase-do-projeto-cidade-segura>.

reforco-de-videovigilancia-na-praia-e-expansao-as-ilhas-de-sao-vicente-sal-e-boavista/.

GOVERNO DE CABO VERDE (2020), “Cidade Segura: Governo inaugura Centro de Comando de S. Vicente”, *Governo de Cabo Verde*, 1 de dezembro de 2020. Consultado em 12 de abril de 2021, de <https://www.governo.cv/cidade-segura-governo-inaugura-centro-de-comando-de-s-vicente/>.

INFORPRESS (2020), “Ilha do Sal: Câmaras de videovigilância entram em funcionamento consentindo maior segurança urbana (c/áudio)”, *Inforpress*, 22 de dezembro de 2020. Consultado em 1 de abril de 2021, de <https://inforpress.cv/ilha-do-sal-camaras-de-videovigilancia-entram-em-funcionamento-consentindo-maior-seguranca-urbana/>.

LUSA (2020a), “Quase 600 detidos em Cabo Verde durante Estado de Emergência devido ao coronavírus, pessoas detidas por desobediência ao recolher domiciliar imposto devido à evolução da pandemia”, *Cmjornal*, de 18 de junho de 2020. Consultado em 13 de abril de 2021, de <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/quase-600-detidos-em-cabo-verde-durante-estado-de-emergencia-devido-ao-coronavirus>.

LUSA (2020b), “Quase 600 detidos em Cabo Verde em dois meses de estado de emergência”, *RTP notícias*, de 18 de junho de 2020. Consultado em 13 de abril de 2021, de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/quase-600-detidos-em-cabo-verde-em-dois-meses-de-estado-de-emergencia_n1237974.

NOTÍCIAS DO NORTE (2020), “O projeto Cidade Segura é fundamental no combate à criminalidade urbana-Paulo Rocha-c/vídeo”, *Noticias do Norte*, 30 de novembro de 2020. Consultado em 1 de abril de 2021, de <https://noticiasdonorte.publ.cv/110054/o-projeto-cidade-segura-e-fundamental-no-combate-a-criminalidade-urbana-paulo-rocha-c-video/>.

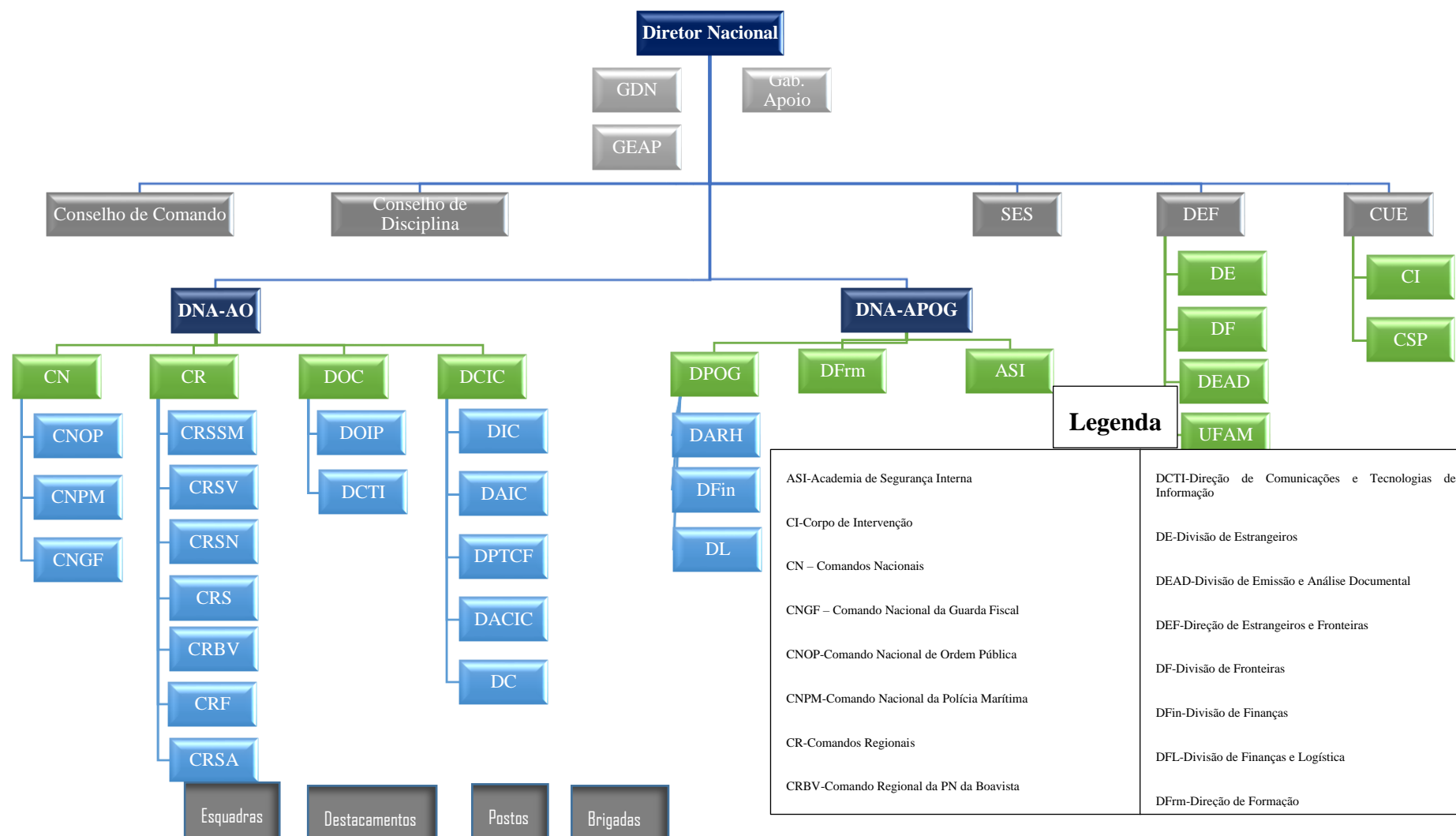
RTC (2021), “Boa Vista conta com 66 câmaras de video vigilância espalhadas por toda a ilha”, *RTC*, 16 de fevereiro de 2021. Consultado em 2 de abril de 2021, de <https://www.rtc.cv/tcv/video-details?id=17446>.

SARA ALMEIDA (2019), “China financia com 11,8 milhões de euros projeto de videovigilância em Cabo Verde”, *Expresso das Ilhas*, 4 de dezembro de 2019. Consultado em 2 de abril de 2021, de <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/04/china-financia-com-118-milhoes-de-euros-projecto-de-videovigilancia-em-cabo-verde/66914>.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

Diagrama A-Organograma da Polícia Nacional de Cabo Verde



Fonte: FURTADO, 2020, p. 77.

Quadro 1. Órgãos e serviços da Direção Nacional da Polícia Nacional

- a) Diretor Nacional;
- b) Diretores Nacionais Adjuntos;
- c) Comandante de Ordem Pública;
- d) Comandante da Guarda Fiscal;
- e) Comandante da Polícia Marítima;
- f) Comandante das Unidades Especiais;
- g) Comandantes Regionais;
- h) Diretores dos Serviços e Órgãos Centrais;
- i) Comandantes das Esquadras Policiais;
- j) Comandantes dos Centros de Comando e Controlo;
- k) Comandantes das Secções Fiscais;
- l) Comandantes das Secções da Polícia Marítima;
- m) Chefes das Divisões da Direção de Estrangeiros e Fronteiras;
- n) Chefe da Divisão de Investigação Criminal;
- o) Chefe da Divisão Operacional da Direção dos Centros de Comando e Controlo.

Fonte: DECRETO-LEI n.º 40/2021, de 23 de abril.

ANEXO II

Tabela 4. As 25 técnicas de prevenção situacional de RONALD CLARKE e JOHN ECK.

Strategies	Techniques
Increase the Effort	1. Target harden
	2. Control access to facilities
	3. Screen exits
	4. Deflect offenders
	5. Control tools/weapons
Increase the Risks	6. Extend guardianship
	7. Assist natural surveillance
	8. Reduce anonymity
	9. Utilize place managers
	10. Strengthen formal surveillance
Reduce the Rewards	11. Conceal targets
	12. Remove targets
	13. Identify property
	14. Disrupt markets
	15. Deny benefits
Reduce Provocations	16. Reduce frustrations
	17. Avoid disputes
	18. Reduce emotional arousal
	19. Neutralize peer pressure
	20. Discourage imitation
Remove Excuses	21. Set rules
	22. Post instructions
	23. Alert conscience
	24. Assist compliance
	25. Control drugs and alcohol

Fonte: Adaptado de CLARKE, R. e ECK, J., 2005.

ANEXO III

Exmo. Senhor

Diretor Nacional da Polícia Nacional de Cabo Verde
Superintendente-Geral EMANUEL ESTALINE MORENO

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS.

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA, Aspirante a Oficial de Polícia, n.º 45CV/800109, a frequentar o 5.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, vem por esta via requerer à Vossa Excelência, o seguinte:

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, a qual deverá enquadrar-se no contexto das Ciências Policiais e em consonância com as linhas de investigações definidas pelo ISCPSI, pretende-se abordar a temática da "VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE - POLÍTICAS DE SEGURANÇA NA PREVENÇÃO CRIMINAL", sob orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA. O caráter científico do trabalho e a sua concretização prática carece da aplicação de tratamentos de dados das ocorrências registadas pela PN, bem como os dados das ocorrências registadas pelas câmaras de videovigilância. É neste sentido que se manifesta à Vossa Excelência a autorização, para o acesso aos dados das ocorrências identificados pelas câmaras e números dos pedidos solicitados por outras entidades desde a operacionalidade do sistema de videovigilância do centro comando e controlo da Praia e se solicita a autorização da Sua Ex.ª para o acesso aos dados registados pelas câmaras de videovigilância.

A obtenção da informação, constituirá a parte mais importante do trabalho de dissertação e que sustenta todo o trabalho de investigação realizado.

A Aspirante ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação e compromete-se ainda, a cumprir de forma ética as regras relativas à realização de investigação científica.

Ciente da vossa elevada atenção, endereça antecipadamente as mais cordiais saudações.

Lisboa e ISCPSI, 15 de março de 2021.



ANEXO IV

EXMO. Sr. SUBINTENDENTE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES E COMUNICAÇÕES
MÁRIO MARQUES

*Autorizando
senhor ETALVINS
para a obtenção de
dados criminais*

ASSUNTO: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS.



O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, 5º ano, compreende a elaboração de uma dissertação que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.

A Aspirante a Oficial de Polícia Erica Niamia Freire Lopes Ferreira irá realizar estudo numa daquelas áreas científicas, subordinada ao tema "Videovigilância Urbana em Cabo Verde – Políticas de Segurança na Prevenção Criminal", sob a orientação científica do Professor Doutor Eduardo Correia.

Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª:

- Autorização para ter acesso aos dados dos crimes ocorridos em Cabo Verde, no período compreendido do ano 2015 a 2020;
- Autorização para ter acesso aos números dos pedidos solicitados desde a operacionalidade do sistema de videovigilância.

A obtenção da informação, constituirá um capítulo da dissertação que sustente todo o trabalho de investigação realizado.

Mas se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA se compromete a utilizar os resultados obtidos apenas no âmbito da dissertação em questão.

Lisboa e ISCPSI, 1 de março de 2021.

Erica Ferreira
ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA
Aspirante a Oficial de Polícia

ANEXO V

Câmaras-primeira fase

PA_001	Achada Grande Frente (Liceu)	PA_051	Terra Branca-Salão Testemunha Jeová
PA_002	Rotunda Lém Ferreira	PA_052	Terra Branca-Rotunda Luar
PA_003	Lém Ferreira-Rotunda Paiva	PA_053	Terra Branca-Calú & Ângela
PA_004	Fazenda Cruzamento	PA_054	Sucupira-Rotunda Cartório
PA_005	Rotunda Sucupira	PA_055	Eugénio Lima-Entrada Eug. Lima Quartel Militar
PA_006	Plateau-Café Sofia	PA_056	Eugénio Lima-Praça Eugénio Lima
PA_007	Plateau HAN	PA_057	Vila Nova-Ponto Vila Nova
PA_008	Plateau-Boom TV	PA_058	Fazenda-Frente Igreja Nova Apostólica
PA_009	Praia Negra	PA_059	Bairro Craveiro Lopes-Praça do Bairro
PA_010	Rotunda Estádio da Várzea	PA_060	Bairro Craveiro Lopes-Frente Calú & Ângela
PA_011	Rotunda Homem de Pedra	PA_061	Palmarejo-Pracinha Monte Vermelho
PA_012	Várzea-Escola Cónego Jacinto	PA_062	Palmarejo Grande-Perto Cermi
PA_013	ASA-Praça Di Nos	PA_063	Cidadela-Vedação Azul
PA_014	ASA-Meio de Achada	PA_064	Cidadela
PA_015	Shell Chã de Areia	PA_065	Palmarejo-Frente Mac-Express
PA_016	Rotunda Praia Clínica	PA_066	Palmarejo-Café Restaurante Benfica
PA_017	ASA-Perto Capela	PA_067	Palmarejo-Frente Igreja
PA_018	ASA-Rotunda Negócios Estrangeiros	PA_068	ASA-Meio ASA atrás de Cooperativa
PA_019	ASA-Rotunda Poeta	PA_069	Palmarejo-Casa Lata
PA_020	Prainha frente C. Veiga	PA_070	ASA-Meio ASA Frente Interatlântico
PA_021	Prainha frente Hotel Praia Mar	PA_071	ASA- Ao Lado Liceu Pedro Gomes
PA_022	ASA-Cruz de Papa	PA_072	ASA-Restaurante Cometa
PA_023	ASA-Centro Comum de Visto	PA_073	ASA-Brasil Miradouro
PA_024	ASA-Esquadra PN	PA_074	ASA-Brasil Casa de Direito
PA_025	Tira Chapéu-Lado Capela	PA_075	ASA-Escola Técnica
PA_026	Palmarejo-Toty Coia	PA_076	Cruzamento Fundo Cobon
PA_027	Palmarejo-Braz Andrade	PA_077	ASA-Kelém Casa Malaquias
PA_028	Palmarejo-Nova Sede PN	PA_078	Terra Branca-Subida Luar
PA_029	Palmarejo-Entrada Cidadela	PA_079	Rotunda Quebra Canela
PA_030	Palmarejo, MultiClínica	PA_080	ASA, frente Embaixada Rússia
PA_031	Palmarejo-Dr. Arnaldo Silva	PA_081	Chã de Arreia, Polícia Marrítima
PA_032	Palmarejo-Ondas do Mar	PA_082	Eugénio Lima-Esquadra Eugénio Lima
PA_033	Praia Shopping	PA_083	Centro de Comando
PA_034	Palmarejo-Restaurante Semedo Brito	PA_084	Plateau, escola Lavadouro
PA_035	Palmarejo-antiga Única	PA_085	Plateau, atrás do mercado
PA_036	Cidadela-Prédio Editur	PA_086	Achada São Felipe-Shell

PA_037	Ponta d'água, rua Bagdad	PA_087	Achada São Felipe-rotunda ITAC
PA_038	Achada Grande Trás-Rotunda Adega	PA_088	Palmarejo-Monte Vermelho Minimercado Beto
PA_039	Aeroporto	PA_089	Bela Vista-junto Minerva
PA_040	Ponta D'água, Centro de Saúde	PA_090	Terra Branca-Sovaco de Cobra
PA_041	Rotunda Monte Agaro	PA_091	Paiol-Frente Capela
PA_042	Safende, Espaço Aberto	PA_092	Fazenda-Entrada Parque 5 de julho
PA_043	Vila Nova, Minimercado Matilde	PA_093	Fazenda-Enacol
PA_044	Ponta D'água-Bar Vela Cesa	PA_094	Várzea-Shell Avenida
PA_045	Paiol, Perto Mário Moniz	PA_095	Várzea-atrás de Casa Boboche
PA_046	Calabaceira, Liceu Calabaceira	PA_096	Várzea-rotunda Capela SJ
PA_047	Achadinha, Ponta Tamba	PA_097	Plateau-igreja Nazareno
PA_048	Achadinha, rotunda Praça Achadinha	PA_098	Plateau-atrás Igreja Católica
PA_049	Eugénio Lima, Frente Igreja	PA_099	Terra Branca, pensão VIP
PA_050	Terra Branca, Escola Amor de Deus	PA_100	Caiáda-rotunda Caiáda

Câmaras-segunda fase

PA_101	Palmarejo Grande escola Mira Flores-Descida Monte Vermelho	PA_136	Ponta d'Água minimercado Neyma & Ângelo
PA_102	Palmarejo perto escola primária-rua perto Calú e Ângela	PA_137	Ponta d'Água Campo Futebol (Casa para Todos)
PA_103	Palmarejo Prédio IFH-Atrás Casa dos Sabores	PA_138	Ponta d'Água capela
PA_104	Palmarejo Rua perto TUCAN	PA_139	Zona 4 perto Oficina Orfrio (Rotunda Grande)
PA_105	Monte Vermelho perto bar Cantinho do Monte	PA_140	Vila Nova atrás minimercado Matilde
PA_106	Praça Casa Lata	PA_141	Entrada Moinho (perto Casa do Direito)
PA_107	Palmarejo rua REMAR	PA_142	Lém Cachorro atrás do Centro ICCA
PA_108	Atrás do Campo Fonton	PA_143	Lém Cachorro polivalente
PA_109	Praça Fonton	PA_144	Lém Cachorro ribeira Fazenda
PA_110	Estádio municipal de Tira Chapéu	PA_145	Achadinha Pires perto polivalente
PA_111	Tira Chapéu Loja Tá	PA_146	Achadinha Pires rua descida Castelão (ao lado da Oficina)
PA_112	Atrás de Shell Terra Branca	PA_147	Achadinha Pires rotunda
PA_113	Praça Terra Branca	PA_148	Castelão Polo Educativo-Escola Primária
PA_114	Terra Branca Mercearia Francisco	PA_149	Perto campo Achada Mato
PA_115	Terra Branca Fronteira Terra Branca e Bela Vista	PA_150	Achada Mato fim de linha autocarro n.º 8 (Drogaria Djimmy)

PA_116	Várzea Perto Casa Catxas	PA_151	Rotunda Achada Mato
PA_117	Terra Branca Atrás de Luar	PA_152	Castelão campo Castelão
PA_118	Várzea Cemitério	PA_153	Coqueiro atrás do Templo Maior
PA_119	Várzea Atrás Mercado Coco (Forças Armadas)	PA_154	Marrocos estrada Casa Tonga
PA_120	Bairro posto escolar	PA_155	Entrada Marrocos
PA_121	Chã D'Areia rotunda TELECOM	PA_156	Achada Grande Trás última paragem do autocarro (Bairro)
PA_122	Ponte de Paiol	PA_157	Achada Grande Trás perto Casa para Todos
PA_123	Fazenda oficina Patoti	PA_158	Achada Grande Trás praça AGT-Centro Saúde
PA_124	Fazenda perto CMP Serviços Técnicos	PA_159	Achada Grande frente Rotunda Parque Tecnológico
PA_125	Fazenda Perto Bombeiro	PA_160	Achada Grande frente Campo Relvado
PA_126	Fazenda perto Khym Negoce	PA_161	Achada Grande Frente rua Loja João
PA_127	Achadinha perto Djony 'Gilera'	PA_162	Achada Grande frente Descida Tedja (Lém Ferreira)
PA_128	Achadinha Ponta Txixaro (Igreja Nazareno)	PA_163	Lém Ferreira perto Associação Finca Pé
PA_129	Pensamento Perto Estrada entrada São Pedro	PA_164	Cais de pesca
PA_130	Pensamento escola (Cruzamento Calabaceira)	PA_165	Achada São Filipe frente Calú & Ângela
PA_131	São Pedro Casa para Todos	PA_166	Achada São Filipe estrada liceu
PA_132	Capela Calabaceira	PA_167	Achada São Filipe frente minimercado Almada Tavares
PA_133	Descida Calabaceira (chafariz)	PA_168	Baixo Plateau perto Mercado Cotxi Pó
PA_134	Entrada Safende	PA_169	Achada Santo António rua Carlos Veiga
PA_135	Safende Frente Minimercado Monteiro	PA_170	Palmarejo Perto Pensão Benfica

ANEXO VI



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

62/ct

Parecer N.º 07/2018

Processo n.º: 236/017

I – Pedido

1- O Gabinete da Sua Excelência, Ministro da Administração Interna, solicitou a emissão de parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) sobre a utilização de sistema de videovigilância¹ na cidade da Praia, no âmbito da implementação do projeto "Cidade Segura".

A instalação de sistemas de videovigilância em espaços públicos² está sujeita à autorização do membro do Governo responsável pela administração interna, após parecer da CNPD, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 86/VIII/2015, de 14 de abril³, que regula a instalação e a utilização de sistema de videovigilância em espaços públicos e em locais de acesso vedado ou condicionado ao público.

O parecer da CNPD é sempre vinculativo quanto aos aspetos negativos, ou seja, em relação às restrições ou limitações nele expostas, podendo, inclusive, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 8.º da lei de videovigilância, impedir que a autorização seja concedida, se o seu sentido for globalmente negativo.

2- O pedido de autorização de instalação do sistema de videovigilância por parte da Polícia Nacional (PN), dirigido ao Ministério da Administração Interna (MAI), foi instruído com os seguintes elementos:

a) Locais públicos objeto de observação pelas câmaras e fundamentos justificativos da necessidade e conveniência do sistema

¹ Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da lei de videovigilância, entende-se por "sistema de videovigilância", a recolha e o tratamento de imagens e de sons captados em tempo real por sistemas de vídeo e de fotografia em circuito fechado, através de câmaras fixas ou através de qualquer outro sistema ou meio técnico análogo.

² "Espaços públicos são os locais, as vias públicas, os estabelecimentos e equipamentos públicos pertencentes ou afetos à administração central ou municipal, a outras pessoas coletivas públicas ou cujo gestão e responsabilidade esteja a cargo destas e que estão destinados predominantemente ao uso da população, cfr., alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da lei de videovigilância.

³ Doravante Lei de videovigilância.

J. C.



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

63/04

O sistema de videovigilância instalado envolve a colocação de 100 (cem) postes de 6 (seis) metros de altura, cada um contendo 3 (três) câmaras de vídeo, duas denominadas de *Bullet* e uma *dome* abrangendo vários bairros da Cidade da Praia, conforme a lista e a localização das câmaras de vigilância em anexo ao presente parecer.

Para a definição dos bairros e locais objeto da instalação das câmaras de vídeo baseou-se nos seguintes critérios:

- i. As áreas com maior densidade populacional vs. o n.º de ocorrências registadas nos últimos anos;
- ii. A cobertura das principais vias de circulação de pessoas e viaturas e coberturas de infraestruturas críticas;
- iii. As áreas de maior aglomeração de pessoas e realização de atividades de natureza turística, comercial, cultural, desportiva ou de outra natureza.

Esses critérios estão intimamente relacionados com a necessidade de conferir aos principais centros urbanos do país uma estrutura de segurança pública, numa dimensão preventiva e reactiva, capaz de, com maior eficiência e eficácia, diminuir a oportunidade para a prática de crime e reagir às situações de ocorrência de natureza criminal.

Atendeu-se, ainda, às situações de acidentes de viação, emergência médica e infraestruturas identificadas como críticas.

Note-se que na cidade da Praia, durante o ano de 2016, tiveram 10.295 ocorrências, sendo 4.443 contra pessoas e 5.852 contra patrimónios, representando 41,23% do total nacional.

b) Características técnicas do equipamento utilizado

O sistema de videovigilância em apreço dispõe de antenas e LTE, Core switch, integrados pelos diferentes sítios de agregação, centro de monitorização em que se integram a plataforma IVS, a Base de Dados (BD) e 300 câmaras de gravação de imagens, sendo 200 tipo *Bullet* e 100 tipo *Dome*.

As câmaras tipo *Bullet* oferecem alta qualidade de imagens mesmo em condições de pouca iluminação, com capacidade de alcance de 50 (cinquenta) metros.

FE



Comissão Nacional
de
Proteção de Dados

64/d.

Em relação às câmaras tipo *Dome PTZ*, estas dispõem de uma lâmpada infravermelha inteligente integrada, com alcance de 150 (cento e cinquenta) metros, com capacidade de identificação de matrículas de viaturas, capacidade giratória de 360°, iluminação, resolução e ampliação de imagens (zoom), e métodos de análise inteligente de vídeo.

O sistema tem capacidade para armazenar 300 canais durante 60 dias de forma ininterrupta. Está ainda capacitado para efetuar registos de eventos e pesquisas, e dispõe de tecnologia LTE trunking que garante a transmissão de imagens recolhidas de forma encriptada. Justifica-se que, com a implementação da 2ª fase, a capacidade será, a final, para armazenamento de imagens durante o período de 30 dias.

As câmaras não têm microfones, logo não captam sons.

Porém, o sistema integra a transmissão áudio, via rádio, apenas com o objetivo de garantir as comunicações da polícia.

As câmaras são policromáticas e possuem resolução de imagens 1080 HD, têm capacidade de deteção de invasões, de objetos abandonados e removidos e reconhecimento de cores predefinidas.

c) Identificação dos responsáveis pela conservação e tratamento de dados

A PN, enquanto responsável pela gestão do Centro de Comando e Controlo Operacional será a entidade responsável pelo tratamento dos dados. Serão destacados elementos da PN para realização dos procedimentos referentes à conservação, disponibilização e eliminação dos dados, e definido o quadro de responsabilidades específicas.

d) Procedimentos de informação ao público sobre a existência do sistema

Será promovida uma campanha de informação e sensibilização a nível nacional sobre a finalidade do sistema, necessidade de sua preservação e a garantia dos direitos individuais. Serão ainda afixados nos locais de instalação os avisos e os respetivos sinais, de acordo com a lei de videovigilância e Portaria n.º 56/2015, de 13 de Novembro.

e) Mecanismos tendentes a assegurar o correto uso dos dados

3
Contribuinte N.º 370636406, Av. Da China, Bairro da Terra Branca, Apartado 1002, C.P. 7600, Praia, Tel: (238) 2340790,
cnpd@cnpd.cv, www.cnpd.cv

[Assinatura]



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

65/4

O funcionamento do centro de comando passará pela aprovação de regulamentos que desenvolvam as imposições legais relativamente à preservação de imagens.

Adianta ainda que o Data Center, no qual as informações recolhidas serão armazenadas, encontra-se alojado num local com especiais medidas de segurança.

O sistema é totalmente desenhado para admitir registos e auditorias, através de um sistema de registos de eventos ativo e pesquisável.

f) Os critérios que regem a conservação dos dados registados

Será estabelecido, por densificação das imposições legais, um protocolo de procedimento que defina a forma de conservação e eliminação das imagens.

g) Período de conservação dos dados

As imagens serão conservadas por um período máximo de 30 (trinta) dias, quando não houver solicitação de disponibilização de imagens por parte de entidade com legitimidade para o efeito.

Cumpre, pois, emitir parecer, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 42/VIII/2013, de 17 de setembro, que regula a composição, a competência, a organização e o funcionamento da CNPD.

II – Apreciando,

1- Enquadramento legislativo

A instalação e utilização de sistema de videovigilância em espaços públicos e em locais de acesso vedado ou condicionado ao público, com a finalidade de assegurar a proteção de pessoas e bens, a segurança e ordem públicas, prevenir a prática de crimes e a auxiliar a investigação criminal estão reguladas especialmente pela lei de videovigilância.

Todavia, a lei de videovigilância estabelece, no n.º 4 do seu artigo 2.º, que a sua aplicação, nomeadamente, quanto ao tratamento, responsabilidade e proteção de dados pessoais, observa o Regime Jurídico Geral de

4

Contribuinte Nº: 375636406, Av. Da China, Espaço da Terra Branca, Apartado 1002, C.P. 7800, Praia, Tel.: (238) 5340350,
cnpd@cnpd.cv, www.cnpd.cv



66/dt

Proteção de Dados Pessoais das pessoas singulares, doravante LPDP, aprovado pela Lei n.º 133/V/2001, de 22 de janeiro, alterada pela Lei n.º 41/VIII/2013, de 17 de setembro.

Acresce ainda que, com objetivo de sua aplicação, são observadas as definições constantes do artigo 5.º da LPDP, cfr., n.º 2 do artigo 3.º da lei de videovigilância.

Por seu turno, a LPDP determina, no n.º 3 do seu artigo 2.º, que se aplica à videovigilância e outras formas de captação, tratamento e difusão de sons e imagens que permitam a identificação de pessoas, sempre que o responsável pelo tratamento esteja domiciliado ou sediado no território nacional ou recorra a um fornecedor de acesso às redes informáticas e telemáticas aí estabelecidas.

Note-se que a emissão da LPDP derivou da imposição constitucional, conforme se alcança do n.º 3 do artigo 45.º e alínea m) do artigo 176.º da Constituição.

Assim sendo, o presente parecer basear-se-á fundamentalmente na nossa Constituição, LPDP e lei de videovigilância.

2- Instalação do sistema de videovigilância na cidade da Praia

i. Finalidade

1- A instalação e utilização do sistema de videovigilância na Cidade da Praia vêm no âmbito da materialização do projeto "Cidade Segura", o qual, nos termos da Resolução n.º 75/2016, de 14 de outubro, como uma medida de intervenção imediata a ser enquadrada no Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania, visa o *apetrechamento das forças e serviços de segurança nacional e a modernização do modelo de gestão da segurança pública nos principais centros urbanos do país*, cfr., o preâmbulo da Resolução n.º 73/2017, de 7 de junho.

O mencionado projeto prevê a implementação de um conjunto de serviços, inseridos num sistema integrado de segurança, composto designadamente por sistema de videovigilância urbana, comunicações de segurança e um centro de comando para a gestão de ocorrências, de modo a fazer face às ocorrências criminais numa perspetiva de prevenção, assim como de reação, a contribuir para diligências policiais e controlo de

5

Contribuinte N.º 370656406, Av. Da China, Rampa da Terra Branca, Apartado 1102, C.P. 7600, Praia, Tel: (238) 5340390,
cnpd@cnpd.cv, www.cnpd.cv



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

68/4

Taxa de ocorrências registadas em Cabo Verde por 100.000 habitantes, no período de 1996 – 2015⁵, demonstra que há tendência de crescimento, com o concelho da Praia a dar uma forte contribuição, tendo representado 40,1% em 2015.

De 2014 para 2015, o concelho da Praia registou um aumento 25,1%, passando de 8.291 para 10.369 ocorrências criminais. Enquanto que no ano de 2015, a taxa de ocorrências registadas por 100.000 habitantes a nível nacional foi de 4.920,8 no Concelho da Praia esse indicador foi 6.847,1⁶.

Assiste-se, assim, a um aumento real e anormal de práticas delituosas contra as pessoas e os bens na cidade da Praia, justificando a inquietude social em geral e o sentimento de medo por parte das pessoas em particular⁷.

A prevenção da criminalidade, a garantia da segurança interna, a ordem e tranquilidade públicas e o exercício dos direitos dos cidadãos são funções das autoridades policiais, nos termos do n.º 1 do artigo 244.º da Constituição, dos artigos 2.º e 5.º da Orgânica da Polícia Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

Portanto, as referidas finalidades estão consagradas nas alíneas d), f) e g) do artigo 5.º da lei de videovigilância

ii- Dados pessoais sensíveis e seu tratamento

3- O sistema de videovigilância a ser instalado no âmbito do projecto *Cidade Segura*, por ser em espaços públicos, captará forçosamente imagens de pessoas singulares determinadas, seus gestos, comportamentos, etc., ou determináveis, como por exemplo através recolha de números de matrículas de veículos ou outros elementos. A propósito, uma das finalidades da implementação do sistema é precisamente a identificação dos autores da prática de crimes.

⁵ Justiça e Segurança em números – 2015, Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde, 2017.

⁶ Calculado com base nos dados do crime e as projeções demográficas do INE.

⁷ Como resultado dessas inquietações sociais e insegurança manifestadas, tem havido uma corrida à instalação do sistema de videovigilância quer por parte pessoas singulares quer por parte das empresas.

fe



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

69/64

Nos termos da alínea a) do artigo 5.º da LPDP é considerado dado pessoal, qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, "titular dos dados". Acresce o n.º 2 do mesmo artigo que é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada, direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Assim sendo, a imagem está abrangida pela definição legal de dado pessoal.

Porém, o referido sistema permite, muito mais do que simples recolha de imagem dos rostos de pessoas, logo a sua direta identificação, captar os seus comportamentos, os seus hábitos, (os lugares frequentados, as pessoas com quem convivem), a sua origem racial, não, raras vezes, as suas convicções, etc., e, por conseguinte, poderá levar a determinação do perfil de cada um.

Portando, essas informações revelam muito da vida privada de uma pessoa, constituindo assim dados pessoais sensíveis, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º da Constituição e n.º 1 do artigo 8.º da LPDP⁸.

4- Tendo em consideração os potenciais riscos e prejuízos que o tratamento⁹ de dados pessoais sensíveis possa provocar na privacidade das pessoas, consagrou-se o princípio da proibição do seu tratamento, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º da Constituição e n.º 1 do artigo 8.º da LPDP, com as exceções aí previstas.

Inter alia, com medidas adequadas de segurança da informação, é permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis, quando se mostrar indispensável à protecção da segurança do Estado, da defesa, da

⁸ Dados pessoais sensíveis são os relativos às convicções ou punições políticas, filosóficas ou ideológicas, à fé religiosa, à filiação partidária ou sindical, à origem racial ou étnica, à vida privada, à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.

⁹ Tratamento de dados pessoais ou «tratamento»: qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais efectuadas, total ou parcialmente, com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conversação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, o apagamento ou a destruição, etc., alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da LPDP.

pc



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

70/17

segurança pública, e da prevenção, investigação ou repressão de infrações penais, nos termos do n.º 5 do artigo 8.º da LPDP.

No caso em apreciação, a recolha de imagens, sua análise, controlo, comunicação e conservação, ou seja, de forma sinóptica, tratamento de imagens, nos termos da lei, por parte da PN visam a promoção e a defesa da segurança e ordem públicas, prevenção, investigação e repressão de infrações penais.

As medidas adequadas de segurança da informação serão adiante analisadas, porém dos elementos constantes do pedido de autorização, entende-se que existe condição de legitimidade de tratamento.

É verdade que os tratamentos de dados pessoais, no caso as imagens, efetuados pelas autoridades policiais impõem algumas derrogações aos princípios gerais de tratamento de dados como se alcançam da condição de legitimidade, direito de informação e direito do acesso, nos termos do n.º 5 do artigo 8.º, n.º 5 do artigo 11.º e n.º 2 do artigo 12.º, todos da LPDP, e artigo 29.º da lei de videovigilância.

Porém, não é menos verdade que, esses tratamentos estão sujeitos aos princípios de proteção de dados, nomeadamente princípios da finalidade, da transparência, do respeito pela reserva da vida privada e familiar bem como outros direitos, liberdades e garantias, da qualidade dos dados (licitude, proporcionalidade e conservação pelo tempo necessário), nos termos do artigos 4.º e 6.º, ambos da LPDP e artigos 4.º, 5.º e 6.º, todos da lei de videovigilância.

iii- Colisão de direitos

5- É incontroverso que a instalação de videovigilância em espaços públicos atenta contra a liberdade, na sua dimensão de liberdade de movimento (deambular) e de manifestação, o direito à imagem¹⁰, o direito à reserva da intimidade da vida pessoal e familiar¹¹, bem como o direito à

¹⁰ J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. I, Coimbra Editora, pág. 467, (...), direito de definir a sua própria auto-exposição, ou seja, o direito de cada um de não ser fotografado, nem de ver o seu retrato exposto em público sem o seu consentimento.

¹¹ J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, obra citada, pág. 467 e 468, analisa-se principalmente em dois direitos menores: (a) o direito de impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e (b) o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem.

5



Comissão Nacional
da
Protecção de Dados

7/1/07

autodeterminação informativa¹², consagrados no n.º 1 do artigo 30.º, n.º 2 do artigo 41.º e artigo 45.º, todos da Constituição.

Esses direitos conformam o conteúdo do direito à privacidade, o qual é intrínseco à dignidade da pessoa, e se relaciona com a diversidade que é essencial para qualquer sociedade pluralista e democrática¹³.

Tem sido entendido que o direito à privacidade acompanha a pessoa para onde quer que ela vá. Escreve Lucreio Rebello¹⁴ que, a *intimidade não se refere a um sujeito concreto num espaço físico determinado. Aquela representa um direito que acompanha a pessoa independentemente do lugar onde se encontra. Desta forma, tanto a vida privada como a intimidade apresentam-se como direitos que merecem salvaguarda nos lugares públicos.*

Concordando com esse entendimento, diríamos, que com a implementação do sistema em apreço, por um lado, pela sofisticação dos seus equipamentos e funcionamento 24 horas e, por outro lado, pela abrangência das câmaras às principais artérias da cidade da Praia, haverá uma vigilância mais efetiva, profunda e intrusiva na privacidade de cada um, ultrapassando de longe a vigilância feita pela polícia, pois permite colher todas as informações ao alcance das câmaras, sem esquecimento e com possibilidade de análise e uso posterior.

Ainda, as atividades das pessoas, a sua relação, seus comportamentos em locais públicos vigiados por câmaras de vídeo passam a estar completamente registados, permitindo assim constituir perfil quotidiano de cada pessoa.

6- Porém, o direito à privacidade não é absoluto, podendo ser restringido, sem pôr em causa o seu núcleo essencial, ao mínimo necessário para a

¹² No sentido negativo, traduz-se no direito de negar informação pessoal, se opor à sua recolha, registo, comunicação, difusão, conservação ou qualquer outro modo de tratamento e, no sentido positivo, é o direito de aceder, controlar o tratamento dos seus dados pessoais, ou seja preservar a sua própria identidade informática, Catarina Sarmiento e Castro, O direito à autodeterminação informativa e os novos desafios gerados pelo direito à liberdade e à segurança no pós 11 de Setembro, pág.9 a 11, http://www.buscatologia.ufsc.br/revistas/files/anexos/5544_5536-1-PS.pdf, consultado em 17.08.2017.

¹³ Teresa Alexandra Coelho Moreira, A Privacidade dos Trabalhadores e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação: Contributo para um estudo dos limites do poder e de controlo eletrónico do empregador, Almedina, pág. 108.

¹⁴ Apud, Amadeu Guerra, A Privacidade no Local de Trabalho, As Novas (...), Almedina, pág. 349, nota 601.

fu



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

72/1

salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos, nos termos do n.º 5 do artigo 17.º da Constituição.

O sistema de videovigilância em espaços públicos põe em conflito¹⁵ dois direitos fundamentais: o direito à privacidade, nos termos já referidos, e o direito à segurança, ambos consagrados na Constituição.

Nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Constituição, *todos têm direito à liberdade e segurança pessoal*. Portanto, a segurança é um direito dos cidadãos, significando essencialmente uma garantia de exercício tranquilo dos direitos, liberto de ameaças e agressões¹⁶.

Trata-se de um direito de protecção de sentido negativo, impondo-se aos Estados, que não podem agredir a segurança do indivíduo, mas assume cada vez maior importância enquanto direito positivo de prestação, impondo às autoridades um dever de protecção contra as ameaças de terceiros¹⁷.

Cabendo ao Estado garantir o exercício de ambos os direitos impõe-se encontrar um justo equilíbrio de modo a que o sacrifício de um seja adequado à salvaguarda do outro, nos termos do n.º 5 do artigo 17.º da Constituição e alínea c) do artigo 4.º da lei de videovigilância.

A ponderação, *in casu*, impõe que se tome em conta a dimensão de protecção de cada um dos direitos face às circunstâncias concretas, a seguir analisadas:

iv- Proibições de instalações de câmaras

7- Estabelece o n.º 1 do artigo 6.º da lei de videovigilância que é proibida a instalação das câmaras de videovigilância, com ou sem gravação de som, em quaisquer áreas, mesmo que situadas em espaços públicos, que sejam, pela sua natureza destinadas a serem utilizadas no resguardo da intimidade ou de culto religioso (igrejas, capelas, espaços de culto, templos e suas dependências).

¹⁵ Haverá colisão ou conflito sempre que deva entender que a Constituição protege simultaneamente dois valores ou bens em contradição numa determinada situação concreta (real ou hipotética). José Carlos Vieira de Andrade, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.ª edição, 2016, Almedina, pag. 299.

¹⁶ J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, obra citada, pag. 478.

¹⁷ Catarina Sarmiento e Castro, texto citado, pag. 22.

Eu.



Comissão Nacional
da
Protecção de Dados

173/4

A esta proibição, na esteira da garantia de inviolabilidade do domicílio previsto no artigo 43.º da Constituição, acrescentamos a de utilização de câmaras de vídeo quando a captação de imagens abranja interior de casa habitada ou numa sua dependência, salvo autorização judicial ou consentimento, nos termos do artigo 238.º do Código de Processo Penal.

Entende-se que “nas relações entre os particulares e o Estado se introduza a noção de respeito da vida privada, de modo a que o Estado não afecte o direito ao segredo e a liberdade da vida privada, senão por via excepcional, para assegurar a protecção de outros valores que sejam superiores àqueles”¹⁸.

No caso em apreço, considerando a localização das câmaras de vídeo, as características urbanísticas da cidade da Praia e especialmente a capacidade de realização de movimentos automáticos giratórios de 360º graus e zoom das câmaras *dome*, indicam que tais proibições ainda não estão asseguradas.

Por essa razão, sob pena de anulação do direito à privacidade, impõe-se uma maior atenção na colocação das câmaras, podendo ser utilizadas máscaras.

Não existe gravação de som, pois as câmaras não têm microfone.

v- Publicidade e direitos de acesso e eliminação

8- Dispõe o n.º 1 do artigo 13.º da lei de videovigilância, que nos locais objeto de vigilância com recurso a câmaras fixas é obrigatória a afixação, em local bem visível, de informação sobre as seguintes matérias:

- a) A existência e a localização das câmaras de vídeo;
- b) A finalidade da captação de imagens;
- c) O responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, perante quem os direitos de acesso podem ser exercidos.

Dos elementos constantes do pedido de autorização, tais informações, acompanhadas de respetivos símbolos, de acordo com a lei de videovigilância e Portaria n.º 56/2015, de 13 de novembro, serão afixadas,

¹⁸ Cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional de Portugal de 7 de Maio de 1997, disponível em <https://dre.pt/applicações/fre/n/360383>.

Fe



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

74/21

e ainda será promovida uma campanha de informação e sensibilização a nível nacional sobre a finalidade do sistema, necessidade de sua preservação e a garantia dos direitos individuais.

Ora, isso enforma o princípio da transparência e submete a utilização do sistema ao controlo público.

9- Em relação aos direitos de acesso às imagens e da sua eliminação, tendo em conta que se está perante um tratamento realizado pela polícia com finalidade de segurança de pessoas e bens, *inter alia*, prevenção e repressão da prática de crimes, investigações criminais e prevenção rodoviária, entende-se que o exercício desses direitos são atenuados, podendo porém ser feito, indiretamente através da CNPD, nos termos dos n.º 2 e 3 do artigo 29.º da lei de videovigilância e do n.º 2 do artigo 12.º da LPDP.

vi- Período de conservação

10- As imagens devem ser conservadas, em registo codificado, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, exceto se as mesmas puderem constituir elemento de prova em processo judicial ou contraordenacional, casos em que as imagens podem ser mantidas até o término dos mesmos, cfr. o n.º 1 do artigo 21.º da lei de videovigilância.

Depreende-se dos elementos juntos ao pedido de autorização que o sistema tem capacidade para armazenar 300 (trezentos) canais durante 60 dias de forma ininterrupta. Justifica-se que, com a implementação da 2ª fase, a capacidade será, a final, para a gravação de imagens durante o período de 30 dias.

Apesar da justificação acima referida, o armazenamento das imagens colhidas pelas câmaras de vídeo, no âmbito da implementação do sistema objeto do pedido de autorização, não deverá ultrapassar o prazo máximo de 30 dias. Desta forma, entende-se que esta característica do equipamento deve ser alterada.

Havendo recolha de imagens que indicam factos com relevância criminal ou contraordenacional, o suporte original das imagens, acompanhado do auto de notícia será enviado ao Ministério Público, no prazo de 24 horas, devendo ser eliminado findo o respetivo processo. Neste caso, a Polícia



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

75/pt

não deve conservar qualquer cópia das imagens, nos termos do artigo 20.º da lei de videovigilância.

Em relação à comunicação efetuada nos termos do artigo 19.º, as imagens gravadas são conservadas até ao termo do respetivo procedimento, findo o qual, são eliminadas, cfr., n.º 2 do artigo 21.º da lei de videovigilância.

As imagens acidentalmente colhidas, em violação das proibições referidas em iv, devem ser imediatamente eliminadas pela polícia, cfr., n.º 3 do artigo 6.º da lei de videovigilância.

vii- Medidas especiais de segurança

10- A maior preocupação com o sistema de videovigilância não reside tanto na sua instalação mas antes na segurança da conservação das imagens, possibilidade de sua utilização a posteriori para finalidades diversas das originárias e/ou por pessoas não devidamente autorizadas.

Considerando que as imagens das pessoas singulares são dados pessoais sensíveis, a polícia deve adotar medidas adequadas e acrescidas de segurança, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da LPDP, nomeadamente para:

- a) Impedir o acesso de pessoas não autorizadas às instalações utilizadas para o tratamento da imagens (controlo da entrada nas instalações);
- b) Impedir que suportes de dados possam ser copiados por pessoa não autorizada (controlo dos suportes de dados);
- c) Impedir a introdução não autorizada, bem como a tomada de conhecimento, a alteração ou a eliminação não autorizadas de dados pessoais inseridos (controlo da inserção);
- d) Impedir que sistemas de tratamento automatizados de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados (controlo da utilização);
- e) Garantir que as pessoas autorizadas só possam ter acesso aos dados abrangidos pela autorização (controlo de acesso);

Re.



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

46/ct

- f) Garantir a verificação das entidades a quem possam ser transmitidas as imagens captadas (controlo de transmissão);
- g) Impedir que, na transmissão de dados pessoais, bem como no transporte do seu suporte, os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou eliminados de forma não autorizada (controlo do transporte).

O sistema deve estar protegido por chaves de acesso, nomeadamente palavra-passe, cuja utilização deve ser restrita a determinadas pessoas, máxime os operadores do sistema.

Nos termos do artigo 17.º da lei de videovigilância, a polícia deve manter uma lista atualizada das pessoas autorizadas a aceder às bases de dados das imagens.

No que diz respeito às medidas de segurança, limitou-se a informar que o funcionamento do centro de comando passará pela aprovação de regulamentos que desenvolvam as imposições legais relativamente à preservação de imagens. Adianta ainda que, o Data Center, no qual as informações recolhidas serão armazenadas, encontra-se alojado num local com especiais medidas de segurança e que o sistema é totalmente desenhado para admitir registos e auditorias, através de um sistema de registos de eventos ativo e pesquisável.

As medidas de segurança antes referidas devem ser observadas independentemente da sua adoção ou não por esses regulamentos. Porém, impõe-se normas claras que disciplinem a utilização do sistema de videovigilância do pedido de autorização. Os regulamentos devem ser submetidos ao parecer prévio da CNPD.

11- A nomeação de um oficial superior para comandar o Centro de Comando, realizar os procedimentos atinentes à conservação, comunicação e eliminação das imagens, representa uma clara responsabilização relativa ao exercício de funções de polícia numa área muito delicada, qual seja tratamento de dados sensíveis (imagens).

Note-se que o sistema garante a transmissão de imagens recolhidas de forma encriptada, numa rede privativa, para o Centro de Comando, pelo que, neste particular, apresenta um nível adequado de segurança.



Comissão Nacional
de
Protecção de Dados

77/1

No mais, o sistema está em conformidade como as características técnicas mínimas estabelecidas pela Portaria n.º 55/2015, de 13 de novembro.

3- Considerações finais

12- A ordem jurídica nacional responsabiliza o Estado e as demais entidades públicas bem como os seus agentes por atos ou omissões destes, praticados no exercício das suas funções ou por causa delas, de que resultem violações dos direitos, liberdades e garantias, nos termos do artigo 16.º da Constituição.

13- A instalação de sistema de videovigilância para finalidades de segurança de pessoas e bens, prevenção e repressão de crimes, investigação criminal e segurança rodoviária, carece sempre de autorização do membro do Governo responsável pela Administração Interna e é temporária, não podendo exceder a 2 anos, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 9.º, ambos da lei de videovigilância.

14- Findo o prazo que for estabelecido na autorização, imporá, naturalmente, uma reavaliação das condições subjacentes a tal autorização.

15- A autorização para a instalação do sistema de videovigilância em apreço, além de prevenir e reprimir a criminalidade, terá um papel fundamental no reforço de sentimento de segurança por parte dos cidadãos.

16- Assim, os cidadãos devem predispor-se em ceder parte, (não sacrificar totalmente), da sua privacidade em prol de mais segurança.

17- Não obstante, para o cabal cumprimento do regime jurídico aplicável em relação ao sistema de videovigilância na cidade da Praia, no âmbito da implementação do projeto "Cidade Segura", da responsabilidade da **Polícia Nacional**, a CNPD recomenda que:

- a) Sejam tomadas medidas efetivas que impeçam a captação de imagens em espaços públicos que sejam, pela sua natureza, destinados a serem utilizados no resguardo da intimidade ou de culto religioso, bem como no interior de casa habitada ou numa sua dependência;

Handwritten signature



78/ok

- b) Seja alterada a característica do equipamento de modo a que as imagens sejam eliminadas no prazo máximo de 30 dias, não sendo permitido a gravação de som;
- c) Sejam adotadas medidas adequadas e acrescidas de segurança, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da LPDP e artigo 17.º da lei de videovigilância;
- d) Os regulamentos que disciplinem a utilização do sistema de videovigilância sejam submetidos ao parecer prévio da CNPD.

III- Conclusão

Face ao exposto, sem prejuízo das recomendações antes referidas, a CNPD dá o seu parecer favorável à instalação do sistema de videovigilância na cidade da Praia, no âmbito da implementação do projeto "Cidade Segura", da responsabilidade da Polícia Nacional.

Praia, 30 de janeiro de 2018

Faustino Varela Monteiro (Presidente)

José Maria Vaz da Pina

Djamilson Lenine Estrela Vígano Pinto

APÊNDICE I

Exmo. Senhor
Conselheiro da Segurança Nacional do Governo
Carlos Alexandre Reis

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLÍCIAS

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA, Aspirante a Oficial de Polícia, nº 45CV/800109, a frequentar o 5.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), vem por esta via requerer à Vossa Exa o seguinte:

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, a qual deverá enquadrar-se no contexto das Ciências Policiais e em consonância com as linhas de investigações definidas pelo ISCPSI, pretende-se abordar a temática da “**VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE - POLÍTICAS DE SEGURANÇA NA PREVENÇÃO CRIMINAL**”, sob orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA.

O caráter científico do trabalho e a sua concretização prática carece da aplicação de entrevistas. É neste sentido que se solicita à V. Exa. Conselheiro da Segurança Nacional do Governo Dr. Carlos Alexandre Reis, conceder uma entrevista que tem como objetivo obter a douda opinião da V. Exa. acerca da implementação do sistema de videovigilância.

O Aspirante ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação e compromete-se ainda, a cumprir de forma ética as regras relativas à realização de investigação científica.

Ciente da vossa elevada atenção, endereça antecipadamente as mais cordiais saudações.

Lisboa e ISCPSI, 15 de dezembro de 2020.

*Autorizo a utilização
do conteúdo da entrevista
concedida, para os efeitos pretendidos
pelo requerente Erica Ferreira.
Praia, 17/12/2020.*

Erica Ferreira

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA
Aspirante a Oficial de Polícia

APÊNDICE II

GUIÃO DE ENTREVISTA

No âmbito da dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais com o título “*Políticas de Segurança na prevenção criminal - A videovigilância urbana em Cabo Verde*”, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pretende-se realizar entrevistas com a intenção de suportar o trabalho de investigação realizado, de modo a analisar a implementação do sistema de videovigilância urbana e de conhecer a sua eficácia na prevenção criminal em Cabo Verde, bem como a estratégia adotada por parte das forças de segurança, mais concretamente da Polícia Nacional.

A Aspirante a Oficial de Polícia ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA, compromete-se a manter a confidencialidade dos dados obtidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação.

Perfil do entrevistado

Nome: _____

Cargo: _____

– Entrevista –

1. Que motivos imperaram para a instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde?
2. Considera o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil e eficaz na prevenção e combate à criminalidade em Cabo Verde? De que forma?
3. Na sua opinião, a implementação do sistema de videovigilância justifica o investimento em termos de retorno ao nível de criminalidade, ou considera que deveriam ser planeadas novas estratégias na prevenção e combate ao crime?
4. Na sua opinião, o sistema de videovigilância é instrumento útil para a diminuição do sentimento de insegurança da população? De que forma e em que medida?
5. Em nome do direito público à segurança, a instalação das câmaras de videovigilância pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos. Em que medida?

6. Na sua opinião, considera que uma aposta neste tipo de ferramentas tecnológicas reduz ou aumenta a proximidade entre o cidadão e a polícia?
7. Considera pertinente a implementação de sistemas de videovigilância em mais centros urbanos do país? Porquê?
8. O sistema de videovigilância resultou a nível de segurança no caso da cidade da Praia?
9. De que forma a PNCV pode adequar as suas estratégias de ação e melhorar a sua resposta relativamente às demandas da sociedade atual?
10. Na sua opinião, quais as recomendações e perspetivas em relação ao sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Entrevista

Nome: CARLOS ALEXANDRE MONTEIRO REIS

Local: Praia-via correio eletrónico

Data: 10 de fevereiro de 2021

Cargo: Conselheiro de segurança Nacional do Governo, Coordenador do Projeto “Cidade Segura”.

1. Que motivos imperaram para a instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Dr. Carlos Reis: O projeto Cidade Segura foi preconizado pelo Governo tendo em vista o compromisso assumido de priorizar a segurança, em particular a segurança urbana, como elemento fundamental para o crescimento económico e o desenvolvimento do país.

O Programa do Governo para a IX Legislatura definira já a segurança e o enfrentamento da criminalidade, como prioridades, nomeadamente, através da criação de condições para a rápida instalação de redes de videovigilância nos pontos mais críticos das cidades. Para além da videovigilância urbana, o projeto apresenta uma solução abrangente e que atende às necessidades de apetrechamento das forças e serviços de segurança nacionais e à modernização do modelo de gestão da segurança pública, nos principais centros urbanos do país.

Visa a implementação de um conjunto de serviços, inseridos num sistema integrado de segurança, com o objetivo de antecipar ocorrências criminais, garantir respostas imediatas às emergências, sejam elas acidentes, emergências médicas ou ocorrências policiais e eficiência na gestão da segurança urbana. Assegura o acompanhamento antes, durante e após o incidente, agregando um centro de comando unificado, o sistema de videovigilância urbana e um sistema de comunicação operacional, que irá, ainda, permitir a viabilização do projeto 112, integrando o call center do 112, com os Centros de Comando em São Vicente e na Praia. Este projeto está gizado para os principais centros urbanos do país, bem como para os centros nos quais a preocupação em garantir uma maior proteção do ativo turístico justifica um intenso investimento na segurança dos espaços públicos e no aumento da capacidade de intervenção, seja a montante, seja a jusante, das forças e serviços de segurança.

2. Considera o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil e eficaz na prevenção e combate à criminalidade em Cabo Verde? De que forma?

Dr. Carlos Reis: Não podendo ser vista como uma varinha mágica que resolva todo o tipo de problemas de segurança no espaço urbano, a videovigilância cumpre, sem dúvida, um papel muito importante.

Primeiro pelo elemento dissuasor da prática de comportamentos ilícitos nos espaços vigiados, conferindo também uma maior tranquilidade aos cidadãos nos espaços públicos sob vigilância; depois, uma vez que permite uma gestão operacional da polícia completamente diferente, no que se refere, seja à informação policial, identificação de padrões de comportamento, etc., mas também na forma como aborda os incidentes, quando não os consegue antecipar. A resposta torna-se mais célere e proporcional ao incidente.

3. Na sua opinião, a implementação do sistema de videovigilância justifica o investimento em termos de retorno ao nível de criminalidade, ou considera que deveriam ser planeadas novas estratégias na prevenção e combate ao crime?

Dr. Carlos Reis: Há sempre espaço para uma estratégia mais abrangente. Aliás, importa ter em conta que a videovigilância urbana e o próprio sistema integrado de segurança urbana de que faz parte, são uma estratégia em si, mas parte da estratégia enunciada pelo PNSIC. É nesse contexto que deve ser analisado e entendidos os investimentos para que a polícia tenha ferramentas mais atuais e que lhe possam auxiliar a cumprir as suas obrigações legais. Os dados de que se dispõe sobre a redução da criminalidade, de forma consistente, nos anos 2017,

2018 e 2019, principalmente na cidade da Praia, são animadores e deixam crer que os investimentos deram retorno. Contudo, como referi, não foram apenas os investimentos nessa ferramenta que permitiram essa redução, mas o conjunto de investimentos num quadro de uma abordagem sistémica diferente.

4. Na sua opinião, o sistema de videovigilância é instrumento útil para a diminuição do sentimento de insegurança da população? De que forma e em que medida?

Dr. Carlos Reis: O sentimento de segurança, sendo um elemento baseado na perceção coletiva, nem sempre está diretamente associado ao aumento ou diminuição de casos e/ou resposta policial, embora acredite que a visibilidade do trabalho de polícia e a proximidade à comunidade sejam elementos que pesam bastante nesse sentimento. Termos câmaras estrategicamente colocadas em determinadas localidades, pode fazer com que as pessoas se sintam mais acompanhadas pelas forças de segurança, no seu dia-a-dia, mormente se puderem constatar que, efetivamente, isso significa à polícia chegar mais vezes e mais depressa quando as pessoas dela necessitam. Isso, claro, depende em grande medida da atitude que a polícia tiver na gestão das ocorrências, através do Centro de Comando. O que se pretende é que as pessoas sintam que a polícia está mais próxima delas e não apenas para quando elas são vítimas de crime, mas, de um modo geral, para as apoiar em situações que ocorram na via pública e que justifiquem a sua intervenção.

5. Em nome do direito público à segurança, a instalação das câmaras de videovigilância pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos. Em que medida?

Dr. Carlos Reis: Na minha opinião, e no próprio quadro legal existente em Cabo Verde, seja no regime jurídico de proteção dos dados pessoais, seja no regime de videovigilância urbana, a questão é tratada com a justa ponderação entre os direitos fundamentais em confronto: o direito individual à privacidade e o direito coletivo à segurança. É efetivamente uma limitação a um direito fundamental. Contudo, a própria Constituição, no que se refere a direitos fundamentais relativos, permite-o, em presença de outros valores igualmente dignos de proteção, sempre impondo o devido respeito a princípios como o da legalidade (daí terem sido aprovados os regimes por meio de lei, em sentido formal, aprovadas pela Assembleia Nacional), mas também da proporcionalidade, que limitam a forma, a extensão e os procedimentos que são permitidos, impondo limites muito estritos, nomeadamente à duração da manutenção das imagens, ao fato de não se poder recolher som, ou de não se poder captar imagens junto a determinados sítios, e.g. igrejas, partidos políticos.

6. Na sua opinião, considera que uma aposta neste tipo de ferramentas tecnológicas reduz ou aumenta a proximidade entre o cidadão e a polícia?

Dr. Carlos Reis: Como referi, tudo depende da abordagem e cultura policial que se desenvolver. As ferramentas tecnológicas acarretam sempre um risco de desumanizar a forma como serviços públicos se relacionam com os cidadãos. Por outro lado, o recurso às tecnologias confere um aumento de eficácia e eficiência consideráveis, permitindo à polícia estar mais depressa e em mais lugares, significando isso que poderá ter melhores condições de chegar lá aonde é necessário. Mais do que ser vistos em permanência e em todas as esquinas, os agentes policiais podem ter uma abordagem diferente, mas não menos presente, o que implica, também, uma análise permanente, que oriente o melhor posicionamento das equipas no terreno, fazendo com que sejam sentidas quando necessário, mesmo quando não são vistas permanentemente.

7. Considera pertinente a implementação de sistemas de videovigilância em mais centros urbanos do país? Porquê?

Dr. Carlos Reis: Não defendo que todos os centros urbanos tenham de ter sistemas de videovigilância. Em Cabo Verde, além das cidades e ilhas já beneficiadas, cumpre sempre ponderar com muita cautela se existe necessidade de expandir a videovigilância para outras localidades, pois os investimentos são extremamente elevados e as razões para a expansão têm de ser objetivas, analisando a criminalidade de um determinado centro urbano, o seu projeto de expansão urbana e a própria organização do espaço público, porquanto vários elementos podem condicionar a otimização da ferramenta (arruamentos, tipo de construções, vias de expansão de fibra e rede elétrica), que não é a mais adequada para localidades que não têm espaço urbano com dimensão e organização adequada.

8. O sistema de videovigilância resultou a nível de segurança no caso da cidade da Praia?

Dr. Carlos Reis: Os dados que vão sendo apresentados pela PN, de 2018 e 2019, nomeadamente, no que se refere ao número de ocorrências, mas mais importante do que isso, no número de resposta às ocorrências, ao tempo dessa resposta e à qualidade dessa resposta (com um aumento de detenções e apreensões de objetos roubados, apenas a título de exemplo), levam a concluir que sim, sendo certo que a experiência na sua utilização e no recurso a determinadas funcionalidades poderão melhorar ainda mais a eficiência na resposta.

9. De que forma a PNCV pode adequar as suas estratégias de ação e melhorar a sua resposta relativamente às demandas da sociedade atual?

Dr. Carlos Reis: A questão ultrapassa, como já havia mencionado, em muito, a questão da videovigilância, que tem de ser vista como uma ferramenta muito poderosa, mas que não pode substituir todas as outras que estão à disposição da PN, nem pode afastá-la, antes pelo contrário, do contacto humanizado, com os cidadãos.

Nas várias frentes em que a PNCV está, das fronteiras e relação com os imigrantes, à polícia marítima, à atuação no espaço alfandegário, na ordem pública e na investigação criminal, a mentalidade tem de ser de serviço público, próximo dos cidadãos, numa lógica preventiva e antecipatória, mas também com um grande nível de operacionalidade na resposta. São esses os elementos que, mais uma vez, citando o PNSIC, devem nortear a ação da PNCV no seu processo de modernização.

10. Na sua opinião, quais as recomendações e perspetivas em relação ao sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Dr. Carlos Reis: A recomendação será apostar continuamente na credibilidade do sistema junto à sociedade, que tem de acreditar na sua utilidade e na forma com que é usada, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos, manter um investimento permanente nas diferentes funcionalidades que ainda não estão disponíveis, mas que contamos poder vir a ter disponíveis brevemente, nomeadamente o reconhecimento automático de chapas de matrícula, mas, mais importante ainda, na formação contínua do pessoal afeto ao Centro de Comando, não só na utilização cada vez mais aprofundada dessas funcionalidades, mas na questão da análise de informação policial, na organização estratégica e planificação do trabalho operacional.

APÊNDICE III

Exmo. Senhor

Diretor Nacional da Polícia Nacional de Cabo Verde

Superintendente-Geral EMANUEL ESTALINE MORENO

*Assunto: 20
503/2021*

Assunto: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTA

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA, Aspirante a Oficial de Polícia, nº 45CV/800109, a frequentar o 5.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, vem por esta via requerer à Vossa Excelência, o seguinte:

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, a qual deverá enquadrar-se no contexto das Ciências Policiais e em consonância com as linhas de investigações definidas pelo ISCP SI, pretende-se abordar a temática da “**VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE - POLÍTICAS DE SEGURANÇA NA PREVENÇÃO CRIMINAL**”, sob orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA. O carácter científico do trabalho e a sua concretização prática carece da aplicação de entrevistas. É neste sentido que se manifesta à Vossa Excelência a intenção de entrevistar o Sr. Comissário **JOSÉ VAZ CABRAL**, o Sr. Subcomissário **ROBERTO LIMA** e o Sr. Subcomissário **NATANIEL FRANCEZ SILVA** e se solicita a autorização da Sua Ex^a para o respetivo efeito.

A Aspirante **ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA** compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação e compromete-se ainda, a cumprir de forma ética as regras relativas à realização de investigação científica.

Ciente da vossa elevada atenção, endereça antecipadamente as mais cordiais saudações.

Lisboa e ISCP SI, 05 de janeiro de 2021.

Erica Ferreira

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

Exmo. Senhor

Diretor Nacional da Polícia Nacional de Cabo Verde

Superintendente-Geral Emanuel ESTALINE MORENO

Assunto: Pedido de autorização para aplicação de entrevista.

ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA, Aspirante a Oficial de Polícia, n.º 45CV/800109, a frequentar o 5.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia – Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, vem por esta via requerer à Vossa Excelência, o seguinte:

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, a qual deverá enquadrar-se no contexto das Ciências Policiais e em consonância com as linhas de investigações definidas pelo ISCPSI, pretende-se abordar a temática da “POLÍTICAS DE SEGURANÇA NA PREVENÇÃO CRIMINAL - A VIDEOVIGILÂNCIA URBANA EM CABO VERDE”, sob orientação científica do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA. O carácter científico do trabalho e a sua concretização prática carece da aplicação de entrevistas.

É neste sentido que se manifesta à Vossa Excelência a intenção de entrevistar o Sr. Comissário JOSÉ VAZ CABRAL, o Sr. Subcomissário ROBERTO LIMA e o Sr. Subcomissário NATANIEL SILVA e se solicita a autorização da Sua Ex.^a para o respetivo efeito.

A Aspirante ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação e compromete-se ainda, a cumprir de forma ética as regras relativas à realização de investigação científica.

Ciente da vossa elevada atenção, endereça antecipadamente as mais cordiais saudações.
Lisboa e ISCPSI, 05 de janeiro de 2021.



ERICA NIAMIA FREIRE LOPES FERREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

APÊNDICE IV

Nome: JOSÉ VAZ CABRAL

Local: Praia-via correio eletrónico

Data: 23 de fevereiro de 2021

Posto: Comissário

Função a desempenhar na instituição: Comandante Regional Adjunto de Santiago Sul e Maio

1. Na sua opinião, que motivos imperaram para a instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Comissário José Cabral: Este projeto tem o propósito de através das tecnologias de recolha de vídeo em locais públicos previamente identificados como estratégicos, conseguir também uma mais e melhor distribuição das forças policiais no local de ocorrência, uma melhor vigilância dos espaços públicos urbanos, e, conseqüentemente, uma maior dissuasão à prática de atos ilícitos em tempo de reação muito superior ao atual.

2. Na sua opinião, a implementação do sistema de videovigilância justifica o investimento em termos de retorno ao nível de criminalidade, ou considera que deveriam ser planeadas novas estratégias na prevenção e combate ao crime em Cabo Verde?

Comissário José Cabral: A implementação do sistema de videovigilância justifica o investimento, porque permitiu uma melhorar a gestão dos meios operacionais, antecipação das ocorrências criminais, como uma garantia de respostas imediatas às emergências, bem como conseguir maior eficiência na gestão da segurança na cidade da Praia e nas ilhas de S. Vicente, Sal e Boa vista.

3. Na sua opinião, o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil e eficaz na prevenção e combate à criminalidade? De que forma?

Comissário José Cabral: Este sistema é muito útil e eficaz, pelo motivo que visa o apetrechamento das forças e serviços de segurança nacional e a modernização do modelo de gestão de segurança pública nos principais centros urbanos do país.

Este sistema trouxe a PNCV e segurança destas ilhas uma implementação de um conjunto de funcionalidades inseridas num sistema integrado de segurança, entre os quais, um sistema de videovigilância urbano, comunicações seguras e um centro de comando para a gestão de ocorrências, de modo a fazer face a estas, numa perspetiva de prevenção e de reação

informada, contribuindo para a melhoria da atividade policial, atividade de controlo de circulação rodoviária e resposta adequada, eficiente e eficaz às situações de emergência.

4. Considera o sistema de videovigilância conveniente implementado face à conjuntura atual, no caso da cidade da Praia? Que alterações proporia?

Comissário José Cabral: No que tange a cidade a Praia, foi um ganho com a implementação do sistema de videovigilância urbana, sobretudo na gestão dos meios operacionais, bem como a diminuição da criminalidade. As alterações que fazia a este sistema, seria a introdução do reconhecimento facial e busca inteligente. Essas duas alterações davam um grande contributo na prevenção da criminalidade e controlo rodoviário.

5. Considera pertinente a implementação de sistemas de videovigilância em mais centros urbanos do país? Porquê?

Comissário José Cabral: Sim, seria ideal na Cidade de Assomada, Concelho de Santa Catarina. Por ser uma Cidade com uma densidade populacional superior as das outras ilhas contempladas, e também por índice da criminalidade quem aumentado dias a pós dias.

6. Em prol do direito público à segurança, a instalação das câmaras de videovigilância pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos. Em que medida?

Comissário José Cabral: O sistema de videovigilância obedece os princípios de Legalidade, Finalidade e Proporcionalidade, mas os fins para que é utilizado pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada, dado que choca com os interesses maior que neste caso é a segurança.

Por exemplo, qualquer cidadão tem a liberdade de circular sem ser filmado, mas para segurança de todos está sujeito a ser filmados, por isso que há sempre um aviso que o local está coberto por câmaras de videovigilância.

No entanto, é sem dúvida, uma tarefa de extrema complexidade para as forças policiais, a de gerir esta problemática relacionada com o conflito gerado pela violação de direitos fundamentais pelo uso de sistemas de videovigilância em locais públicos.

7. Na sua opinião, quais os benefícios e inconveniências da utilização do sistema de videovigilância em Cabo Verde? No que diz respeito à estratégia e resposta policiais.

Comissário José Cabral: Benefícios: aumento de sentimento de segurança, diminuição da criminalidade, gestão dos meios operacionais, melhoria no atendimento as diligências, atendimento e encaminhamento personalizado com melhor performance.

As inconveniências: deslocamento de crimes, sabotagem e reclamações de interferência na vida privada.

8. O sistema de videovigilância é uma ferramenta útil para a diminuição do sentimento de insegurança da população? E no caso da cidade da Praia, resultou a nível de segurança?

Comissário José Cabral: Sim, pode conferir com as perguntas 3 e 4.

9. Diria que a criminalidade mudou por força do sistema de videovigilância, no caso da cidade da Praia?

Comissário José Cabral: Sim, no local que foram colocadas câmaras de videovigilância houve uma mudança de determinados crimes para outros locais que não estão abrangidos pelo sistema.

10. Na sua opinião, quais as recomendações e perspetivas em relação ao sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Comissário José Cabral: A minha opinião, baseia-se mais no sistema operacional do próprio sistema. Este sistema carece de uma manutenção frequente para melhor servir as unidades operacionais. Se não for feito em pouco tempos deixamos de ter este valioso sistema.

APÊNDICE V

Nome: ROBERTO CARLOS CENTEIO LIMA

Local: Praia-via correio eletrónico

Data: fevereiro de 2021

Posto: Subcomissário

Função que desempenha na instituição: Chefe Divisão de Investigação Criminal da Direção Central de Investigação Criminal da Polícia Nacional

1. Na sua opinião, que motivos imperaram para a instalação do sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Subcomissário Roberto Lima: Estrategicamente respeitou-se as propostas do novo Governo relativamente em trazer o programa Cidade Segura para algumas cidades de Cabo Verde, no caso Praia, São Vicente, Boavista e Sal. Não deixa de ter o fundamento assente na vontade de garantir mais segurança às pessoas e seus bens e reduzir a criminalidade de massa principalmente.

2. Na sua opinião, a implementação do sistema de videovigilância justifica o investimento em termos de retorno ao nível de criminalidade, ou considera que deveriam ser planeadas novas estratégias na prevenção da criminalidade em Cabo Verde?

Subcomissário Roberto Lima: Foi realmente um investimento brutal, e que certamente terá gastado ao Governo uma boa fatia do orçamento destinado para a área da segurança. Tem dado seu resultado que quanto a mim bastante positivo, entretanto nenhum sistema de segurança consegue ser 100% eficaz sozinho, necessita naturalmente de outras estratégias que paralelamente devem ser implementadas para atingir a meta desejada. Em Cabo Verde, na minha opinião muito ortodoxa devia investir também e mais na prevenção primária, pois sendo o país que é, é evidente que os problemas ligados ou que desembocam no cometimento de crimes, principalmente a de massa, advêm ou estão na base da formação do homem, nos problemas sociais muito mal explorados e ou mal encaminhados/seguídos.

3. Na sua opinião, o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil e eficaz na prevenção à criminalidade? De que forma?

Subcomissário Roberto Lima: Sem dúvida que é. Sou suspeito talvez por afirmar isso, mas falo com conhecimento da causa e testemunha de que muito da redução do crime na cidade da Praia principalmente, teve a ver com a implementação desse sistema, seja pela inibição que

causa nos malfeitores e amigos do alheio seja pela resposta que se consegue em recurso a ele. A polícia tem estado um passo a frente das ações ilegais e muito próximo da resposta quando não se consegue prevenir e tudo graças ao sistema de videovigilância.

4. Considera o sistema de videovigilância conveniente implementado face à conjuntura atual, no caso da cidade da Praia? Que alterações proporia?

Subcomissário Roberto Lima: A cidade da Praia em particular foi contemplada com um sistema pensado em duas fases, sendo que a primeira teve o resultado que teve, positivo, e a segunda prestes a se concluir com as câmaras colocadas já e com uma visão diferente, mas complementar à primeira. Hoje tentou-se triangular os acessos com os postes e as câmaras de forma a criar como que uma teia e permitir uma gravação quase certa das ações dos malfeitores. A minha proposta não ia noutro sentido que não fosse para se tirar o maior proveito possível, ou seja, uma reorganização a nível dos operadores do próprio centro. Seria de todo útil que quem atende as chamadas não fosse quem monitora as câmaras.

5. Considera pertinente a implementação de sistemas de videovigilância em mais centros urbanos do país? Porquê?

Subcomissário Roberto Lima: Sim acho. Pelo resultado que tem dado os que já operam, principalmente se o nível criminal o exigir.

6. Em prol do direito público à segurança, a instalação das câmaras de videovigilância pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos. Em que medida?

Subcomissário Roberto Lima: Esta questão decerto foi pensada no âmbito da implementação do sistema, pois existem leis que se ligam à proteção de dados e foram respeitadas e até porque, a utilização das imagens, devem respeitar os procedimentos legais. Por outro lado, em casos mais gritantes de invasão de uma câmara, no próprio sistema o conteúdo fica encoberto e invisível mesmo para os operadores. As câmaras apenas gravam o que em público, no ambiente público se faz.

7. Na sua opinião, quais os benefícios e inconveniências da utilização do sistema de videovigilância em Cabo Verde? No que diz respeito à estratégia e resposta policiais?

Subcomissário Roberto Lima: Os benefícios são enormes, se se conseguir tirar o maior proveito do próprio sistema. No caso em concreto e falando da cidade da Praia esse ganho é cada vez maior. O sistema pode e é utilizado em situações preventivas, em operações policiais

e para garantir algum meio de prova em processos-crime. O único inconveniente se prende com a burocratização ainda um pouco acentuada, entre os serviços e o Centro.

8. O sistema de videovigilância é uma ferramenta útil para a diminuição do sentimento de insegurança da população? E no caso da cidade da Praia, resultou a nível de segurança?

Subcomissário Roberto Lima: Sem dúvida que sim, o sentimento de insegurança é diferente do índice de criminalidade, mas não resta dúvida que a tendência para descer tem muito a ver com a diminuição do nível de crime. Na Praia a situação do crime, pese embora alguns picos, é hoje estável, tendo verificado um abaixamento considerável e as pessoas confiam no sistema. Prova disso é que estão atentas e dão aos agentes que lhe atendem a informação de que existe no local câmaras de videovigilância.

9. Diria que a criminalidade mudou por força do sistema de videovigilância, no caso da cidade da Praia?

Subcomissário Roberto Lima: Não. Isto nunca seria possível. O que motivou esta mudança foi também a implementação do projeto Cidade Segura na cidade da Praia, certo que a par de outras estratégias como aumento de patrulhamento, intensificação de rusgas nos bairros, mais desenvolvimento ao nível do policiamento de proximidade, intensificação de controlo de locais de diversão noturna, criação de equipa multifacetadas conjuntas, e por aí fora que junto foram sem dúvida um conjunto forte para o resultado que se tem hoje.

10. Na sua opinião, quais as recomendações e perspetivas em relação ao sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Subcomissário Roberto Lima: A reorganização e afetação dos recursos humanos no centro operacional em si com divisão de tarefas, redução de horário de serviço ininterrupto. A desburocratização na partilha de informações, uma melhor articulação do centro com outros serviços nomeadamente os bombeiros, os serviços de saúde, seriam o que a curto prazo deviam-se ponderar para melhorar a eficácia do investimento.

APÊNDICE VI

Nome: NATANIEL FRANCEZ SILVA

Local: Praia-via correio eletrónico

Data: março de 2021.

Posto: Subcomissário

Função que desempenha na instituição: Comandante do Centro Comando e Controlo da cidade da Praia

1. Na sua opinião, o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil e eficaz na prevenção e combate à criminalidade? De que forma?

Subcomissário Nataniel Silva: Considerando a biosfera que se vive atualmente, atendendo ao nível criminal e os desafios à segurança, devido ao surgimento/aumento de novas ameaças como: o terrorismo, criminalidade organizada e da globalização dos fenómenos criminológicos, os estados têm sido desafiados a implementarem medidas securitárias modernas e eficazes. Neste sentido, as novas tecnologias, têm sido uma grande aposta, assim sendo, como forma de proceder à vigilância, controlo e monitorização de acesso a certos locais públicos, o sistema de videovigilância revelou-se uma alternativa fundamental. Face ao exposto, uma das razões fundamentais para a implementação do sistema de videovigilância em espaços do domínio públicos, essencialmente urbanos, prende-se com a necessidade de melhorar a eficácia preventiva a nível criminal. Emerge como uma nova e valiosa estratégia e mecanismo fulcral na luta contra o crime, desordem pública, incivildades e perturbações de diversos índole etc.

Constata-se que a presença das câmaras por si só tem um grande efeito dissuasor, na medida em que, presume-se que há uma conceção mental dos criminosos que, a presença das câmaras representa um risco considerável de serem detetados, desta forma, condiciona a prática do crime e leva a que os presumíveis infratores desistam do cometimento do crime. Neste sentido, hodiernamente, uma das técnicas de prevenção criminal, fundamentalmente situacional, que se tem vindo a implementar é o sistema de videovigilância.

O enfoque da atividade policial, em todos preceitos normativos nacionais é a prevenção criminal, onde assentam os fundamentos da implementação do sistema de videovigilância. A dimensão concetual da prevenção criminal, exige uma holística

interdisciplinar, a prevenção advém da interação de vários vetores e atores sociais, associados a diversos mecanismos tecnológicos, cujo desígnio é:

- aumentar o sentimento de segurança subjetiva e objetiva;*
- antever comportamentos criminosos;*
- incrementar o efeito dissuasor nos criminosos;*
- auxiliar na investigação criminal.*

No que se refere ao quotidiano, o sistema aumenta o sentimento de segurança da população, conseqüentemente, implementação do sistema de videovigilância em locais públicos de uso comum, reduz o medo social de vitimização criminal, por conseguinte, aumenta o sentimento subjetivo e objetivo de segurança. Outrossim, a videovigilância tem se mostrado eficiente na investigação, contribuindo substancialmente na descoberta da verdade material de muitos crimes, isto é, as imagens captadas e gravadas pelas câmaras de videovigilância servem de meio de prova no Tribunal.

Em jeito de sinopse, a videovigilância tem sido vista por parte do Estado de Cabo Verde e um pouco por todo mundo, como um excelente instrumento na prevenção de ameaças internas, bem como externas, ou seja, efetivamente, a videovigilância tem uma função preventiva muito grande.

2. Considera o sistema de videovigilância conveniente implementado face à conjuntura atual, no caso da cidade da Praia? Que alterações proporia?

Subcomissário Nataniel Silva: Naturalmente que sim, a cidade da Praia, capital de Cabo Verde, alberga o maior índice criminal do País, portanto, é natural e consensual que estivesse com a cobertura do sistema de videovigilância, os crimes mais graves a nível nacional ocorrem na Cidade da Praia.

Considerando a tendência gradual para o aumento de registo de número de crimes comunicados à PNCV e Polícia Judiciária, assim como a sensação de insegurança que se percebe na nossa sociedade e a exigência da população por mais segurança, impôs uma mudança de paradigma no seio da PN. Portanto, as políticas públicas de segurança devem ser modernas e ajustadas as novas demandas no domínio securitário, a fim de dar respostas céleres e eficazes às ocorrências, são cada vez mais indispensáveis.

Esta inovação, revolucionou o sistema de policiamento da PN, com vista a diminuir o sentimento de insegurança e garantir integralmente a efetividade constitucional do Direito à segurança. Assim sendo, concebeu-se o projeto “Cidade Segura”, com enfoque no sistema de videovigilância. Onde o projeto piloto iniciou-se na Cidade da Praia e posteriormente em outros centros urbanos do país.

O projeto tem na sua génese estudos sustentáveis e fidedigno, a magnitude do sistema está alicerçado de forma confiável, inclusive por uma das multinacionais de grande credibilidade no mercado. Em termos alterações melhorias, está-se na segunda fase do projeto, as inovações e melhorias consta no documento estratégico que irão ser paulatinamente incrementados.

3. Considera pertinente a implementação de sistemas de videovigilância em mais centros urbanos do país? Porquê?

Subcomissário Nataniel Silva: De certa forma, sim. No entanto, há critérios e variáveis imperativos que acabam por determinar a implementação do sistema de videovigilância. Uma das questões fundamentais é o índice criminal, neste sentido, há neste momento três centros urbanos de maior preponderância a nível criminal com cobertura de videovigilância (Cidade da Praia, São Vicente e a ilha do Sal). Por norma, o local para a sua instalação é definido tendo em conta os padrões criminais, de modo que, o sistema possa abranger os locais de maior concentração do crime (hot spot criminal), onde a violência criminal é consideravelmente grande.

Por outro lado, estamos a falar de criação de novas infraestruturas, aquisição de equipamentos tecnológicos de nova geração, de alta resolução, ou seja, de um avultado quantia monetária, portanto, os resultados que se pretende alcançar devem ir ao encontro do valor do investimento. Neste sentido, ainda há centros urbanos que não representam uma preocupação substancial para tal investimento.

4. Em prol do direito público à segurança, a instalação das câmaras de videovigilância pode limitar o direito à reserva da intimidade da vida privada dos cidadãos. Em que medida?

Subcomissário Nataniel Silva: O sentimento implícito de segurança no subconsciente do Homem é uma realidade dos primórdios da sua História, pois, sempre se preocupou em criar mecanismos de garante de segurança. De uma forma rudimentar faziam avaliação de riscos e ameaças e adotavam medidas para se protegerem.

De harmonia com o art.º 30 da CRCV, a segurança é um direito fundamental que assiste a todos os cidadãos. Por outro lado, nos termos do art.º 7 CRCV, é uma tarefa fundamental do Estado, assim sendo, é um bem público e uma das mais imperativa das necessidades humanas e é uma “conditio sine qua non” para uma sã vivência social.

É certo que ao utilizar este novo mecanismo, de grande valor no domínio da segurança, o Estado poderá estar a restringir/limitar outros direitos fundamentais, como o direito à imagem, reserva da intimidade da vida privada e liberdade, todavia, as questões de segurança emergem com um valor acrescentado, nesta senda, está-se também a cumprir e a proteger outro direito de igual ou maior valor, extensivamente, o maior bem jurídico, a vida humana. O direito à segurança é mais do que mera garantia de outros direitos, é uma condição de estabilidade do próprio Estado.

Não há direitos absolutos, nesta ordem de ideias, sendo um direito de expressão transversal, goza de uma proteção e garantia especial, por conseguinte, despoleta daqui a fundamentação e justificação para uma eventual limitação/restricção e no limite suspensão, de alguns direitos. Atendendo às premissas fundamentais decorridos das leis nacionais e internacionais, com respeito pelo princípio da proporcionalidade da necessidade e da adequação, em caso da manifesta necessidade, devidamente fundamentado os direitos da: liberdade, reserva da intimidade da vida privada e direito à imagem, podem ser limitados em prol do bem comum- Segurança Nacional, inclusivamente, com a parecer favorável da CNP.

Outrossim, o contrato social, funda-se essencialmente nisso, nos ditames da segurança. Uma eterna necessidade, uma vez que, o epicentro da segurança é o cidadão, é em prol deste que se preconiza a segurança.

5. Quanto ao acesso à sala de controlo das imagens, quem tem acesso à mesma?

Subcomissário Nataniel Silva: O acesso é restrito, só as pessoas devidamente autorizadas e credenciadas têm acesso à sala, neste caso, o Comandante, seu adjunto, e os operadores, o acesso é por intermédio de um código intransmissível e dados biométricos.

6. Quantos elementos policiais são operadores do sistema de videovigilância? Os mesmos possuem alguma formação específica?

Subcomissário Nataniel Silva: São trinta e cinco elementos, todos possuem formação específica para o efeito, tanto a nível da utilização da ferramenta bem como nível da legislação. Foi feito uma seleção criteriosa dos operadores, posteriormente, tiveram uma formação bastante abrangente, sobretudo, em termos dos direitos liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, essencialmente, em matéria da reserva da intimidade da vida privada, direitos à imagem etc. Em caso de violação, de algum dos preceitos consignados no ordenamento jurídico nacional que regula esta matéria, há a suscetibilidade de haver um processo-crime bem como processo disciplinar.

7. Qual o papel da PNCV no domínio da supervisão e monitorização de imagens de videovigilância?

Subcomissário Nataniel Silva: A PNCV, através da Direção do Comando e Controlo dos Centros Comandos, exerce a superintendência da utilização do sistema. Por outro lado, é da inteira responsabilidade do comandante garantir a integridade do sistema, a preservação das imagens e reportar toda a situação anómala referente ao sistema. A política de dados é concebida para, após o período legalmente estabelecido, autonomamente destruir as imagens. Atendendo ao princípio da necessidade de conhecer cada um tem um perfil de acesso, sendo que, o Comandante é detentor do perfil de administrador, é quem atribui o nível de acesso de cada um, faz o escrutínio sistemático do sistema, podendo saber o que cada utilizador fez durante o seu serviço. Ou seja, o próprio sistema é concebido para restingir algumas falhas humanas, inclusive, o perfil que é atribuído aos operadores é de uso ao vivo, ou seja, em tempo real, as demais potencialidades do sistema são reservadas ao Comandante do CCC.

8. Na sua opinião, quais os benefícios e inconveniências da utilização do sistema de videovigilância? No que diz respeito à estratégia e resposta policiais?

Subcomissário Nataniel Silva: Em nome da segurança pública, nos dias de hoje, face às novas tendências criminais, os modelos e padrões de policiamento antigo não tem dado a resposta que a biosfera social necessita no que se refere à luta e combate à criminalidade. Nesse âmbito, novos conceitos, novos paradigmas, novos modelos e estratégias policiais têm surgido como alternativa aos modelos tradicionais, por conseguinte, a aposta nas novas tecnologias, indubitavelmente, é uma mais-valia no domínio da segurança pública. Antes de mais, o homem sempre viveu numa arena panóptico, não há liberdade absoluta, nem direitos sem segurança. Uma das mais elementar dos primórdios das necessidades do homem é a segurança, onde existe uma entidade com ius imperium, cujo desígnio é garantir a sã convivência social, sob pena de

reinara anarquia. A cedência, em parte da própria liberdade traduz-se na ideia da efetividade do bem comum, em que, o Estado é o garante da segurança e demais direitos, sendo a segurança o cerno fundamental dos demais. É colocado na esfera pública do Estado a parcela suficiente para erradicar todas as ameaças, perigos e riscos que coloca em causa vida dos seus.

- *A videovigilância nos espaços públicos aumenta a sensação de segurança.*
- *As câmaras de vigilância em vias públicas fomentam o sentimento de segurança em espaços de grande aglomeração de pessoas.*
- *As câmaras é um recurso de monotorização constantes de ações criminosas, neste sentido, dissuado os criminosos e acabam por não cometer o crime, ou deslocam para onde não há vigilância com recurso às câmaras.*
- *Havendo comportamentos suspeitos, os operacionais podem ser acionados e anteciparem que o dano ocorra.*
- *Do ponto de vista subjetivo, reduz o medo de ser vítimas de crime, por conseguinte a sensação de segurança aumenta.*
- *Nos locais onde há videovigilância, a taxa crimina reduz, fundamentalmente, crimes contra património, ou seja, crimes de resultado. A videovigilância insere-se nos modelos de prevenção situacional, corresponde a uma panóplia de medidas extrapenal, cujo propósito é reduzir a incidência de atos criminais, aumenta a probabilidade de serem detidos ou identificados.*
- *Se por um lado ajuda na prevenção, igualmente, ajuda na repressão e investigação, pois, com recurso às imagens gravadas consegue-se facilmente detenção dos criminosos. Vários casos têm sido resolvidos com base nas imagens gravadas pelas câmaras.*
- *Facilita no mapeamento criminal, na rota de fuga dos criminosos, ou seja, mesmo que um crime não foi perpetrado onde há um poste de videovigilância, atendendo à triangulação de pontos estratégicos onde há postes, consegue-se intercetar na rota de fuga os criminosos, durante, ou após o facto.*

Em sentido contrário, há algumas opiniões contra o recurso à videovigilância nos espaços de domínio público, eventualmente, aparecem como desvantagens ao sistema de vigilância por intermédio de câmaras. Uma das possíveis inconveniências da utilização de videovigilância

prende-se com a suscetibilidade de violar os direitos fundamentais. Outrossim, atendendo que quem está a monitorizar as câmaras são seres humanos, podem fazer usos abusivo do sistema, ou tirar partido particulares, ou no extremo, chantagear pessoas, em virtude de terem tido acesso a conteúdo de imagens comprometedoras. Se não haver um controlo efetivo sobre o sistema, corre-se o risco de ferir a esfera da vida privada das pessoas. Todavia, em caso de alguma suspeita, há sempre mecanismo para colmatar isso.

Por se tratar de tecnologia, é natural que haja algumas circunstâncias de âmbito técnico, muitas vezes há situações graves que não são captadas pelas câmaras por questões de avaria técnica, esta limitação é vista como uma desvantagem do sistema. Uma eventual sabotagem ao sistema, aparecimento de novas formas de cometimento de crimes e deslocamento criminal, são considerados pontos menos abonatórios do sistema.

9. O sistema de videovigilância é uma ferramenta útil para a diminuição do sentimento de insegurança da população? E no caso da cidade da Praia, resultou a nível de segurança?

Subcomissário Nataniel Silva: A insegurança é um conceito muitas vezes concebido socialmente, influenciado por uma panóplia de fatores. Advém de uma constelação emotiva, determinada pela sensação de perceção de perigo, ameaça e risco de um evento danoso, associado ao binómio espaço e tempo.

Face ao exposto, indubitavelmente, o sistema de videovigilância é uma ferramenta útil na promoção e fomentação de diminuição do sentimento de insegurança, reduz o medo e propicia redução da criminalidade. Relativamente à cidade da Praia, os crimes na via pública têm ocorridos em lugares fora do raio de ação das câmaras, no entanto, acabam por ser visualizados pelas câmaras no momento da fuga ou antes do crime, isto é, após a implementação do sistema houve uma mobilidade criminal do ponto de vista geográfico.

10. Diria que a criminalidade mudou por força do sistema de videovigilância, na cidade da Praia?

Subcomissário Nataniel Silva: O sistema em si não muda a tipologia criminal, condiciona a prática criminal, nem todos os crimes são suscetíveis de serem prevenidos por intermédio de videovigilância. Pode-se prevenir crimes como: furto em viaturas, furto de viaturas, roubos na via pública, furto em habitações, furtos de carteiristas, furtos em estabelecimentos comerciais,

briga na via pública etc. são crimes de resultado. Contudo, verificou-se uma grande mobilidade geográfica do crime, fugindo do alcance das câmaras para lugares sem cobertura do sistema.

11. Na sua opinião, quais as recomendações e perspectivas em relação ao sistema de videovigilância em Cabo Verde?

Subcomissário Nataniel Silva: Nenhuma política de segurança pública ou sistema tecnológico por mais evoluído que seja é 100% fiável e perfeito. Particularmente, por ter sido concebido e monitorizado pelo homem, torna-se mais provável existir falhas e o mau uso pode ser frequente. Nesta senda, exige uma fiscalização permanente e formação contínua/reciclagem frequente dos operadores do sistema.

As tecnologias de informação e comunicação têm evoluído e vão continuar a evoluir a uma grande velocidade, neste sentido, a PNCV deverá acompanhar esta evolução e adquirir as novas ferramentas que vão ser a pedra basilar para o sistema, uma “simples” evolução muda consideravelmente o sistema, ou seja, acompanhar a dinâmica evolutiva a nível de hardware e software e ter sempre ferramentas atualizadas e modernas. Face à globalização, e transversalidade dos fenómenos criminais, um dos passos que a PNCV deve dar é potencializar/ativar o reconhecimento facial, utilizando softwares de reconhecimento de imagens, mediante os parâmetros exigidos pelo sistema. Face ao exposto no parágrafo anterior, conseguir identificar e seguir indivíduos suspeitos em tempo real.

No entanto, tudo isso exige ainda mais melhorias no sistema, conectividade entre as redes de comunicação as várias plataformas digitais existentes no país que possam suportar tal reconhecimento.